

N.º 22

2011 - 2021

JUNHO 2022



Nota introdutória

O BOEP — Boletim Estatístico do Emprego Público — é uma publicação semestral através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. Na nova série do BOEP, a partir do número 07, a informação disponibilizada é complementar à informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na SIEP 1.º trimestre 2022.

A informação disponibilizada centra-se no universo de entidades que compõem o sector das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo sector público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, IP. O conjunto de dados e indicadores estatísticos de caracterização apresentados utilizam como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas, no final, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos.

O presente BOEP é consistente com os dados de emprego e remunerações da série, desde o 4.º trimestre 2011, publicada na SIEP do 1.º trimestre 2022, incluindo a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo de entidades definidas pelo INE, IP na aplicação do referencial metodológico do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), em vigor e obrigatório em todos os Estados Membros da União Europeia desde setembro de 2014 (cf. *IV. Notas Técnicas*).

A informação é apresentada ainda de acordo com a estrutura orgânica do XXII Governo Constitucional, em coerência com o processo de recolha de dados, uma vez que a orgânica adotada pelo XXIII Governo Constitucional apenas foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, não obstante a produção de efeitos reportados a 30 de março de 2022.

A informação estatística mais detalhada é apresentada em ficheiros Excel.

Boletim estatístico do emprego público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Realização: Departamento de Informação da Organização do Estado e do Emprego Público (DIOEP)

Rua da Alfândega, n.º 5, 2.º 1149-095 Lisboa

deep@dgaep.gov.pt http://www.dgaep.gov.pt/

ISSN: 2182-7303



Neste número

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	5
1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia	5
2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector	. 10
2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector	. 10
2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector	. 15
3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo	17
3.1 Dirigentes nas administrações públicas	
3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo	
3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo	
3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo	
4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica	
5. Trabalhadores com deficiência	
II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	. 29
6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público	. 29
7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público	. 30
8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público	. 32
9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público	. 34
III. OUTROS INDICADORES	. 35
10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I	. 35
11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS	. 37
12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS	. 43
13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado	. 46
IV. NOTAS TÉCNICAS	. 47
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS.	. 51



SIGLAS, ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS

Países da União Europeia (UE-27): Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polónia; Portugal; República Checa; Roménia; Suécia.

abr. - abril

AC - Administração Central

Adm. - Administração/Administrações

AE - Área do Euro

AL - Administração Local

A.M. Lisboa - Área Metropolitana de Lisboa

AP - Administrações Públicas AR - Administração Regional Bachar. - Bacharelato

BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da

Administração Pública de 2005

CAE Rev.3 - Classificação portuguesa das atividades

económicas, revisão 3

CSM - Conselho Superior de Magistratura

DEEP - Departamento de Estatística do Emprego Público

dez. - dezembro

DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego

Público

DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

DIOEP - Departamento de Informação da Organização do

Estado e do Emprego Público

EPE - Entidade Pública Empresarial

Equiv. - Equivalente

EUROSTAT - Serviço de Estatística da União Europeia

FAS - Forças armadas e de segurança

GMM - Ganho médio mensal

H - Homens **jun.** - junho

INE - Instituto Nacional de Estatística

INE/DCN - INE/Departamento de Contas Nacionais

IP - Instituto Público

Licenc. - Licenciado

M - Mulheres

N.º - Número

n.d. - Não disponível

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins

Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Económico out. - outubro

PIB - Produto Interno Bruto

Pop. - População

p.p. - Pontos percentuais

PT - Portugal

RAA - Região Autónoma dos Açores RAM - Região Autónoma da Madeira

RBMM - Remuneração base média mensal

S.A. - Sociedade Anónima

SEC - Sistema Europeu de Contas

Secund. - Secundário

Seg. - Segurança

SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público

SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado

SME - Situação de Mobilidade Especial

T - Trimestre
UE - União Europeia
Var. - Variação

VH - Variação homólogaVT - Variação trimestral% - Percentagem

€ - Euro

Sinais convencionais:

(-) Não aplicável ou valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador.

NOTAS:

Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

Os quadros detalhados encontram-se disponíveis em formato Excel em www.dgaep.gov.pt.

Consulte os Quadros Excel BOEP n.º 22.

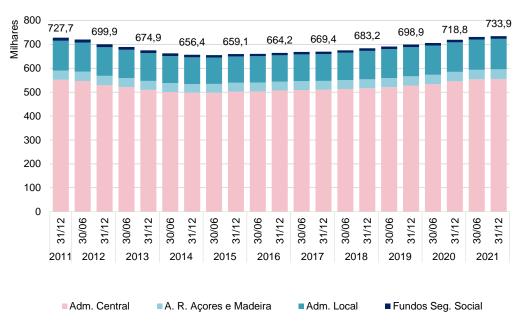


I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

Em 31 de dezembro de 2021, o emprego nas administrações públicas situava-se em 733 896 postos de trabalho, o que representa um aumento de 0,9% face a 31 de dezembro de 2011 (mais 6 195 postos de trabalho) e um aumento de 2,1% em termos homólogos (mais 15 135 postos de trabalho). Para este comportamento contribuiu essencialmente o subsector da administração central o qual representava 75,6% do emprego no sector das administrações públicas (Gráficos 1.1 e 1.2).

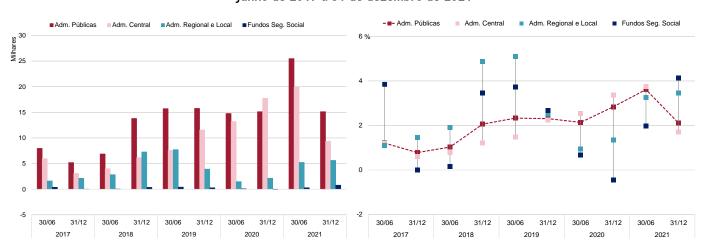
Gráfico 1.1 Emprego nas administrações públicas por subsector, 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Por subsector, em 31 de dezembro de 2021, o sector das administrações públicas registou uma variação positiva de 2,1% face ao final do semestre homólogo (Gráfico 1.2). O subsetor da administração regional e local contribuiu para esse aumento com uma variação de 3,5% (mais 5 618 postos de trabalho) e o subsetor da administração central com uma variação de 1,7% (mais 9 364 postos de trabalho), face ao último semestre de 2020.

Gráfico 1.2 Emprego nas administrações públicas por subsector - variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2021





Na análise da variação homóloga do emprego **por atividade económica** salienta-se, no final de 2021, o contributo positivo do emprego nas "Atividades de saúde humana e apoio social", com uma variação de 2,9% (mais 4 729 postos de trabalho), e nas atividades de "Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória e outras atividades" com uma variação de 2,0% (mais 6 180 postos de trabalho). Nas atividades de "Educação", o emprego registou um crescimento um pouco menos acentuado (mais 4 226 postos de trabalho), correspondente a uma variação homóloga de 1,7%.

■ Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória mais Outras atividades Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória mais Outras atividades ■ Educação Atividades de saúde humana e apoio social Atividades de saúde humana e apoio socia - ■- Administrações Públicas 30/06 31/12 31/12 30/06 31/12 30/06 31/12 31/12 30/06 31/12 30/06 31/12 30/06 31/12 30/06 31/12 30/06 31/12 2017 2018 2020 2021 2019 2017 2018 2019 2020 202

Gráfico 1.3 Emprego nas administrações públicas por CAE - variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2021

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Não considerando as **saídas de trabalhadores** por caducidade de contrato a termo (certo ou incerto), no ano de 2021, a passagem à situação de reforma/aposentação representa 58,2% das saídas definitivas de trabalhadores nas administrações públicas (13 027 saídas), rácio que se situou em 53,8% e 74,3% das saídas definitivas de trabalhadores na administração central e na administração regional e local, respetivamente (Gráfico 1.4).

Os fluxos trimestrais de entradas e saídas de trabalhadores ao longo da série evidenciam, em particular, o impacto na variação do emprego público, do início e do fim de cada ano escolar (Gráfico 1.5).

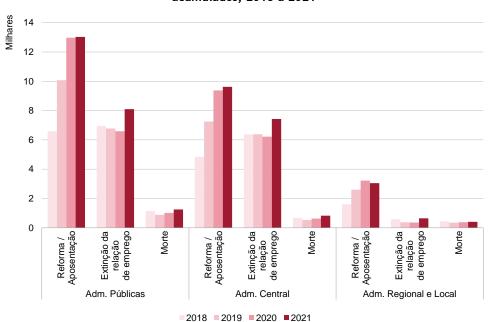


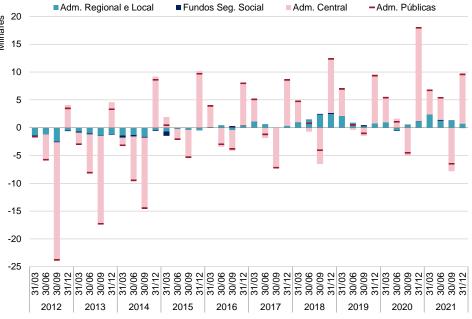
Gráfico 1.4 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados, 2018 a 2021

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Nota: Fundos de segurança social incluídos no respetivo subsector



Gráfico 1.5 Saldo global dos fluxos trimestrais de entradas e saídas dos trabalhadores por subsector, 31 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

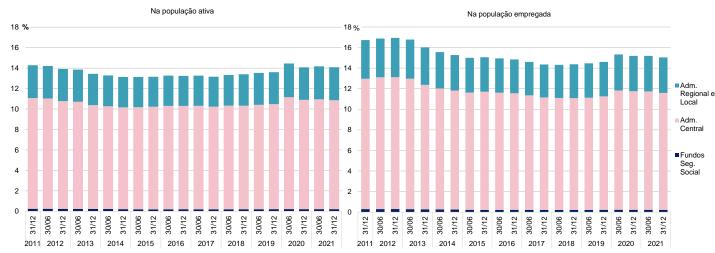
No final de 2021, em cada 100 trabalhadores que constituem a população ativa (empregados e desempregados) 14,1 trabalhavam numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). O efeito das variações do emprego na administração central contribui significativamente para a evolução deste indicador ao longo da série (Gráfico 1.6).

Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2021

Unidade: posto de trabalho		o nas admin por sexo 31			na popula nte por sex	-		na popula a por sexo			na popula gada por se	*
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Administrações públicas	282 660	451 236	733 896	5,8	8,3	7,1	10,8	17,5	14,1	11,5	18,7	15,0
Administração central	197 004	357 756	554 760	4,1	6,6	5,4	7,5	13,8	10,6	8,0	14,8	11,4
Administração regional e local	83 693	84 516	168 209	1,7	1,6	1,6	3,2	3,3	3,2	3,4	3,5	3,4
Administração regional dos Açores	6 882	13 219	20 101	0,1	0,2	0,2	0,3	0,5	0,4	0,3	0,5	0,4
Administração regional da Madeira	6 208	14 502	20 710	0,1	0,3	0,2	0,2	0,6	0,4	0,3	0,6	0,4
Administração local	70 603	56 795	127 398	1,5	1,0	1,2	2,7	2,2	2,4	2,9	2,3	2,6
Fundos de Segurança Social	1963	8 964	10 927	0,0	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,4	0,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego

Gráfico 1.6 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada, 31 dezembro/4° trimestre 2011 a 31 dezembro/4° trimestre 2021



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego



A importância do emprego nas administrações públicas varia significativamente entre os países da OCDE. Nos anos 2011 e 2019, os países nórdicos, como Noruega, Suécia e Dinamarca apresentaram os níveis mais altos de emprego público (cerca de 30% da população empregada), enquanto os países da OCDE da região asiática, Japão e Coreia do Sul, apresentaram os níveis mais baixos. Embora a maior parte dos países da OCDE registem reduções da importância do emprego público em 2019, a média do emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada nos países da OCDE manteve-se relativamente estável, passando de 18,9% em 2011 para 17,9% em 2019. De acordo com os dados da OCDE, em Portugal o peso do emprego público na população empregada também diminui no período em causa, situando, em 2019, 3,8 p.p. abaixo da média da OCDE (Gráfico 1.7).

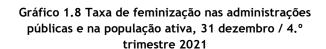
Suécia do Suíça de Saixos Paricas Paricas Paricas Paricas Paricas Paricas Paricas Portugal Paricas Paricas Portugal Paricas Paricas Portugal Paricas P

Gráfico 1.7 Emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada em Portugal e países da OCDE, 2011 e 2019 (*)

Fontes: OECD, 2021, Dataset: Government at a Glance - yearly updates, Indicator: Employment in general government as a percentage of total employment; Dados extraídos a 18.06.2021 de OECD.Stat; DGAEP-DIOEP

Nota: (*) A informação para Austrália, Chile, Colômbia e Nova Zelândia não está disponível. Os dados da Coreia do Sul e da Suíça não são considerados no cálculo da média de OCDE, devido a falhas nas respetivas séries temporais. Para Luxemburgo, Noruega e Suíça utilizaram-se os dados de 2018, em vez de 2019 e, no caso do Japão os dados de 2017 em vez de 2019. Em vez de 2011, utilizaram-se os dados de 2016 para a Coreia do Sul. A Costa Rica não foi incluída, porque na altura da extração e compilação dos dados não pertencia à OCDE.

Em Portugal, em dezembro de 2021, por cada 10 trabalhadores nas administrações públicas, mais de 6 são mulheres, em resultado de uma elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas (61,5%), quando comparada com o índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em geral (49,6%). Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira a taxa de feminização é mais elevada, respetivamente de 65,8% e 70,0% (Gráfico 1.8). Por outro lado, o nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas, medido pelo peso dos trabalhadores com ensino superior, é elevado (54,9%), situando-se 20,4 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa. O valor máximo deste indicador regista-se na administração central (60,8%) e o mínimo na administração local (28,8%) (Gráfico 1.9).



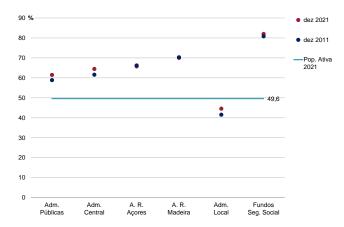
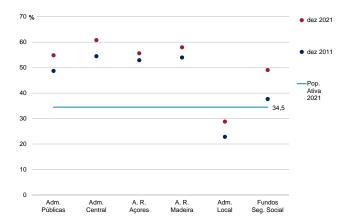


Gráfico 1.9 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.ºtrimestre 2021



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego



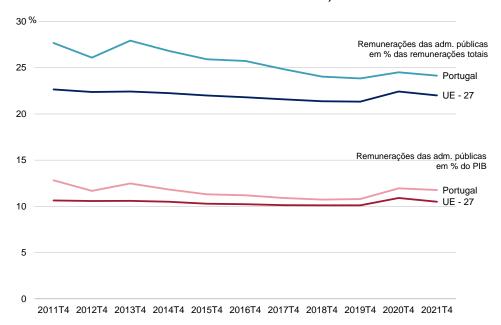
As remunerações das administrações públicas em contas nacionais em Portugal, no ano terminado no 4.º trimestre de 2021, representavam 11,8% do PIB a preços correntes, situando-se 1,3 p.p. acima da média dos países da União Europeia. Dos 27 países da UE, vinte e um apresentavam um rácio das remunerações das administrações públicas no PIB superior à média estimada para a UE (Gráficos 1.10 e 1.11).

16 % 2021 2020 14 UE-27 2020 12 10,9% 10 UE-27 2021 10,5% 8 6 2 Letónia Estónia Malta Bulgária Rep. Checa Espanha PORTUGAL Eslováquia Roménia

Gráfico 1.10 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2020 e 4º trimestre 2021 (ano terminado no trimestre)

Desde dezembro de 2011, segundo a série de contas nacionais, com a aplicação do SEC 2010, Portugal tem apresentado um rácio das remunerações das administrações públicas nas remunerações do total da economia acima da média estimada para os países da UE. Portugal tem seguido a tendência dos países da UE de evolução do peso das remunerações das administrações públicas nas remunerações totais, verificando-se que nos últimos anos a diferença para os países da UE tem vindo a diminuir. No ano terminado no 4º trimestre de 2021, o peso das remunerações das administrações públicas nas remunerações totais em Portugal foi 24,1%, o que representa, tal como no 4º trimestre de 2020, a menor diferença de toda a série para o conjunto dos 27 países da UE (+2,1 p.p.).

Gráfico 1.11 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais e do PIB, em Portugal e na UE, 4º trimestre 2011 ao 4º trimestre 2021 (ano terminado no trimestre)



Fontes (Gráficos 1.10 e 1.11): EUROSTAT - Quarterly non-financial accounts for general government, SEC 2010, dados disponíveis em 22-04-2022, e GDP and main components (output, expenditure and income), SEC 2010, dados disponíveis em 09-06-2022.

Ano terminado no trimestre = soma de 4 trimestres; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)



Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector

No final do 2.º semestre de 2021, 32,5% dos trabalhadores do conjunto das entidades das administrações públicas encontravam-se na faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade. Com base na análise do quadro seguinte verifica-se, que 64,1% dos trabalhadores das administrações públicas tinham mais de 45 anos de idade. As áreas governativas das Finanças e da Agricultura apresentavam o emprego mais envelhecido, verificando-se que mais de metade dos trabalhadores tinham mais de 55 anos (55,9% na Agricultura e 51,4% nas Finanças). Por outro lado, na área governativa da Defesa nacional verificavase a maior proporção de trabalhadores com menos de 24 anos (24,3%), enquanto no conjunto das administrações públicas era de 2,3%. Em 4 áreas governativas não existiam trabalhadores neste escalão etário.

Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e área governativa, 31 dezembro 2021

	Total			Est	trutura (9	%)		
Unidade: posto de trabalho	Emprego	Até aos	Dos 25	Dos 35	Dos 45	Dos 55	65 e mais	Total
	Lilipi ego	24 anos	aos 34	aos 44	aos 54	aos 64	anos	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	733 896	2,3	10,7	22,9	32,5	28,1	3,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	554 760	2,8	11,7	23,0	32,0	27,1	3,4	100,0
Estado	315 719	3,4	8,0	20,5	34,7	30,1	3,4	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	229 709	2,2	16,7	26,2	28,4	23,1	3,5	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	545 428	2,9	11,7	22,9	32,1	27,1	3,4	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	13 981	0,3	7,5	14,2	37,3	36,6	4,1	100,0
Economia e Transição Digital	2 429	0,3	3,6	19,0	41,4	31,3	4,4	100,0
Negócios Estrangeiros	3 080	0,7	10,2	22,1	31,2	27,5	8,3	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	1 507	0,5	8,2	22,7	38,0	27,7	2,8	100,0
Finanças	11 802	0,1	1,3	9,1	38,3	45,6	5,8	100,0
Defesa Nacional	32 403	24,3	21,8	21,4	19,8	11,5	1,2	100,0
Administração Interna	46 666	4,1	18,5	31,3	36,0	9,8	0,3	100,0
Justiça	15 022	0,1	6,1	13,3	41,0	36,2	3,3	100,0
Modernização do Estado e da Administração Pública	880	0,3	5,7	23,9	39,2	25,2	5,7	100,0
Planeamento	354	0,0	3,7	18,9	47,7	26,3	3,4	100,0
Cultura	2 126	0,2	3,6	12,3	35,8	41,2	7,0	100,0
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	45 791	1,2	10,3	25,7	32,0	26,6	4,2	100,0
Educação	187 941	0,4	3,8	19,7	36,1	36,0	4,0	100,0
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	5 799	0,1	3,5	16,9	45,5	31,1	2,9	100,0
Saúde	32 102	1,2	13,9	27,3	28,6	23,1	6,1	100,0
Ambiente e Ação Climática	3 403	1,2	7,9	15,8	30,6	37,3	7,2	100,0
Infraestruturas e Habitação	1 640	0,0	4,6	15,9	34,1	38,3	7,1	100,0
Coesão Territorial	1 029	0,0	4,1	12,9	33,7	39,3	10,0	100,0
Agricultura	4 341	0,0	2,3	10,0	31,8	45,5	10,4	100,0
Mar	1 015	0,2	5,6	20,9	33,4	34,0	5,9	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	132 109	3,1	21,2	27,3	25,6	20,3	2,4	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	8	0,0	0,0	0,0	0,0	75,0	25,0	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	9 332	0,8	12,8	28,3	29,4	25,8	3,0	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	168 209	0,7	8,2	23,2	33,2	31,0	3,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	20 101	1,2	13,5	26,3	30,1	25,3	3,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	20 710	0,6	8,4	24,7	34,5	28,5	3,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	127 398	0,6	7,3	22,5	33,5	32,3	3,8	100,0
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	10 927	0,1	2,9	15,7	42,9	33,4	5,0	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	9 021	0,1	2,6	15,3	44,7	32,3	5,0	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	597	0,5	7,4	25,3	34,7	29,7	2,5	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	1 309	0,3	2,7	14,0	34,4	42,9	5,7	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: (i) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República; (ii) Sector Empresarial inclui todas as entidades reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais (SEC 2010); (iii) Todos os trabalhadores ex-SME, os trabalhadores no regime de requalificação e no novo regime da valorização profissional (instituído pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, que revoga o anterior regime de requalificação) disponíveis para o reinício de funções.



Entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2021 verificou-se uma diminuição do número de trabalhadores das administrações públicas em todos os escalões etários abaixo dos 55 anos. Esta diminuição foi mais acentuada nas classes etárias dos 25-34 e dos 35-44 anos (em 2021, respetivamente menos 7,8 p.p. e menos 7,2 p.p. face à importância de 2011). Em contrapartida, as classes etárias acima dos 55 anos ganharam importância na estrutura etária da AP (mais 15,5 p.p. face a 2011) (Gráfico 2.1.1).

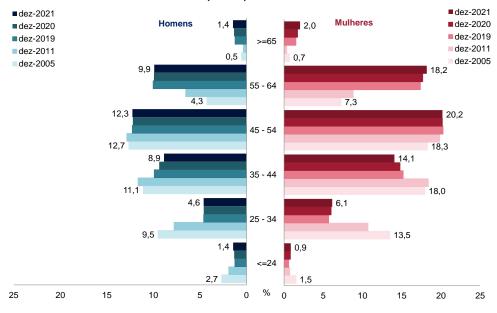
A análise da estrutura etária por subsetor em dezembro de 2021 revela o emprego menos envelhecido na administração regional dos Açores (41,1% dos trabalhadores tinham menos de 45 anos), enquanto na Administração local e nos Fundos da segurança Social tinham maior importância os escalões etários com 45 e mais anos (Gráfico 2.1.2).

Gráfico 2.1.1 Estrutura etária em 31 dezembro, Gráfico 2.1.2 Estrutura etária por subsetor, 31 2011 e 2021 dezembro 2021 100 % 40 % 65+ anos 35 80 ■ 55-64 anos 30 ■ 45-54 anos 25 20 ■ 35-44 anos 40 Adm. Públicas 15 25-34 anos 20 10 Até aos 24 5 anos A. R. Açores Adm. Central A. R. Madeira Adm. Local Fundos Seg Adm. Públicas Até aos 24 25-34 anos 35-44 anos 45-54 anos 55-64 anos 65+ anos 31-12-2021

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Em 31 de dezembro de 2021, 62,2% dos postos de trabalho nas administrações públicas eram ocupados por mulheres, proporção que aumentou face a 2005 (59,3%). A distribuição do emprego por sexo e escalão etário revela uma quebra acentuada do número de trabalhadores entre os 25 e os 34 anos, mais evidente no caso das mulheres (menos 7,4 p.p. em 2021 face a 2005), apesar do ligeiro ganho de importância desde 2019. O aumento do número de trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas (a partir dos 55 anos) também foi mais evidente nas mulheres, passando de 8,0% do total de emprego na AP em 2005 para 20,2% em 2021 (Gráfico 2.1.3).

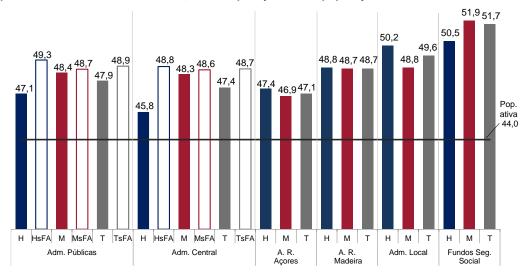
Gráfico 2.1.3 Repartição por sexo e escalão etário dos trabalhadores nas administrações públicas em 31 dezembro, 2005, 2011, 2019 a 2021





Em 31 de dezembro de 2021, a idade média estimada no conjunto dos trabalhadores das administrações públicas (47,9 anos) e em cada um dos seus subsetores, é superior à idade média da população ativa do país (44,0 anos). Os valores mais elevados para este indicador registavam-se no subsetor dos fundos de segurança social (51,7 anos) e na administração local (49,6 anos) (Gráfico 2.1.4). Em termos globais, a idade média das mulheres nas administrações públicas era superior à dos homens em 1,3 anos, facto que é explicado sobretudo pela diferença de idades médias no subsetor da administração central (2,5 anos). Excluindo carreiras das forças armadas e de segurança, a idade média dos trabalhadores das administrações públicas e da administração central cresce em pelo menos um ano: de 47,9 anos para 48,9 anos no caso do indicador global para as administrações públicas e de 47,4 anos para 48,7 anos no caso da administração central (Gráficos 2.1.4 e 2.1.5; Quadro 2.1.2).

Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) por sexo a 31 de dezembro 2021, em comparação com a população ativa no 4.º trimestre 2021



HsFA - Homens excluindo Forças Armadas e de Segurança

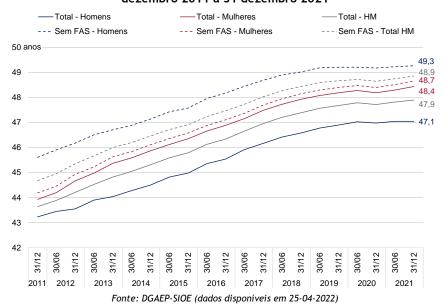
MsFA - Mulheres excluindo Forças Armadas e de Segurança

TsFA- Total excluindo Forças Armadas e de Segurança

Fontes: INE - Censos 2011 e Inquérito ao Emprego 1.ºT 2021 (cálculos DGAEP/DIOEP- ver IV. Notas Técnicas); DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

A idade média estimada para o total dos trabalhadores das administrações públicas em 2021 aumentou 4,3 anos em comparação com o final de 2011, verificando-se que em 2021, a idade média das mulheres (48,4) era mais elevada do que a dos homens (47,1). Não considerando as carreiras das forças armadas e de segurança, a idade média dos trabalhadores civis das administrações públicas aumentou, de forma geral, para os 48,9 anos de idade, sendo mais elevada nos homens (49,3 anos) do que mulheres (48,7 anos) (Gráfico 2.1.5 e Quadro 2.1.2).

Gráfico 2.1.5 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem FAS, 31 dezembro 2011 a 31 dezembro 2021



12



A idade média estimada dos trabalhadores da administração central situa-se nos 47,4 anos, verificando-se valores mais baixos nos trabalhadores das áreas governativas da defesa nacional e da administração interna (37,4 e 42,5 anos respetivamente), o que está patente nos elevados índices de renovação e de juventude, verificado em particular nos homens. Por outro lado, as áreas governativas da agricultura e das finanças são as que apresentam idades médias estimadas mais elevadas (54,7 e 54,2 anos respetivamente) com índices de renovação muito baixos.

Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, área governativa e sexo, 31 dezembro 2021

		édia estin em anos)	nada	(em nú	de renov mero inc se = 100	dice)	(em nú	de juver imero ín ise = 100	dice)
	Н	М	Total	Н	М	Total	Н	М	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	47,1	48,4	47,9	33,3	18,8	23,9	33,5	25,6	28,5
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	49,3	48,7	48,9	15,6	17,1	16,6	23,1	24,4	24,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	45,8	48,3	47,4	48,4	20,4	28,5	41,0	26,9	31,6
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	48,8	48,6	48,7	19,3	18,3	18,6	25,9	25,5	25,6
Estado	45,2	50,8	48,6	60,0	7,9	21,4	42,1	13,4	22,9
Serviços e Fundos Autónomos	46,8	45,4	45,8	33,7	45,8	41,7	39,5	48,8	45,7
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	45,8	48,4	47,5	48,8	20,5	28,7	41,1	26,8	31,6
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	52,2	50,5	51,1	5,5	9,8	8,2	11,0	18,5	15,7
Economia e Transição Digital	50,2	51,3	50,9	5,4	3,2	4,0	13,2	9,0	10,5
Negócios Estrangeiros	49,4	49,4	49,4	17,9	17,5	17,7	25,4	23,3	24,2
Presidência do Conselho de Ministros	47,9	49,4	48,7	20,1	7,6	12,7	27,8	16,8	21,3
Finanças	53,5	54,6	54,2	0,9	0,9	0,9	3,6	3,8	3,7
Defesa Nacional	36,2	41,6	37,4	404,3	116,6	287,4	152,1	84,9	133,9
Administração Interna	42,3	43,7	42,5	138,1	63,1	119,9	58,2	59,0	58,3
Justiça	49,4	52,8	51,2	6,5	3,5	4,6	16,8	9,1	12,6
Modernização do Estado e da Administração Pública	47,9	50,5	49,7	11,9	6,1	7,7	20,2	12,6	14,9
Planeamento	49,3	50,7	50,3	4,4	2,9	3,2	16,7	6,3	9,6
Cultura	52,2	53,5	53,1	2,3	2,3	2,3	11,6	6,7	8,3
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	48,2	47,8	48,0	20,2	16,4	18,2	28,2	28,1	28,2
Educação	51,4	51,1	51,2	6,0	4,6	4,8	10,7	10,8	10,8
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	51,1	50,7	50,8	4,8	2,4	3,1	10,2	8,6	9,1
Saúde	46,8	47,2	47,1	40,1	26,3	28,8	47,7	36,9	39,1
Ambiente e Ação Climática	50,5	51,7	51,2	17,4	8,2	12,7	22,3	13,3	17,5
Infraestruturas e Habitação	51,7	52,5	52,2	0,9	1,0	1,0	17,4	9,5	12,6
Coesão Territorial	54,0	52,8	53,2	3,3	2,8	3,0	8,3	8,2	8,2
Agricultura	55,5	54,2	54,7	1,0	0,8	0,9	5,6	5,9	5,8
Mar	51,0	50,6	50,8	4,6	5,2	4,9	14,8	16,9	16,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	45,3	43,5	44,0	49,3	71,9	64,7	51,7	66,9	62,2
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	64,5	58,3	61,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	46,9	47,3	47,2	17,9	19,2	18,8	30,6	32,9	32,2
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	49,9	48,5	49,2	10,9	13,4	12,0	19,3	22,1	20,7
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	47,4	46,9	47,1	24,3	26,7	25,9	32,2	34,9	33,9
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	48,8	48,7	48,7	15,8	14,7	15,0	21,9	20,6	21,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50,2	48,8	49,6	9,6	10,3	9,9	18,0	19,9	18,8
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	50,5	51,9	51,7	4,9	3,1	3,4	8,5	7,9	8,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	50,6	51,9	51,7	4,3	2,6	2,8	7,9	7,0	7,2
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	48,4	49,0	48,9	3,6	10,7	9,6	19,8	24,9	23,9
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	51,0	53,1	52,8	9,8	3,6	4,3	7,6	7,5	7,5

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

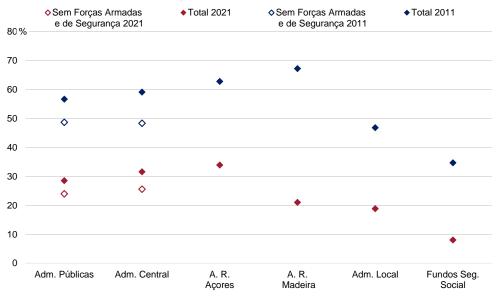
Notas: (i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1. Ver também IV. Notas Técnicas - Conceitos

Todos os subsectores das administrações públicas apresentavam um índice de juventude inferior a 100, isto é, o número de trabalhadores com menos de 40 anos era inferior ao número de trabalhadores com 40 e mais anos de idade, situação que se tem vindo a agravar desde 2011. O indicador era particularmente baixo nos fundos da segurança social, para o qual a



idade média era também a mais elevada. Nos subsetores da administração local e da administração regional da Madeira registaram-se igualmente índices de juventude abaixo do valor médio das administrações públicas (33,5): respetivamente 18,8 e 21,0 trabalhadores com menos de 40 anos por cada 100 trabalhadores com mais de 40 anos (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.6).

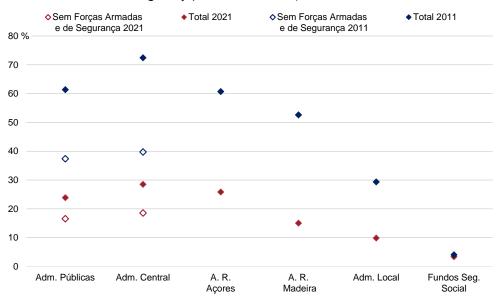
Gráfico 2.1.6 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2021



 ${\sf N^0}$ de trabalhadores com menos 40 anos idade por cada 100 trabalhadores com 40 e mais anos idade

A renovação dos trabalhadores diminuiu em todos os subsectores das administrações públicas entre 2011 e 2021: em 31 de dezembro de 2021, por cada 100 trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 anos e os 64 anos existiam apenas 23,9 com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, índice que era bastante inferior ao registado a 31 de dezembro de 2011 (61,4). Em ambos os momentos, o índice de renovação reduz-se quando se excluem as forças armadas e de segurança, com maior número de trabalhadores jovens (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.7).

Gráfico 2.1.7 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2021



 N^{o} de trabalhadores entre os 20-29 anos de idade por cada 100 trabalhadores entre os 55-64 anos de idade

Fonte (Gráficos 2.1.6 e 2.1.7): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022) Notas: Para mais informação sobre o cálculo de índices. Ver também IV. Notas Técnicas



2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector

No final do segundo semestre de 2021, em termos globais, no sector das administrações públicas mais de metade dos trabalhadores detinham habilitações ao nível do ensino superior (54,9% face a 34,5% na população ativa total). Ainda assim, 137,3 mil postos de trabalho (18,7%) das administrações públicas estavam ocupados por trabalhadores que detinham apenas o ensino básico (Quadro 2.2.1).

Na administração central, a proporção de trabalhadores com ensino superior era 60,8%. As áreas governativas que apresentavam maior proporção de trabalhadores com ensino superior (acima de 70%) eram: Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (85,2%), Planeamento (83,9%), Coesão Territorial (77,3%), Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (75,3%), Economia e Transição Digital (73,0%), Educação (72,7%) e Presidência do Conselho de Ministros (71,3%).

Na administração local, o nível de escolaridade dos trabalhadores era mais baixo: 28,8% detinham ensino superior, 30,8% ensino secundário e 40,3% apenas o ensino básico.

Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira, os trabalhadores com ensino superior representavam a maioria dos trabalhadores: respetivamente, 55,7% e 58,0%.

Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e área governativa segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2021

			_		_			_				
Unidade: posto de trabalho	Ensino	básico	Ensino se	cundário	En	sino Supe	rior		Estru	itura poi ministé	r subsecto	or e
	Até ao 2.º			12.° ano			Mestre e	Total	Ensino	Ensino	Ensino	
	ciclo	3.° ciclo	11.º ano		Bachar.	Licenc.	Doutor			secund.		Total
ADMINISTRA CÕES RÚRI ISAS		74 205	24.024	ou equiv.	47.424	200 705		722.004				400.0
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	63 136	74 205	24 821	169 044	1/ 421	299 705	85 564	733 896	18,7	26,4	54,9	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	25 475	48 894	18 998	123 991	14 832	243 819	78 751	554 760	13,4	25,8	60,8	100,0
Estado	12 550	30 496	14 030	82 585	6 370	142 732	26 956	315 719	13,6	30,6	55,8	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	12 068	17 183	4 930	39 056	8 299	97 213	50 960	229 709	12,7	19,1	68,1	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	24 618	47 679	18 960	121 641	14 669	239 945	77 916	545 428	13,3	25,8	61,0	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	230	887	4 094	2 504	45	5 642	579	13 981	8,0	47,2	44,8	100,0
Economia e Transição Digital	52	127	63	414	43	1 425	305	2 429	7,4	19,6	73,0	100,0
Negócios Estrangeiros	201	187	96	518	98	1 543	437	3 080	12,6	19,9	67,5	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	22	71	52	287	14	789	272	1 507	6,2	22,5	71,3	100,0
Finanças	246	280	929	3 841	333	5 521	652	11 802	4,5	40,4	55,1	100,0
Defesa Nacional	987	2 708	841	18 141	357	7 786	1 583	32 403	11,4	58,6	30,0	100,0
Administração Interna	1 334	9 710	4 859	24 983	151	4 288	1 341	46 666	23,7	63,9	12,4	100,0
Justiça	778	1 899	1 222	5 725	194	4 728	476	15 022	17,8	46,2	35,9	100,0
Modernização do Estado e da Administração Pública	16	55	14	232	8	440	115	880	8,1	28,0	64,0	100,0
Planeamento	0	10	5	42	1	243	53	354	2,8	13,3	83,9	100,0
Cultura	93	243	56	533	28	872	301	2 126	15,8	27,7	56,5	100,0
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1 236	1 428	483	3 651	230	10 621	28 142	45 791	5,8	9,0	85,2	100,0
Educação	8 690	14 587	1 874	26 074	5 081	110 212	21 423	187 941	12,4	14,9	72,7	100,0
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	59	162	113	1 096	78	3 784	507	5 799	3,8	20,8	75,3	100,0
Saúde	1 109	1 709	718	6 687	1 288	15 489	5 102	32 102	8,8	23,1	68,2	100,0
Ambiente e Ação Climática	265	255	93	677	54	1 491	568	3 403	15,3	22,6	62,1	100,0
Infraestruturas e Habitação	36	75	80	473	31	633	312	1 640	6,8	33,7	59,5	100,0
Coesão Territorial	23	39	23	149	10	619	166	1 029	6,0	16,7	77,3	100,0
Agricultura	233	315	129	885	133	2 162	484	4 341	12,6	23,4	64,0	100,0
Mar	28	45	30	210	11	382	309	1 015	7,2	23,6	69,2	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entid. Reclassific. (ii)	8 980	12 887	3 186	24 517	6 481	61 269	14 789	132 109	16,6	21,0	62,5	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	0	0	0	2	0	6	0	8	0,0	25,0	75,0	100,0
Instituições Sem Fim Lucrativo da Administração Central	857	1 215	38	2 350	163	3 874	835	9 332	22,2	25,6	52,2	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	36 918	24 617	5 234	41 514	2 476	51 084	6 366	168 209	36,6	27,8	35,6	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	3 265	2 069	542	3 037	516	9 567	1 105	20 101	26,5	17,8	55,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	2 989	1 808	640	3 264	581	10 279	1 149	20 710	23,2	18,9	58,0	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	30 664	20 740	4 052	35 213	1 379	31 238	4 112	127 398	40,3	30,8	28,8	100,0
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	743	694	589	3 539	113	4 802	447	10 927	13,2	37,8	49,1	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	268	337	404	3 154	103	4 333	422	9 021	6,7	39,4	53,9	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	22	126	98	135	0	196	20	597	24,8			
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	453	231	87	250	10	273	5	1 309	52,3	25,7		
<u> </u>									, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		,-	

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: (i) a (iii) Ver Notas Quadro 2.1.1



Em 31 de dezembro de 2021, em todos os níveis de escolaridade, com exceção dos níveis habilitacionais extremos (ensino básico e doutoramento), existiam mais mulheres do que homens, com destaque para o ensino superior: bacharelato, licenciatura e mestrado (Gráfico 2.2.1).

■ Homens ■ Mulheres 100 % 52.8 24.6 90 80 70 60 50 40 30 20 10 75,4 71.8 65.7 0 Ensino Básico Ensino Bacharelato Licenciatura Mestrado Doutoramento Secundário

Gráfico 2.2.1 Nível de escolaridade do emprego na administração pública por sexo em 31 dezembro 2021

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

O nível de tecnicidade (proporção de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior) das mulheres nas administrações públicas era superior ao verificado para os homens: 62,2% e 43,2%, respetivamente. Com exceção dos fundos da segurança social, esta situação verificava-se em todos os subsetores da administração pública, sendo que na administração local a diferença entre o peso do ensino superior nas mulheres (40,2%) e nos homens (19,7%) era maior (Gráfico 2.2.2).

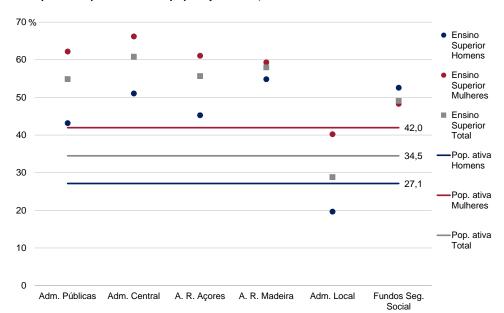


Gráfico 2.2.2 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2021

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego



Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

3.1 Dirigentes nas administrações públicas

Em comparação com o período homólogo, em 31 de dezembro de 2021 observou-se um aumento de 3,4% do número total de dirigentes nas administrações públicas, mais significativo na administração regional e local (4,4%) (Quadro e Gráfico 3.1.1). A idade média global dos dirigentes nos diversos níveis de administração era de 50,7 anos, sendo mais elevada a dos dirigentes superiores de 1.º grau: 55,1 anos. A administração regional dos Açores e administração local eram os subsetores com a idade média dos dirigentes mais baixa: 48,4 anos e 49,7 anos, respetivamente (Gráfico 3.1.2).

Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo em 31 dezembro, 2020 e 2021

Unidade: posto de trabalho		NISTRAÇO ÚBLICAS	ĎES		NISTRAÇ ENTRAL	ÃO		NISTRAÇ NAL E LO			INDOS DE ANÇA SOC	
	31 dez	31 dez	VH	31 dez	31 dez	VH	31 dez	31 dez	VH	31 dez	31 dez	VH
Designação	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)
Total Dirigentes	13 493	13 954	3,4	7 580	7 818	3,1	4 881	5 095	4,4	1 032	1 041	0,9
Dirigente superior:	1 731	1 783	3,0	1 308	1 330	1,7	406	435	7,1	17	18	5,9
Dirigente Superior de 1.º grau	639	663	3,8	391	400	2,3	242	257	6,2	6	6	0,0
Dirigente Superior de 2.º grau	1 092	1 120	2,6	917	930	1,4	164	178	8,5	11	12	9,1
Dirigente intermédio:	11 762	12 171	3,5	6 272	6 488	3,4	4 475	4 660	4,1	1 015	1 023	0,8
Dirigente Intermédio de 1.º grau	2 898	3 000	3,5	2 002	2 076	3,7	832	860	3,4	64	64	0,0
Dirigente Intermédio de 2.º grau	5 905	6 056	2,6	2 852	2 924	2,5	2 640	2 717	2,9	413	415	0,5
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	2 959	3 115	5,3	1 418	1 488	4,9	1 003	1 083	8,0	538	544	1,1

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo em 31 dezembro, 2011 a 2021

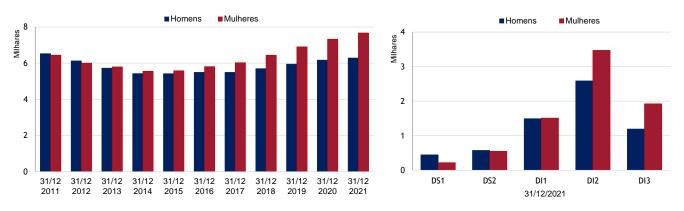
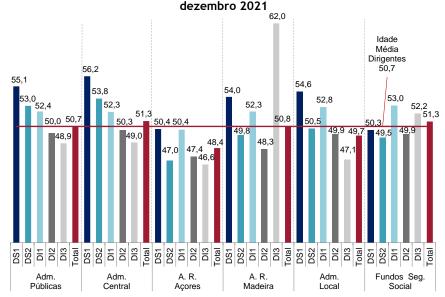


Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 31



Fonte (Gráficos 3.1.1 e 3.1.2): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: DS1 - Dirigente superior de 1º grau DS2 - Dirigente superior de 2º grau D1 - Dirigente intermédio de 1º grau DI2 - Dirigente intermédio de 2º grau DI3 - Dirigente intermédio de 3.º e mais graus



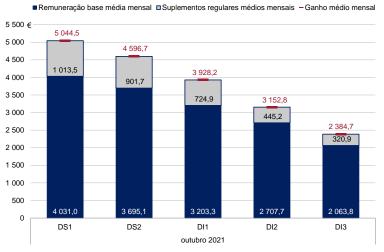
O valor estimado da remuneração base média mensal do total dos dirigentes no sector das administrações públicas, em outubro 2021 era de 2 808,5€, tendo registado um aumento de 0,2%, face ao período homólogo, enquanto o ganho médio mensal se manteve sensivelmente em 3 347,6€. Na administração central salientam-se os aumentos registados nas remunerações e ganhos dos dirigentes superiores de 2º grau, bem como nos dirigentes intermédios de 3º e mais graus. Na administração regional e local salientam-se os aumentos registados nas remunerações e ganhos dos dirigentes superiores de 1º grau (Quadro 3.1.2, Gráficos 3.1.3 a 3.1.5).

Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas em outubro, 2020 e 2021

Unidade: euro		A DMINIS	TRAÇ	ÕES PÚB	LICAS			A DMINIS	TRA	ÃO CENT	TRAL		A DM	INISTRA	ÇÃO I	REGIONAI	L E LOCA	L	FU	INDOS DI	E SEG	URANÇA	SOCIAL	
		eração l ia mens		Ganho i	nédio m	ensal		eração l lia mens		Ganho r	nédio m	ensal		eração b lia mensa		Ganho n	nédio m	ensal	Remune méd	eração b ia mensa		Ganho r	médio m	ensal
	out	out	۷Н	out	out	۷Н	out	out	۷н	out	out	VH	out	out	VH	out	out	VH	out	out	VH	out	out	VH
Designação	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)	2020	2021	(%)
Total Dirigentes	2 803,0	2 808,5	0,2	3 347,0	3 347,6	0,0	3 026,3	3 035,0	0,3	3 659,9	3 664,1	0,1	2 628,9	2 626,3	-0,1	2 981,3	2 974,1	-0,2	1 993,4	2 014,4	1,1	2 764,9	2 802,2	1,4
Dirigente superior:	3 777,1	3 823,2	1,2	4 731,3	4 767,5	0,8	3 912,8	3 955,2	1,1	4 929,5	4 951,8	0,5	3 314,9	3 382,6	2,0	4 028,4	4 122,4	2,3	4 216,2	4 222,0	0,1	5 980,6	5 971,0	-0,2
Dirigente Superior de 1.º grau	4 005,7	4 031,0	0,6	5 025,0	5 044,5	0,4	4 275,5	4 289,9	0,3	5 437,4	5 434,0	-0,1	3 537,8	3 610,8	2,1	4 293,0	4 396,3	2,4	4 682,0	4 681,9	0,0	6 684,5	6 676,6	-0,1
Dirigente Superior de 2.º grau	3 639,5	3 695,1	1,5	4 554,6	4 596,7	0,9	3 752,0	3 807,9	1,5	4 704,5	4 739,7	0,8	2 980,6	3 001,2	0,7	3 631,6	3 664,7	0,9	3 962,1	3 992,1	0,8	5 596,6	5 618,2	0,4
Dirigente intermédio:	2 667,9	2 667,9	0,0	3 155,0	3 150,9	-0,1	2 853,1	2 855,0	0,1	3 411,8	3 412,3	0,0	2 569,9	2 561,4	-0,3	2 891,3	2 875,6	-0,5	1 956,0	1 975,5	1,0	2 710,9	2 746,4	1,3
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3 200,8	3 203,3	0,1	3 911,8	3 928,2	0,4	3 276,9	3 284,0	0,2	3 986,5	4 009,8	0,6	3 013,9	3 001,6	-0,4	3 697,8	3 689,8	-0,2	3 239,4	3 284,0	1,4	4 351,4	4 465,9	2,6
Dirigente Intermédio de 2.º grau	2 714,5	2 707,7	-0,3	3 163,6	3 152,8	-0,3	2 825,4	2 806,2	-0,7	3 355,9	3 333,1	-0,7	2 636,1	2 641,2	0,2	2 915,1	2 915,1	0,0	2 443,6	2 444,4	0,0	3 391,2	3 416,6	0,8
Dirigente Int. de 3.º e mais graus	2 036,5	2 063,8	1,3	2 375,1	2 384,7	0,4	2 299,1	2 338,9	1,7	2 698,4	2 716,3	0,7	1 996,5	2 000,6	0,2	2 114,0	2 114,6	0,0	1 433,3	1 463,9	2,1	1 999,0	2 032,9	1,7

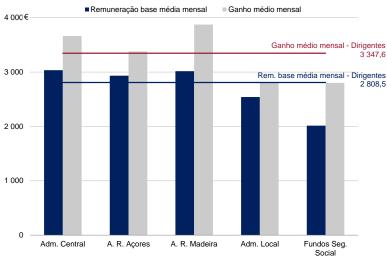
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Gráfico 3.1.3 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, outubro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, outubro 2021





3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

O escalão etário dos 45 aos 54 anos é o mais representativo dos trabalhadores das administrações públicas, sendo as carreiras gerais (assistente operacional, assistente técnico, técnico superior) e de docente do ensino básico e secundário as mais representadas neste escalão etário e no total de emprego.

No total das administrações públicas, as carreiras de administração tributária e aduaneira e de oficial dos registos e notariado apresentam as idades médias estimadas dos trabalhadores mais elevadas (54,6 e 56,1 anos, respetivamente). As carreiras das forças armadas, bombeiro, polícia municipal, forças de segurança e médico apresentam um índice de renovação superior a 100 e as idades médias mais baixas. As carreiras no sector da saúde, de enfermagem, médica e técnicos de diagnóstico e terapêutica revelam índices de renovação e de juventude bastante acima da média por via da entrada de novos profissionais, em particular da carreira médica que apresenta um índice de juventude superior a 100 (90,6 para os homens e 135,0 para as mulheres). A carreira das forças armadas destaca-se por ter o índice de juventude mais alto (190,3 para os homens e 409,6 para as mulheres).

Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021

						AD	MINISTRA	ÇÕES PI	ĴBLICA	S						
								Ida	de mé	dia	Índice	de ren	ovação	Índice	de juve	ntude
	Até	Dos 25	Dos 35	Dos 45	Dos 55	65 e		e:	stimad	a	(em nú	mero í	ndice)	(em nú	mero í	ndice)
	aos 24	aos 34	aos 44	aos 54	aos 64	mais	Total	(e	m ano	s)	ba	se = 10	00	ba	se = 10	00
CARGO / CARREIRA / GRUPO	anos					anos		н	М	Total	н	М	Total	н	М	Total
Total	16 860	78 806	168 221	238 149	206 213	25 647	733 896	47,1	48,4	47,9	33,3	18,8	23,9	33,5	25,6	28,5
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança	7 067	62 986	146 674	214 646	199 714	25 519	656 606	49,3	48,7	48,9	15,6	17,1	16,6	23,0	24,4	24,0
Representantes do poder legislativo (a)	9	101	576	915	543	215	2 359	51,1	47,8	50,1	3,5	8,0	4,4	12,2	19,7	14,2
Dirigente superior	0	12	226	709	645	191	1 783	54,6	52,7	53,8	0,0	0,0	0,0	3,8	4,2	4,0
Dirigente intermédio	1	197	2 619	5 783	3 166	405	12 171	50,8	49,9	50,3	0,9	0,6	0,8	7,5	6,8	7,1
Técnico superior	481	8 205	22 957	27 197	14 394	2 014	75 248	47,1	46,3	46,5	21,0	24,3	23,1	30,0	30,2	30,2
Assistente técnico/administrativo (b)	529	5 301	18 135	32 172	31 212	3 690	91 039	49,6	50,7	50,4	10,7	7,0	7,9	19,0	14,0	15,3
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	2 670	12 730	29 978	51 201	62 471	7 756	166 806	50,8	50,1	50,4	10,8	12,9	12,0	18,2	20,1	19,3
Informático	30	276	1 355	2 125	1 352	140	5 278	47,4	52,5	48,8	15,0	1,8	9,2	22,1	6,7	17,5
Magistrado	0	238	994	1 490	1 037	197	3 956	52,6	47,9	49,6	2,0	7,0	4,5	10,7	19,1	15,9
Diplomata (d)	3	58	63	109	136	38	407	50,8	47,8	50,0	16,8	51,7	24,3	22,9	34,9	26,0
Pessoal de investigação científica	10	628	1 768	1 018	525	111	4 060	43,9	43,9	43,9	23,6	23,0	23,2	57,7	52,4	54,6
Docente ensino universitário	338	1 807	3 370	4 776	5 035	1 077	16 403	49,6	48,3	49,0	21,9	20,3	21,2	26,1	29,8	27,7
Docente ensino superior politécnico	116	1 062	3 079	3 936	2 521	281	10 995	47,6	46,9	47,3	19,2	19,5	19,3	26,5	29,2	27,8
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	277	3 169	27 724	53 747	50 201	5 224	140 342	51,3	51,5	51,5	4,2	2,6	2,9	8,5	7,2	7,5
Pessoal de inspeção	0	68	411	793	558	57	1 887	51,0	49,7	50,3	2,8	4,0	3,4	9,6	9,4	9,5
Médico	48	12 501	7 842	3 615	5 488	2 676	32 170	44,5	41,2	42,4	86,2	129,0	111,5	90,6	135,0	117,1
Enfermeiro	2 138	12 302	18 648	12 350	8 066	336	53 840	42,3	41,6	41,7	79,2	104,0	99,6	82,1	89,1	87,9
Técnico diagnóstico e terapêutica	191	2 439	3 771	2 724	1 665	158	10 948	43,6	42,6	42,8	46,6	73,9	67,4	75,6	79,5	78,7
Técnico superior de saúde	3	95	483	791	512	63	1 947	49,2	49,3	49,3	6,5	5,6	5,7	16,2	14,3	14,5
Administração tributária e aduaneira	0	38	717	3 451	4 179	488	8 873	53,9	55,0	54,6	0,0	0,2	0,1	1,9	2,6	2,3
Conservador e Notário	0	0	1	322	189	36	548	55,7	53,4	53,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oficial dos registos e do notariado	0	0	91	1 277	2 162	128	3 658	55,6	56,2	56,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Oficial de justiça	28	670	515	2 799	3 275	231	7 518	52,7	51,5	52,0	6,2	11,7	9,9	9,0	20,2	15,9
Forças Armadas	7 865	6 553	5 953	4 495	1 259	5	26 130	34,6	30,5	34,0	706,9	-	839,0	190,3	409,6	208,0
Forças de segurança	1 928	9 267	15 594	19 008	5 240	123	51 160	42,9	41,5	42,8	107,9	104,4	107,4	53,5	76,9	55,6
Bombeiro	141	758	871	757	211	7	2 745	40,4	38,2	40,3	235,7	750,0	245,5	70,6	101,9	71,7
Polícia Municipal (e)	54	331	480	589	171	0	1 625	43,2	39,3	42,5	106,2	590,0	134,5	42,3	69,6	46,8

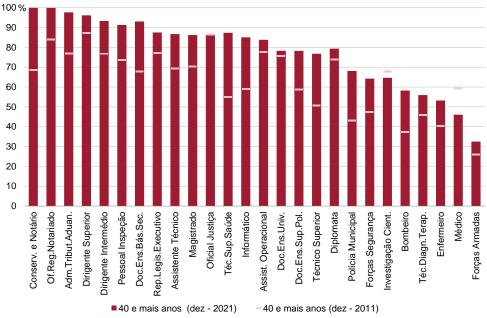
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, abrangendo os membros do CSM, não magistrados, eleitos pela Assembleia da República; dados não disponíveis para a Assembleia da República e os Serviços de Apoio ao Presidente da República; (b) a (d) inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública integrado na Polícia Municipal de Lisboa e do Porto.

Entre 2011 e 2021 verificou-se um aumento da proporção de trabalhadores com mais de 40 anos em todas as carreiras das administrações públicas, com exceção das carreiras de oficial de justiça, investigação científica e médica em que existem menos trabalhadores com menos de quarenta anos em 2021 do que em 2011. Note-se que nas carreiras de conservador e notário e oficiais de registo e notariado praticamente todos os trabalhadores têm mais de 40 anos (respetivamente 100% e 99,9% dos trabalhadores).

boep

Gráfico 3.2.1 Proporção de trabalhadores com 40 e mais anos em 31 dezembro, 2011 e 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Na administração central, as carreiras das forças armadas, de bombeiro e as carreiras médica, de enfermagem e técnicos de diagnóstico e terapêutica apresentavam a maior proporção de trabalhadores com idades inferiores a 35 anos (respetivamente, 55,2%, 42,9%, 38,9%, 26,9% e 23,7%).

Na administração regional e local, salienta-se a carreira de assistente operacional em que 75,6% dos trabalhadores tinha 45 ou mais anos, face a 67,8% dos trabalhadores no conjunto das carreiras da administração regional e local (Quadro 3.2.2).

Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 31 dezembro 2021

Unidade: Em percentagem		AD	MINISTR	AÇÃO CI	ENTRAL			ADMINIS	TRAÇÃO	REGION	IAL E L	OCAL			FUND	OS DE S	EGURAN	ÇA SOCIA	AL	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Até aos 24 anos		Dos 35 aos 44			65 e mais Total anos	Até aos 24 anos			Dos 45 aos 54		65 e mais 1 anos	Fotal	Até aos 24 anos			Dos 45 aos 54		65 e mais anos	Total
Total	2,8	11,7	23,0	32,0	27,1	3,4 100,0	0,7	8,2	23,2	33,2	30,9	3,7 1	100,0	0,1	2,9	15,7	42,9	33,4	5,0	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	0,0	1,3	19,5	46,8	20,8	11,7 100,0	0,4	4,4	24,6	38,5	23,1	9,0 1	00,0	-	-	-		-	-	-
Dirigente superior	0,0	0,5	10,6	38,0	39,2	11,7 100,0	0,0	1,1	19,1	43,4	28,0	8,3 1	00,0	0,0	0,0	11,1	77,8	11,1	0,0	100,0
Dirigente intermédio	0,0	2,0	20,3	45,4	28,8	3,5 100,0	0,0	1,4	25,0	48,1	22,5	2,9 1	00,0	0,0	0,3	13,1	58,2	24,1	4,3	100,0
Técnico superior	0,9	11,7	29,1	34,6	20,6	3,1 100,0	0,3	10,7	33,8	36,3	16,8	2,1 1	00,0	0,0	3,6	19,9	52,4	21,3	2,7	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,7	5,6	19,2	35,4	34,5	4,6 100,0	0,5	6,5	21,7	35,2	33,1	3,1 1	00,0	0,2	3,4	14,2	35,8	40,9	5,6	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	2,3	8,2	18,9	31,6	34,8	4,2 100,0	0,7	6,9	16,8	29,6	40,8	5,2 1	00,0	0,4	1,6	8,9	22,7	55,6	10,9	100,0
Informático	0,6	5,5	22,0	39,0	29,4	3,5 100,0	0,6	5,4	32,3	39,9	20,5	1,4 1	00,0	0,0	1,2	14,6	57,9	22,8	3,5	100,0
Magistrado	0,0	6,0	25,1	37,7	26,2	5,0 100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diplomata (d)	0,7	14,3	15,5	26,8	33,4	9,3 100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal de investigação científica	0,2	15,4	43,6	25,1	13,0	2,7 100,0	4,8	38,1	38,1	14,3	4,8	0,0 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Docente ensino universitário	2,1	11,0	20,5	29,1	30,7	6,6 100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Docente ensino superior politécnico	1,1	9,7	28,0	35,8	22,9	2,6 100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	0,2	2,2	18,9	38,1	36,8	3,8 100,0	0,3	3,4	29,1	40,8	24,0	2,4 1	00,0	0,0	0,0	17,7	29,0	44,4	8,9	100,0
Pessoal de inspeção	0,0	3,3	21,4	41,0	31,0	3,3 100,0	0,0	8,9	20,5	38,9	30,5	1,1 1	00,0	0,0	1,3	24,9	51,1	19,7	3,0	100,0
Médico	0,1	38,8	24,3	11,3	17,2	8,3 100,0	0,1	41,1	26,6	10,0	14,1	8,1 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeiro	4,0	22,9	34,4	23,0	15,0	0,6 100,0	3,0	22,2	37,4	21,6	15,3	0,5 1	00,0	0,0	25,0	0,0	0,0	50,0	25,0	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	1,8	21,9	34,3	25,5	15,0	1,4 100,0	0,8	26,9	37,3	16,1	17,4	1,5 1	00,0	0,0	0,0	14,3	71,4	7,1	7,1	100,0
Técnico superior de saúde	0,2	5,2	24,5	40,4	26,3	3,4 100,0	0,0	0,0	29,4	43,7	26,2	0,8 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Administração tributária e aduaneira	0,0	0,3	7,5	39,2	47,4	5,5 100,0	0,0	6,8	31,1	24,8	33,0	4,4 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Conservador e Notário	0,0	0,0	0,2	58,4	34,9	6,5 100,0	0,0	0,0	0,0	80,0	10,0	10,0 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial dos registos e do notariado	0,0	0,0	2,3	34,6	59,6	3,5 100,0	0,0	0,0	10,2	45,9	40,8	3,1 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial de justiça	0,4	8,9	6,9	37,2	43,6	3,1 100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	30,1	25,1	22,8	17,2	4,8	0,0 100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	3,8	18,1	30,5	37,2	10,2	0,2 100,0	5,7	14,9	14,9	34,5	28,7	1,1 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	10,5	32,4	48,7	8,4	0,0	0,0 100,0	4,5	27,1	29,8	29,7	8,5	0,3 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-
Polícia Municipal (e)	-	-	-	-	-		3,3	20,4	29,5	36,2	10,5	0,0 1	00,0	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: Ver notas Quadro 3.2.1 e capítulo IV. Notas Técnicas relativas a tratamento dos dados e conceitos.



A análise do gráfico seguinte revela que os trabalhadores da maioria das carreiras têm uma idade média superior à da administração pública (47,9 anos em dezembro de 2021), sendo mais notória essa diferença nas carreiras Oficiais de registo e notariado (56,1 anos), Pessoal da administração tributária e aduaneira (54,6 anos), dirigente superior (53,8 anos) e Conservador e Notário (53,8 anos).

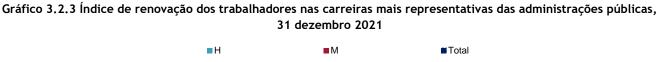
Face a 2011, verifica-se que as únicas carreiras em que a idade média diminuiu foram as carreiras médica e de investigação científica.

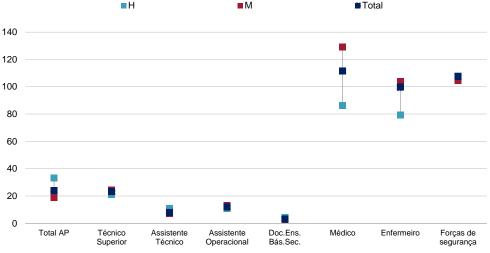
60 anos 55 50 média AP 2021: 47.9 45 40 35 30 25 20 15 10 Of.Reg.Notariado Oficial Justiça Assistente Técnico Dirigente Intermédio Pessoal Inspeção Rep.Legis.Executivo Diplomata Magistrado Sup.Saúde nformático Doc.Ens.Sup.Pol. Forças Segurança Téc.Diagn.Terap. Polícia Municipal Médico Enfermeiro Conserv.e Notário Operacional Doc.Ens.Univ. Técnico Superior nvestigação Cient. Bombeiro Adm. Tribut. Aduan **Dirigente Superior** Doc.Ens.Bás.Sec Forças Armadas Péc. Assist. 2021 -dez - 2011 dez -

Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo em 31 de dezembro, 2011 e 2021

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

A análise do índice de renovação nas carreiras que abrangem maior número de trabalhadores nas administrações públicas, revela que a relação entre os trabalhadores jovens (que potencialmente estão a entrar nas administrações públicas) e os trabalhadores que estão a sair das administrações públicas (com idade entre 55 e 64 anos) é mais elevada nas carreiras médica, de enfermagem e carreiras das forças de segurança. As carreiras médica e de enfermagem distinguem-se também por apresentarem um índice de renovação mais elevado nas mulheres do que nos homens, situação oposta à verificada no conjunto das administrações públicas em que existem mais homens jovens por cada homem com idade entre os 55 e os 64 anos.







3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo

Em 31 de dezembro de 2021, mais de metade das carreiras/grupos considerados englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90,0%, destacando-se os magistrados, diplomatas, conservadores e notários e médicos (100,0%). Ao analisar a estrutura das habilitações literárias nas carreiras com maior representatividade no emprego nas administrações públicas salientam-se: os assistentes operacionais, operários e auxiliares que detém maioritariamente o ensino básico (64,6%), os educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário em que 99,6% possui ensino superior e os assistentes técnicos e administrativos em que o ensino secundário prevalece (74,3%) (Quadro 3.3.1 e Gráfico 3.3.1).

Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2021

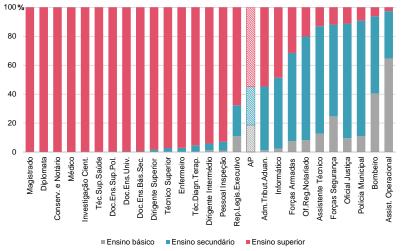
Unidade: posto de trabalho					ADMIN	IISTRAÇÕ	ES PÚBLIC	AS				
	Ensino	básico	Ensino se	ecundário	En	sino supe	erior			Estrut	ura (%)	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Até ao 2.º ciclo	3.° ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	63 136	74 205	24 821	169 044	17 421	299 705	85 564	733 896	18,7	26,4	54,9	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	106	153	44	459	59	1 332	206	2 359	11,0	21,3	67,7	100,0
Dirigente superior	3	4	0	23	16	1 173	564	1 783	0,4	1,3	98,3	100,0
Dirigente intermédio	47	110	53	505	152	9 513	1 791	12 171	1,3	4,6	94,1	100,0
Técnico superior	27	146	192	1 708	1 684	59 594	11 897	75 248	0,2	2,5	97,2	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	1 507	10 012	7 967	59 643	1 225	9 677	1 008	91 039	12,7	74,3	13,1	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	59 348	48 490	4 336	50 174	436	3 651	371	166 806	64,6	32,7	2,7	100,0
Informático	5	121	280	2 305	146	2 076	345	5 278	2,4	49,0	48,6	100,0
Magistrado	0	0	0	0	0	3 838	118	3 956	0,0	0,0	100,0	100,0
Diplomata (d)	0	0	0	0	0	290	117	407	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de investigação científica	0	0	0	4	1	82	3 973	4 060	0,0	0,1	99,9	100,0
Docente ensino universitário	0	0	0	63	10	2 372	13 958	16 403	0,0	0,4	99,6	100,0
Docente ensino superior politécnico	4	0	1	25	33	2 580	8 352	10 995	0,0	0,2	99,7	100,0
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.(*)	17	38	11	482	5 243	113 626	20 925	140 342	0,0	0,4	99,6	100,0
Pessoal de inspecção	3	17	31	82	12	1 542	200	1 887	1,1	6,0	93,0	100,0
Médico	0	0	0	0	0	17 681	14 489	32 170	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	50	72	305	1 140	5 899	43 586	2 788	53 840	0,2	2,7	97,1	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	5	43	92	369	1 579	8 045	815	10 948	0,4	4,2	95,4	100,0
Técnico superior de saúde	0	0	0	2	3	1 501	441	1 947	0,0	0,1	99,9	100,0
Administração tributária e aduaneira	6	98	858	3 055	313	4 154	389	8 873	1,2	44,1	54,7	100,0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	543	5	548	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos registos e do notariado	24	279	547	2 070	103	623	12	3 658	8,3	71,5	20,2	100,0
Oficial de justiça	12	706	4 034	1 921	19	803	23	7 518	9,6	79,2	11,2	100,0
Forças Armadas	87	1 893	641	15 269	318	6 535	1 387	26 130	7,6	60,9	31,5	100,0
Forças de segurança	1 658	10 960	5 247	27 167	157	4 608	1 363	51 160	24,7	63,4	12,0	100,0
Bombeiro	211	900	89	1 375	8	148	14	2 745	40,5	53,3	6,2	100,0
Polícia Municipal (e)	16	163	93	1 203	5	132	13	1 625	11,0	79,8	9,2	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: Ver notas do Quadro 3.2.1.

(*) Educadores de infância e docentes do ensino básico/secundário: incluem professores dos cursos profissionais em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário.

Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 31 dezembro 2021





3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo

No período de referência, a análise da estrutura do ganho médio mensal revela que no conjunto das administrações públicas a remuneração base média correspondia a 85,6% do ganho. O pessoal docente continuava a destacar-se pelo maior valor neste indicador: 95,5%. Os diplomatas constituíam a carreira com maior diferenciação na estrutura do ganho médio pelo exercício de funções nos serviços internos do MNE e quando colocados no estrangeiro: considerando o emprego total (dentro e fora do território nacional) eram os suplementos que assumiam a maior importância no ganho médio auferido mensalmente pelos diplomatas (72,5%). Por outro lado, observando apenas os indicadores da carreira diplomata fora do território nacional, os suplementos representavam 22,7% do ganho médio (Gráfico 3.4.1 e Quadros 10.1 e 10.2).

Para o emprego, excluindo trabalhadores colocados no estrangeiro (fora do território) Pessoal Docente 95.5 Pessoal Docente Admin, Tributária e Aduaneira 91.9 8.1 Admin. Tributária e Aduaneira 91.9 8,1 Técnico Superior 9.5 Técnico Superior 9.1 Informático 10,4 Informático 10.3 Pessoal de Justiça 11.2 Pessoal de Justiça 11,2 Pessoal Inspeção 87.1 12.9 Pessoal Inspeção 12.9 Adm. Públicas 85.6 14.4 Adm. Públicas 85.8 14.3 Assistente Técnico 15,5 Magistrado 84.4 15.6 Magistrado 84.4 15,6 Assistente Técnico 15.6 Dirigente 16.1 Dirigente 16,1 Pessoal de Saúde exclui Médico 81.2 18.8 Pessoal de Saúde exclui Médico 18.8 Assistente Operacional 19.3 Assistente Operacional 19.3 Repres. Legislativo e Executivo 78.6 21,4 Repres. Legislativo e Executivo 21.4 Forças Armadas e de Segurança 75.6 24.4 Diplomata 22,7 Médico 74.0 26.0 24.4 Forças Armadas e de Segurança Bombeiro e Polícia Municipal 65.1 34.9 Médico 26.0 Diplomata 27,5 72,5 34,9 70 80 90 10 20 30 40 50 60 100 % ■ Peso da remuneração base no ganho médio Peso dos suplementos no ganho médio ■Peso da remuneração base no ganho médio

Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2021

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); Ver SIEP 1.º trimestre 2022

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador e notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; Dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo e Executivo: representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos.

Tendo em conta o nível de habilitação literária dos trabalhadores, verifica-se que, de uma forma geral, as carreiras com maior proporção de trabalhadores com ensino superior apresentavam também valores médios de remuneração de base mais elevados (acima da média da AP). Constituíam exceção as carreiras de enfermagem e de técnico de diagnóstico e terapêutica pelos elevados níveis habilitacionais dos seus trabalhadores, ainda que auferindo remunerações abaixo da média da AP (Gráfico 3.4.2).

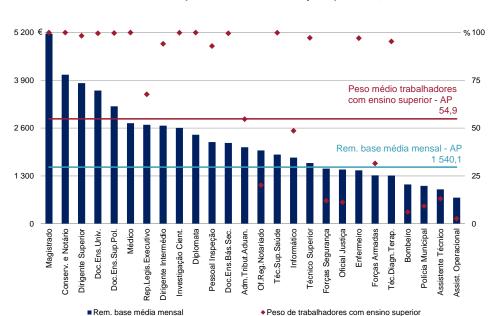


Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, outubro 2021



4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica

De acordo com os dados apurados a 31 de dezembro de 2021, 96,2% do emprego nas administrações públicas concentrava-se nas atividades de "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O), de "Educação" (Secção P) e de "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) (Quadro 4.1 e Gráfico 4.2), tendo também sido estas atividades as que mais contribuíram para o aumento homólogo de 2,1% do emprego nas administrações públicas.

Para a taxa de feminização das administrações públicas (61,5%) é de realçar o contributo das atividades de "Educação" (P) e "Saúde" (Q), nas quais 75,7% e 77,3% do emprego, respetivamente, são mulheres (Gráfico 4.1).

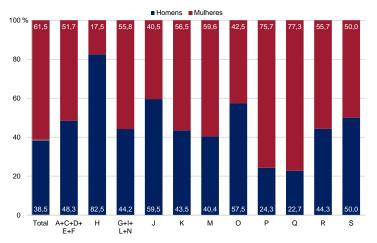
Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2017 a 2021

							ADMIN	IISTRAÇÕ	ES PÚBLIC	AS				
Unidade	: post	o de trabalho	201	7	201	8	201	9	202	20	202	11	VH	
ão		CAE Rev.3	31 d	ez	31 d	ez	31 d	ez	31 d	lez	31 d	ez	۷П	
Secção		Designação	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.°	Peso %	N.º	%
		Total	669 365	100,0	683 162	100,0	698 924	100,0	718 761	100,0	733 896	100,0	15 135	2,1
	-	cultura, produção animal, caça, floresta e pesca;												
		st. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente	4 358	0,7	4 501	0,7	4 446	0,6	4 461	0,6	4 394	0,6	-67	-1,5
+F		a e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água;		,		,		,		,		´		,
		am., gestão de resíduos e despoluição; Construção												
Н		sportes e armazenagem	8 659	1,3	8 647	1,3	9 056	1,3	10 160	1,4	11 721	1,6	1 561	15,4
		ércio por grosso e a retalho; Alojamento,	024	0.4	0.45	0.4	046	0.4	0.43	0.4	005		42	4 -
G+I+L+N		uração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades	826	0,1	845	0,1	946	0,1	943	0,1	985	0,1	42	4,5
J		nistrativas e dos serviços de apoio dades de informação e de comunicação	1 606	0.2	1 590	0.2	1 705	0,2	1 801	0,3	1 814	0,3	13	0,7
K		ridades financeiras e de seguros	427	0,1	410	0,1	419	0,1	402	,	418	0,3	16	4,0
		•	3 959	•		,		,	4 560	-,-	4 848	0,1	288	6,3
м о*		de consultoria, científicas, técnicas e similares		0,6	4 129	0,6	4 441	0,6		0,6		· /		•
0 "	Admi	inistração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	275 177	41,1	283 108	41,4	285 567	40,9	286 706	39,9	291 006	39,7	4 300	1,5
	quais:	Administração pública em geral, económica e social Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança,	160 410	24,0	168 021	24,6	171 181	24,5	172 684	24,0	175 941	24,0	3 257	1,9
	ñb.	ordem pública e proteção civil	104 320	15,6	104 322	15,3	103 256	14,8	102 910	14,3	103 817	14,2	907	0,9
	das	Atividades de segurança social obrigatória	10 447	1,6	10 765	1,6	11 130	1,6	11 112	1,6	11 248	1,5	136	1,2
Р	Educ	ação	231 104	34,5	232 708	34,1	236 509	33,8	244 603	34,0	248 829	33,9	4 226	1,7
	is.	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	190 652	28,5	190 956	28,0	192 014	27,5	198 334	27,6	201 011	27,4	2 677	1,4
	quais:	Ensino superior	37 575	5,6	38 797	5,7	41 467	5,9	42 602	5,9	44 385	6,1	1 783	4,2
	das	Outras atividades educativas	2 877	0,4	2 955	0,4	3 028	0,4	3 667	0,5	3 433	0,5	-234	-6,4
Q	Ativi	dades de saúde humana e apoio social	139 737	20,9	143 415	21,0	151 772	21,7	161 090	22,4	165 819	22,6	4 729	2,9
	s .si	Atividades de saúde humana	131 201	19,6	134 665	19,7	142 171	20,3	151 407	21,1	156 088	21,3	4 681	3,1
	das quais:	Atividades de saúde humana · Ativ. de apoio social com e sem alojamento	8 536	1,3	8 750	1,3	9 601	1,4	9 683	1,4	9 731	1,3	48	0,5
R *		artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	2 567	0,4	2 703	0,4	2 798	0,4	2 807	0,4	2 866	0,4	59	2,1
		Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e	_	,	_	,		,		•			_	,
	.:	literárias	794	0,1	790	0,1	1 001	0,1	1 023	0,1	1 112	0,2	89	8,7
	quais:	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ.	1 432	0.2	1 420	0.2	1 527	0.2	1 525	0.3	1 484	0.3	44	2 7
	das	culturais	1 432	0,2	1 438	0,2	1 536	0,2	1 525	0,2	1 484	0,2	-41	-2,7
		Atividades desportivas, de diversão e recreativas	341	0,1	475	0,1	261	0,0	259	0,0	270	0,0	11	4,3
S	Outra	as atividades de serviços	945	0,1	1 106	0,2	1 265	0,2	1 228	0,2	1 196	0,2	-32	-2,6

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022.)

(*) As diferenças de valor face ao divulgado na SIEP do 1º trimestre de 2022 resultam da correção da CAE de uma entidade da administração central.

Gráfico 4.1 Emprego nas administrações públicas por sexo e classificação de atividade económica (CAE), 31 dezembro 2021





As maiores contribuições para o aumento homólogo do emprego na administração central em 31 de dezembro de 2021 foram dadas pelas atividades económicas "Educação" (Secção P) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q), especialmente nas respetivas subsecções "Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário" e "Atividades de saúde humana" (Quadro 4.2). Na administração regional e local verifica-se um aumento de emprego, mais acentuado nos ramos de atividade económica "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O) e "Transportes e armazenagem" (Secção H) (Quadro 4.2 e Gráfico 4.3).

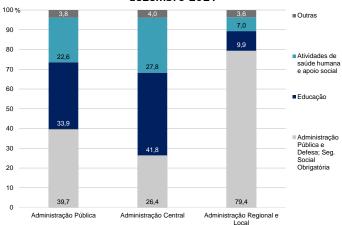
Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2019 a 2021

		Al	DMINISTR	AÇÃO CEN	ITRAL			AD/	MINISTRA	ÇÃO REGI	ONAL E	LOCAL		FU	NDOS DE	SEGURA	NÇA S	OCIAL	
Unidade	le: posto de trabalho	2019	2020	202	1	VH		2019	2020	202	1	VI		2019	2020	202	21	V	Ή.
Q	CAE Rev.3	31 dez	31 dez	31 de	ez	VII	•	31 dez	31 dez	31 d	ez	۷۱	1	31 dez	31 dez	31 d	lez	· •	"
Secção	Designação	N.°	N.º	N.°	Peso %	N.º	%	N.°	N.º	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	N.°	N.º	Peso %	N.º	%
	Total	527 652	545 396	554 760	100,0	9 364	1,7	160 449	162 591	168 209	100,0	5 618	3,5	10 823	10 774	10 927	100,0	153	1,4
	Agricultura, produção animal, caça, floresta																		
4 · C · D ·	e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás,																		
A+C+D+ E+F	vapor, água quente e fria e ar frio; Captação,	4 142	4 102	4 017	0,7	-85	-2,1	304	359	377	0,2	18	5,0	0	0	0	0,0	0	-
L+1	tratam. e distrib. de água; saneam., gestão																		
	de resíduos e despoluição; Construção																		
	Transportes e armazenagem Comércio por grosso e a retalho;	7 979	9 054	9 244	1,7	190	2,1	1 077	1 106	2 477	1,5	1 371	124,0	0	0	0	0,0	0	-
G+I+L+	Alojamento, restauração e similares; Ativ.	315	305	305	0.1	^	0.0	631	638	680	0.4	42		0	0	0	0.0	_	
N	imobiliárias; Atividades administrativas e	315	305	305	0,1	U	0,0	631	638	680	0,4	42	6,6	U	U	U	0,0	0	-
	dos serviços de apoio									_								_	
	Atividades de informação e de comunicação	1 705	1 801	1 814	0,3	13	0,7	0	0	_	0,0	0	-	0	0	0	0,0	0	
	Actividades financeiras e de seguros	419	402	418	0,1	16	4,0	0	0	0	0,0	0	-	0	0	0	0,0	0	-
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	4 016	4 112	4 352	0,8	240	5,8	425	448	496	0,3	48	10,7	0	0	0	0,0	0	-
	Administração Pública e Defesa; Seg. Social																		
O.*	Obrigatória	145 842	145 409	146 558	26,4	1 149	0,8	128 902	130 523	133 521	79,4	2 998	2,3	10 823	10 774	10 927	100,0	153	1,4
	Administração pública em geral, económica	42 183	42 066	42 316	7.6	250	0,6	128 715	130 340	133 353	79,3	3 013	2.3	283	278	272	2,5	-6	-2.2
	e social	42 103	42 000	42 310	7,0	230	0,0	120 / 13	130 340	133 333	77,3	3 013	2,3	203	276	2/2	2,3	-0	-2,2
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça,	103 125	102 784	103 682	18,7	898	0,9	131	126	135	0,1	9	7,1	0	0	0	0,0	0	
	segurança, ordem pública e proteção civil				, .		-,.				-,.		.,.				-,-		
	Atividades de segurança social obrigatória	534	559	560	0,1	1	0,2	56	57	33	0,0	-24	-42,1	10 540	10 496	10 655	97,5	159	1,5
P	Educação	220 141	228 251	232 094	41,8	3 843	1,7	16 368	16 352	16 735	10,0	383	2,3	0	0	0	0,0	0	-
	Educação pré-escolar, Ensino básico e	176 315	182 615	184 923	33,3	2 308	1,3	15 699	15 719	16 088	9.6	369	2,4	0	0	0	0.0	0	
	secundário	170 313	102 013	104 723	33,3		1,3	13077	13717		,	307	2,7	Ū	·	·	0,0		
	Ensino superior	41 467	42 602	44 385	8,0	1 783	4,2	0	0		0,0	0	-	0	0	0	0,0	0	-
	Outras atividades educativas	2 359	3 034	2 786	0,5	-248	-8,2	669	633	647	0,4	14	2,2	0	0	0	0,0	0	
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	141 107	150 008		27,8	3 988	,	10 665			7,0	741	6,7	0	0	0	0,0	0	
	x iii Atividades de saúde humana	131 648	140 465	144 402	26,0	3 937	2,8	10 523	10 942	11 686	7,0	744	6,8	0	0	0	0,0	0	-
	용 B Ativ. de apoio social com e sem alojamento	9 459	9 543	9 594	1,7	51	0,5	142	140	137	0,1	-3	-2,1	0	0	0	0,0	0	-
R *	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e	1 894	1 857	1 873	0.3	16	0.9	904	950	993	0.6	43	4.5	0	0	0	0.0	0	
	recreativas				0,0		٠,,,	,	,,,,	,,,	٠,٠		.,.				٠,٠		
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	699	690	722	0,1	32	4,6	302	333	390	0,2	57	17,1	0	0	0	0,0	0	
	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 184	1 156	1 140	0,2	-16	-1,4	352	369	344	0,2	-25	-6,8	0	0	0	0,0	0	
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	11	11	11	0,0	0	0,0	250	248	259	0,2	11	4,4	0	0	0	0,0	0	
S	Outras atividades de serviços	92	95	89	0,0	- 4	-6,3	1 173	1 133	1 107	0.7	-26	-2,3	0	0	0	0,0	0	

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

(*) As diferenças de valor face ao divulgado na SIEP do 1º trimestre de 2022 resultam da correção da CAE de uma entidade da administração central.

Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas e por subsetor, segundo a CAE, 31 dezembro 2021





Nas administrações públicas, as remunerações médias mensais mais elevadas registaram-se nas "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Ensino superior" na "Educação" (Secção P) e nas "Atividades de informação e de comunicação" (Secção J), com valores acima da média. As mesmas atividades, juntamente com os "Transportes e Armazenagem" (Secção H) e "Atividades de saúde humana" nas "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q), apresentam ganhos médios mensais acima da média dos ganhos globais (Quadro 4.3 e Gráfico 4.3).

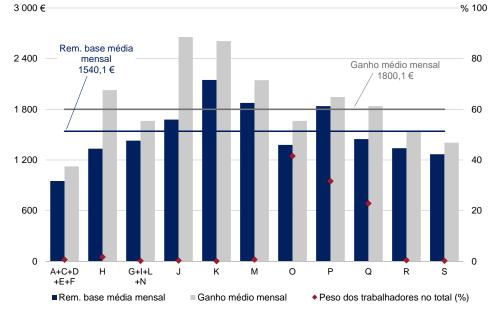
Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2017 a 2021

Unidade	e: euro					ADMIN	IISTRAÇ	ÕES PÚBL	ICAS				
	CAE Rev.3		Remune	ração bas	e média n	nensal			G	anho méd	io mensal		
		2017	2018	2019	2020	2021	VH	2017	2018	2019	2020	2021	VH
Secção	Designação	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	(%)
	Total	1 460,7	1 468,9	1 505,6	1 532,2	1 540,1	0,5	1 693,1	1 718,9	1 767,5	1 788,9	1 800,1	0,6
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;												
A+C+D	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e	865,5	853,6	894,3	908,8	950,5	4,6	1 025 0	1 000 7	1 049 7	1 050 0	1 123,4	6,1
+E+F	fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água;	803,3	633,6	074,3	900,0	930,3	4,0	1 025,6	1 009,7	1 040,7	1 039,0	1 123,4	0,1
	saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção												
н	Transportes e armazenagem	1 385,5	1 406,1	1 390,6	1 374,0	1 333,2	-3,0	1 969,6	1 992,2	2 036,3	2 085,5	2 027,2	-2,8
G+I+L+	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento,												
G+I+L+ N	restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades	1 370,5	1 409,5	1 385,2	1 383,1	1 428,9	3,3	1 627,0	1 644,2	1 655,9	1 634,7	1 662,7	1,7
N	administrativas e dos serviços de apoio												
J	Atividades de informação e de comunicação	1 631,2	1 780,2	1 686,8	1 690,4	1 678,1	-0,7	2 535,6	2 752,8	2 676,1	2 612,2	2 655,3	1,7
K	Atividades financeiras e de seguros	1 945,2	2 139,6	2 010,9	2 055,3	2 147,9	4,5	2 485,5	2 535,5	2 488,4	2 544,3	2 607,6	2,5
М	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 793,4	1 828,4	1 825,2	1 859,5	1 875,3	0,9	1 983,6	2 044,9	2 098,7	2 143,4	2 145,1	0,1
0 *	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 310,7	1 312,7	1 338,7	1 372,1	1 378,4	0,5	1 577,5	1 586,9	1 634,4	1 655,3	1 663,0	0,5
	Administração pública em geral, económica e social	1 176,7	1 184,3	1 208,7	1 237,7	1 245,7	0,7	1 351,1	1 372,2	1 398,1	1 417,8	1 431,3	1,0
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 520,7	1 523,8	1 559,6	1 604,9	1 610,8	0,4	1 934,0	1 940,4	2 037,9	2 067,3	2 068,9	0,1
	Atividades de segurança social obrigatória	1 249,9	1 206,7	1 236,7	1 255,8	1 256,5	0,1	1 456,5	1 400,8	1 430,5	1 445,9	1 449,3	0,2
P	Educação	1 707,8	1 722,7	1 777,4	1 822,3	1 837,5	0,8	1 815,5	1 836,4	1 896,5	1 935,7	1 945,0	0,5
	্র্র Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 599,3	1 613,9	1 672,6	1 727,8	1 742,7	0,9	1 704,1	1 724,5	1 789,0	1 838,7	1 847,4	0,5
	Educação pre-escolar, Ensino básico e secundário Ensino superior	2 411,8	2 430,5	2 422,7	2 421,8	2 425,5	0,2	2 533,2	2 559,4	2 554,1	2 543,6	2 545,2	0,1
	Outras atividades educativas	1 335,9	1 375,6	1 414,4	1 376,2	1 456,1	5,8	1 485,4	1 527,7	1 575,1	1 545,2	1 609,8	4,2
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 407,5	1 418,8	1 457,4	1 443,1	1 447,1	0,3	1 732,0	1 800,7	1 833,0	1 819,4	1 837,2	1,0
	Atividades de saúde humana	1 421,5	1 432,0	1 472,0	1 455,4	1 457,5	0,1	1 757,2	1 828,2	1 861,6	1 846,0	1 862,4	0,9
	ਰੋ Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 207,1	1 222,7	1 258,1	1 263,3	1 287,3	1,9	1 370,5	1 395,7	1 444,2	1 432,8	1 449,3	1,2
R *	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 245,5	1 286,2	1 303,7	1 324,4	1 338,8	1,1	1 430,9	1 487,8	1 509,8	1 526,6	1 537,5	0,7
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 488,0	1 572,1	1 529,6	1 536,9	1 525,8	-0,7	1 829,2	1 907,6	1 847,9	1 858,0	1 838,8	-1,0
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literarias Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 219,1	1 235,9	1 235,3	1 255,7	1 289,1	2,7	1 345,2	1 374,2	1 375,5	1 384,5	1 415,5	2,2
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	858,6	876,9	822,8	853,2	852,4	-0,1	1 000,4	1 026,9	969,4	993,4	978,0	-1,6
S	Outras atividades de serviços	1 276,5	1 236,6	1 197,0	1 261,8	1 267,5	0,5	1 429,9	1 381,8	1 339,0	1 407,1	1 404,3	-0,2
F	• DGAFP-SIOF (dados disponíveis em 25-04-2022)												

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

(*) As diferenças de valor face ao divulgado na SIEP do 1º trimestre de 2022 resultam da correção da CAE de uma entidade da administração central.

Gráfico 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2021





Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2020 e 2021

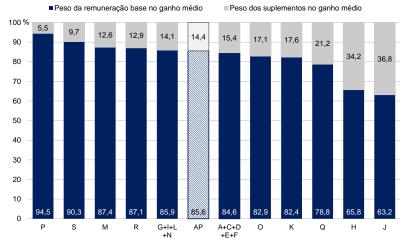
Unidad	e: euro		ADMIN	IISTRA	ÇÃO CENT	RAL		AI	DMINISTR.	AÇÃO I	REGIONAL	E LOCAL			FUNDOS	DE SEC	GURANÇA S	OCIAL	
	CAE Rev.3		neração b dia mens		Ganho	médio me	ensal		neração b dia mensa		Ganho	médio me	nsal		neração b dia mensa		Ganho r	nédio me	ensal
		2020	2021	VH	2020	2021	VH	2020	2021	VH	2020	2021	VH	2020	2021	VH	2020	2021	VH
Secção	Designação	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)
	Total	1 662,5	1 670,5	0,5	1 941,4	1 950,0	0,4	1 134,0	1 143,7	0,9	1 324,3	1 346,9	1,7	1 259,7	1 259,9	0,0	1 443,2	1 444,3	0,1
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e																		'
A . C . D	pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor,																		
A+C+D	água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e	852,5	896,3	5,2	1 002,1	1 071,9	7,0	1 641,3	1 594,9	-2,8	1 799,5	1 736,6	-3,5	-	-	-	-	-	-
+E+F	distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e																		
	despoluição; Construção																		
Н	Transportes e armazenagem	1 418,9	1 436,6	1,3	2 154,6	2 168,3	0,6	1 001,8	933,0	-6,9	1 511,4	1 481,7	-2,0	-	-	-	-	-	-
	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento,																		
G+I+L+	restauração e similares; Ativ. imobiliárias;	1 757,4	1 743,6	-0,8	2 095,1	2 072,1	-1,1	1 204,4	1 290,4	7,1	1 414,9	1 482,5	4,8	-	-	-	-	-	١.
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio																		
J	Atividades de informação e de comunicação	1 690,4	1 678,1	-0,7	2 612,2	2 655,3	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
K	Atividades financeiras e de seguros	2 055,3	2 147,9	4,5	2 544,3	2 607,6	2,5	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	
	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e	1 000 7	1 927,6	0.0	2 212 4	2 214,0	0.1	1 400 0	1 425,3	1.2	1 522 5	1 552,0	10						
м	similares	1 707,7	1 727,0	0,9	2 212,4	2 214,0	0,1	1 400,0	1 423,3	1,2	1 323,3	1 332,0	1,7	-	-	-		-	'
	Administração Pública e Defesa; Seg. Social	1 664.9	1 673,6	0.5	2 056.0	2 061,6	0.3	1 047.4	1 056,4	0.9	1 215.9	1 233,0	1.4	1 259.7	1 259,9	0.0	1 443.2	1 444.3	0.1
0 *	Obrigatória	,		'			ļ [*]	•		ļ [*]		,	, ·						Ĺ.
	Administração pública em geral, económica e social	1 812,7	1 829,4	0,9	2 027,8	2 042,3	0,7	1 046,9	1 056,0	0,9	1 215,3	1 232,6	1,4	2 174,8	2 203,4	1,3	2 434,4	2 482,3	2,0
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça,	1 605,2	1 611,1	0,4	2 067,8	2 069,5	0,1	1 383,9	1 363,8	-1,5	1 635,2	1 611,4	-1,5	-	-	-	-	-	
	segurança, ordem pública e proteção civil Atividades de segurança social obrigatória	1 624.1	1 643,7	1.2	1 079 0	2 044.0	,,	1 445 5	1 339,1	.7.4	1 627.3	1 500.2	.7 9	1 235.3	1 235.9	0.1	1 416.8	1 417,8	0.
Р	Educação	. ,	1 844,9		,	1 951,2	. , .		1 740,9	′	. ,.	1 864,7	2.9	1 233,3	1 233,7	0,1	1410,0	1417,0	,
		1 730,4				1 844,4	l '	,	1 756,5			1 881,0		-	_	-	-	_	
	Ensino superior	2 421,8				2 545,2		1 099,0	1 /30,3	3,4	1 029,1	1 001,0	2,0					-	
	<u>S</u>							4 242 2	4 247 2	,	4 424 2	4 452 4	2.					-	
•	පි Outras atividades educativas Atividades de saúde humana e apoio social	1 390,7				1 647,7 1 832,0			1 347,3			1 453,1 1 906,5	2,2 2.3	-	-			-	
Q			1 455,5	'					1 335,5			,	l '	-	-	-	-	-	'
	y Atividades de saúde humana Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 463,9				1 858,0		1 350,3	1 341,7		1 875,6		2,3	-	-			-	'
	Aciv. de apoio social conte sem alojamento	1 269,4	1 293,8	1,9	1 439,5	1 456,4	1,2	823,5	829,6	0,7	950,8	948,1	-0,3		-	-		-	'
	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e	1 466,8	1 475,8	0,6	1 693,3	1 698,0	0,3	1 039,8	1 070,9	3,0	1 193,6	1 223,4	2,5	-	-	-	-	-	
R *	recreativas																		
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e ii literárias	1 684,5	1 664,9	-1,2	2 058,7	2 037,4	-1,0	1 208,3	1 257,9	4,1	1 411,0	1 456,4	3,2		-	-		-	
	ुं literarias षु Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ.																		
	S culturais	1 321,6	1 351,4	2,3	1 448,1	1 476,0	1,9	1 049,4	1 068,9	1,9	1 185,4	1 201,8	1,4	-	-	-		-	
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	1 957,1	1 958,9	0,1	2 654 0	2 430,3	-8.4	803.4	804.1	0.1	918,6	914.7	-0,4	_	-				
s	Outras atividades de serviços		1 823,2			2 105,4		,	1 224,0			1 349,5		_	_			_	

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022.

Na administração central, os trabalhadores nas entidades classificadas nas "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Educação" (Secção P) e "Outras atividades de serviços" (Secção S) apresentam as remunerações base médias mensais mais elevadas (Quadro 4.4), influenciando a tendência observada no total das administrações públicas (Quadro 4.3). Na administração regional e local as remunerações base médias mensais mais elevadas foram registadas nas entidades classificadas na "Educação" (Secção P), nas atividades do setor primário, incluindo energia e construção (Secções A+C+D+E+F) e nas "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M).

A análise da estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas revela a maior importância dos suplementos auferidos pelos trabalhadores das entidades das "Atividades de informação e comunicação" (Secção J) e nos "Transportes e armazenagem" (Secção H), representando, respetivamente, 36,8% e 34,2% do ganho médio mensal.

Gráfico 4.4 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2021



^(*) As diferenças de valor face ao divulgado na SIEP do 1º trimestre de 2022 resultam da correção da CAE de uma entidade da administração central.



5. Trabalhadores com deficiência

No total das administrações públicas, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2021, observou-se um crescimento constante dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (com incapacidade permanente igual ou superior a 60%), com uma variação positiva de 71,1%, destacando-se o maior aumento das mulheres, as quais representam 68,1% do total dos trabalhadores com deficiência no final de 2021. Destacam-se, na administração central, a área governativa da Educação, e na administração local, os municípios, com a maior número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (respetivamente, 25,2% e 19,7% do total das administrações públicas) (Quadro 5.1 e Gráficos 5.1 e 5.2). A administração local é o único subsetor em que os trabalhadores com deficiência são maioritariamente do sexo masculino (51,0%) (Quadro 5.1 e Gráfico 5.2).

Quadro 5.1 Trabalhadores com deficiência por subsector, área governativa e sexo em 31 dezembro, 2011, 2020 e 2021

Unidade: posto de trabalho		2011			2020			2021		Variaç	ão (%)
		31 dez			31 dez			31 dez		VH	dez21/
<u></u>	Н	М	Т	Н	М	Т	Н	М	Т	٧	dez11
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	4 892	7 026	11 918	6 148	12 698	18 846	6 507	13 882	20 389	8,2	71,1
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3 069	5 385	8 454	3 749	10 049	13 798	4 019	10 975	14 994	8,7	77,4
Estado	1 692	2 823	4 515	1 980	5 426	7 406	2 180	6 019	8 199	10,7	81,6
Serviços e Fundos Autónomos	1 208	2 400	3 608	1 617	4 390	6 007	1 696	4 714	6 410	6,7	77,7
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	2 900	5 223	8 123	3 597	9 816	13 413	3 876	10 733	14 609	8,9	79,9
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	140	208	348	183	364	547	182	427	609	11,3	75,0
Economia e Transição Digital	25	32	57	19	64	83	21	72	93	12,1	63,2
Negócios Estrangeiros	11	24	35	10	28	38	9	29	38	0,0	8,6
Presidência do Conselho de Ministros	9	19	28	15	37	52	13	37	50	-3,9	78,6
Finanças	68	146	214	185	439	624	186	453	639	2,4	198,6
Defesa Nacional	312	97	409	106	121	227	129	145	274	20,7	-33,0
Administração Interna	208	75	283	413	140	553	446	161	607	9,8	114,5
Justiça	124	228	352	135	326	461	226	394	620	34,5	76,1
Modernização do Estado e da Administração Pública	12	18	30	8	27	35	9	31	40	14,3	33,3
Planeamento	2	3	5	4	2	6	5	9	14	133,3	180,0
Cultura	47	58	105	46	95	141	47	96	143	1,4	36,2
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	268	367	635	366	586	952	367	625	992	4,2	56,2
Educação	696	1 820	2 516	858	3 807	4 665	917	4 222	5 139	10,2	104,3
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	64	115	179	58	190	248	67	205	272	9,7	52,0
Saúde	249	664	913	261	1 102	1 363	271	1 151	1 422	4,3	55,8
Ambiente e Ação Climática	31	53	84	32	76	108	34	77	111	2,8	32,1
Infraestruturas e Habitação	34	38	72	24	48	72	22	46	68	-5,6	-5,6
Coesão Territorial	12	11	23	14	22	36	16	24	40	11,1	73,9
Agricultura	51	68	119	75	101	176	75	109	184	4,6	54,6
Mar	9	4	13	10	26	36	12	26	38	5,6	192,3
Sector Empresarial do Estado - Entid. Reclassific. (ii)	522	1 162	1 684	774	2 215	2 989	822	2 394	3 216	7,6	91,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	6	13	19	1	0	1	0	0	0	-100,0	-100,0
Instituições Sem Fim Lucrativo da Administração Central	169	162	331	152	233	385	143	242	385	0,0	16,3
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	1 709	1 340	3 049	2 296	2 246	4 542	2 385	2 465	4 850	6,8	59,1
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	120	231	351	121	219	340	124	223	347	2,1	-1,1
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	63	133	196	62	138	200	68	139	207	3,5	5,6
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1 526	976	2 502	2 113	1 889	4 002	2 193	2 103	4 296	7,4	71,7
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	114	301	415	103	403	506	103	442	545	7,7	31,3
Fundos de Segurança Social da Administração Central	102	273	375	95	373	468	95	411	506	8,1	34,9
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	9	25	34	5	20	25	5	21	26	4,0	-23,5
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	3	3	6	3	10	13	3	10	13	0,0	116,7

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: (i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1.

Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsector em 31 dezembro, 2011 a 2021

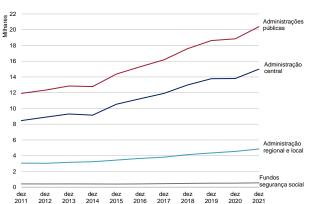
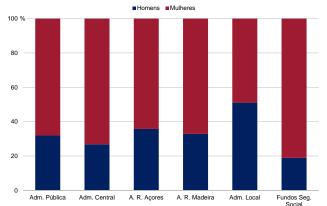


Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector, 31 dezembro 2021





II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em dezembro de 2021, o emprego nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central (sociedades financeiras e não financeiras) registou uma quebra face ao período homólogo (-9,2%, correspondendo a -3 015 postos de trabalho), devido à saída do universo do sector público da "Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A." para o sector da administração local e em resultado da saída de trabalhadores da "TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A.". Por outro lado, no mesmo período, as empresas e demais entidades públicas detidas pela administração regional da Madeira e administração local registaram um crescimento de 3,4% e 2,7% respetivamente. Estas entidades do setor público mantêm uma estrutura predominantemente masculina, sendo este indicador particularmente distinto na administração regional da Madeira (84,0% de homens e 16,0% de mulheres) (Quadro 6.1 e Gráfico 6.1).

Em outubro de 2021, destaca-se, em termos homólogos, a quebra de -10,8% na remuneração base média mensal das empresas e demais entidades públicas da administração central (em particular nas sociedades não financeiras: -17,6%), e o crescimento de +1,3% nas empresas e entidades públicas detidas pela administração regional da Madeira e de +2,0% nas entidades detidas pela administração local. Quanto ao ganho médio mensal, verificaram-se quebras homólogas nas entidades detidas pela administração Central (-8,8%) e pela administração regional da Madeira (-1,5%), enquanto o ganho médio mensal registou um aumento de +1,6% nas entidades detidas pela administração local (Quadro 6.2 e Gráfico 6.2).

Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público em 31 dezembro, 2017 a 2021

Unidad	le: posto de trabalho							Em	prego	(N.°)									VH	ł		
		31	dez 20)17	31	dez 20)18	31	dez 20)19	31	dez 20	20	31	dez 20	21	Н		М		Tot	cal
		Н	М	Total	N.°	%	N.°	%	N.°	%												
Empre	sas e demais entidades públicas																					
De	etidas pela adm. central	13 528	9 203	22 731	13 213	8 910	22 123	13 850	9 600	23 450	19 468	13 254	32 722	17 131	12 576	29 707	-2 337	-12,0	-678	-5,1	-3 015	-9,2
S	.జౖ Sociedades financeiras	3 693	5 095	8 788	3 425	4 821	8 246	3 981	5 437	9 418	3 691	5 189	8 880	3 549	5 116	8 665	-142	-3,9	-73	-1,4	-215	-2,4
das	Sociedades não financeiras	9 835	4 108	13 943	9 788	4 089	13 877	9 869	4 163	14 032	15 777	8 065	23 842	13 582	7 460	21 042	-2 195	-13,9	-605	-7,5	-2 800	-11,7
De	etidas pela A. R. dos Açores	n.d.	-	-	-	-	-	-														
De	etidas pela A.R. da Madeira	1 838	311	2 149	1 831	331	2 162	1 869	341	2 210	1 870	357	2 227	1 934	368	2 302	64	3,4	11	3,1	75	3,4
De	etidas pela adm. local	13 155	4 940	18 095	13 846	5 131	18 977	14 064	5 273	19 337	14 474	5 531	20 005	14 783	5 765	20 548	309	2,1	234	4,2	543	2,7

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: Ver Notas técnicas, Quadro 14.3 Resumo de entradas e saídas das sociedades detidas pela administração central, pág. 49.

A partir de 30 setembro 2019, o Banco de Portugal registou informação no SIOE, na sequência da aprovação da Lei n.º 104/2019, de 06/09. As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE. n.d. - não disponível

Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público em outubro, 2017 a 2021

Unid	ade: e	euro		Remune	ração bas	e média r	mensal			Ga	anho méd	io mensa	l	
		,	2017	2018	2019	2020	2021	VH	2017	2018	2019	2020	2021	VH
			out	out	out	out	out	%	out	out	out	out	out	%
Empr	esas	e demais entidades públicas:												
D	etida	s pela administração central	1 479,6	1 492,5	1 575,5	1 845,8	1 647,1	-10,8	2 202,7	2 278,5	2 419,2	2 575,9	2 348,4	-8,8
7	is:	Sociedades financeiras	1 687,4	1 696,2	1 856,1	1 889,7	1 912,8	1,2	2 423,7	2 459,7	2 678,1	2 709,8	2 728,7	0,7
ť	quais:	Sociedades não financeiras	1 346,4	1 364,8	1 376,7	1 828,9	1 506,9	-17,6	2 061,1	2 164,9	2 235,9	2 524,4	2 147,8	-14,9
D	etida	s pela adm. regional dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-
D	etida	s pela adm. regional da Madeira	1 067,3	1 124,4	1 171,7	1 214,9	1 230,1	1,3	1 469,0	1 547,5	1 657,0	1 734,5	1 708,0	-1,5
D	etida	s pela administração local	863,6	903,5	945,0	962,6	981,5	2,0	1 104,4	1 163,5	1 200,5	1 209,8	1 228,9	1,6

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: A partir de 30 setembro 2019, o Banco de Portugal registou informação no SIOE, na sequência da aprovação da Lei n.º 104/2019, de 06/09. As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

n.d. - não disponível

Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31

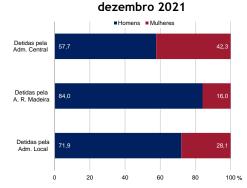
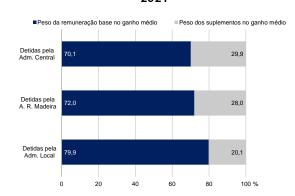


Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, outubro 2021





7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público

A 31 de dezembro 2021, 66,8% do total de trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central eram assistentes técnicos/administrativos e assistentes operacionais/operários/auxiliares. Nas mesmas entidades, 35,2% dos trabalhadores tinham entre 45 e 54 anos: 44,2% nas sociedades financeiras e 31,5% nas sociedades não financeiras públicas. Seguia-se o escalão etário "Dos 35 aos 44 anos" com 32,9% dos trabalhadores.

Nas sociedades do sector público detidas pela administração regional da Madeira os escalões etários "Dos 45 aos 54 anos" e "Dos 55 aos 64 anos" eram os mais representativos: respetivamente, 33,1% e 29,3% dos trabalhadores.

Nas sociedades do sector público detidas pela administração local, 30,4% dos trabalhadores tinham entre 45 e 54 anos, seguindo-se o escalão etário "Dos 35 aos 44 anos" que abrangia 27,9% dos trabalhadores (Quadro 7.1 e Gráfico 7.1).

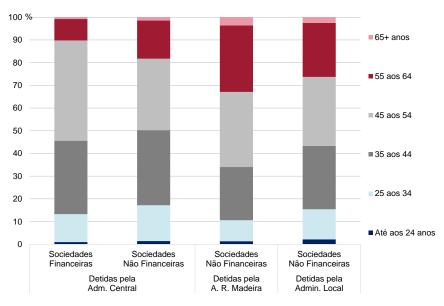
Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021

Unidade: Em percentagem		DETIDAS	PELA .	ADMINI	STRAÇÃ	O CENT	RAL			DET	IDAS PE	LA A. F	R. DA M	ADEIRA				DETIDA	AS PEL	A ADMIN	IISTRAÇ	ÃO LOC		
	Total	Até	Dos	Dos	Dos	Dos	65 e		Total	Até	Dos	Dos	Dos	Dos	65 e		Total	Até	Dos	Dos	Dos	Dos	65 e	
	emprego	aos 24	25 aos	35 aos	45 aos	55 aos	mais	Total	emprego	aos 24	25 aos	35 aos	45 aos	55 aos	mais	Total	emprego	aos 24	25 aos	35 aos	45 aos	55 aos	mais	Total
CARGO / CARREIRA / GRUPO	cinprego	anos	34	44	54	64	anos		cinpreso	anos	34	44	54	64	anos		ciliprego	anos	34	44	54	64	anos	
Total	29 707	1,3	14,8	32,9	35,2	14,7	1,3	100,0	2 302	1,3	9,3	23,4	33,1	29,3	3,6	100,0	20 548	2,2	13,3	27,9	30,4	23,8	2,5	100,0
Dirigente superior	296	0,0	0,7	11,1	41,2	34,1	12,8	100	15	0,0	0,0	13,3	46,7	26,7	13,3	100	152	0,0	1,3	20,4	38,8	28,3	11,2	100
Dirigente intermédio	2 661	0,0	1,9	21,7	53,3	20,2	2,9	100	27	0,0	0,0	18,5	70,4	11,1	0,0	100	786	0,1	1,9	31,8	41,0	22,1	3,1	100
Técnico superior	6 640	1,5	21,3	35,3	29,4	11,8	0,7	100	243	0,8	17,3	40,7	27,6	11,5	2,1	100	2 094	0,7	17,5	38,7	31,1	10,7	1,3	100
Assistente técnico/administrativo	12 647	0,9	13,9	33,9	38,2	12,2	0,9	100	482	1,2	7,7	23,4	28,4	35,9	3,3	100	4 183	2,2	13,9	30,4	29,7	21,8	2,0	100
Assist. operacional/operário/auxiliar	7 211	2,3	15,9	34,0	27,8	18,6	1,3	100	1 529	1,5	8,6	20,8	34,7	30,5	3,9	100	13 060	2,6	13,2	25,1	29,8	26,6	2,7	100
Informático	181	1,1	5,0	29,3	52,5	11,6	0,6	100	6	0,0	50,0	33,3	16,7	0,0	0,0	100	212	1,9	10,8	34,9	28,8	22,6	0,9	100
Pessoal de inspecção	21	0,0	0,0	9,5	52,4	33,3	4,8	100	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-		-	-	-	-	-
Médico	15	0,0	0,0	13,3	26,7	40,0	20,0	100	0	-	-	-	-	-	-	-	2	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100
Enfermeiro	15	0,0	0,0	20,0	20,0	60,0	0,0	100	0	-	-	-	-	-	-	-	8	0,0	12,5	25,0	25,0	37,5	0,0	100
Téc. diagnóstico e terapêutica	19	5,3	10,5	31,6	42,1	5,3	5,3	100	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	
Oficial dos registos e do notariado	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-		-	-	-	-	-
Bombeiro	0	-	-	-		-	-	-	0	-		-	-	-	-	-	20	0,0	30,0	35,0	15,0	20,0	0,0	100

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central, regional da Madeira e local, 31 dezembro 2021





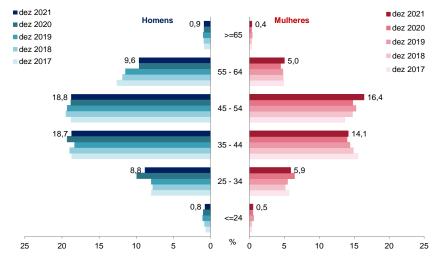
Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 31 dezembro 2021

Unidade: Em percentagem	DETIDAS PELA	ADMINISTRAC	ÇÃO CENTRAL	DETIDAS I	PELA A. R. DA	MADEIRA	DETIDAS PEL	_A ADMINISTR	AÇÃO LOCAL
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)
TOTAL	44,6	44,5	45,0	48,6	15,9	26,5	46,3	29,2	37,2
Dirigente superior	53,9	0,0	4,2	53,2	0,0	7,1	52,1	0,0	5,6
Dirigente intermédio	49,5	0,4	10,0	48,7	0,0	3,8	48,7	1,7	13,6
Técnico superior	42,5	86,4	63,3	43,2	57,1	54,8	43,2	69,6	50,5
Assistente técnico/administrativo	44,6	43,0	43,8	49,5	11,6	24,5	45,6	33,4	41,8
Assist. operacional/operário/auxiliar	44,3	43,5	52,9	49,1	15,0	23,9	46,9	27,4	35,8
Informático	46,2	33,3	20,7	36,2	-	200,0	45,8	20,8	43,2
Pessoal de inspecção	52,2	0,0	0,0	-	-	-		-	-
Médico	56,7	0,0	7,1	-	-	-	34,5	-	-
Enfermeiro	54,0	0,0	0,0	-	-	-	46,4	0,0	60,0
Téc. diagnóstico e terapêutica	44,9	100,0	26,7	-	-	-	-	-	-
Oficial dos registos e do notariado	52,0	-	0,0	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	-	-	-	-	-	-	42,0	50,0	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

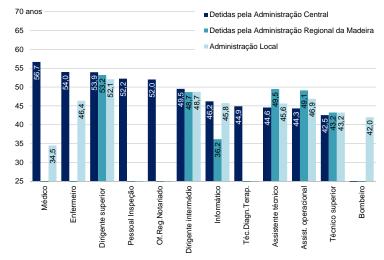
Notas: A partir de 30 setembro 2019, o Banco de Portugal registou informação no SIOE, na sequência da aprovação da Lei n.º 104/2019, de 06/09. As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE. (*) Em número índice, base = 100; Ver também IV. Notas Técnicas relativas a conceitos.

Gráfico 7.2 Repartição por sexo e escalão etário dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, de 31 dezembro 2017 a 31 dezembro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

A 31 de dezembro de 2021, a idade média estimada dos trabalhadores de empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central era 44,6 anos. Este valor era 4,0 anos inferior à idade média registada neste tipo de entidade na administração regional da Madeira e 1,7 anos inferior ao valor das entidades empresariais da administração local (Quadro 7.2).

Nas entidades detidas pela administração central. os trabalhadores nas carreiras assistentes técnicos e operacionais (66,8% do total de trabalhadores) tinham uma idade média de 44,6 e 44,3 anos, respetivamente, abaixo da idade média dos trabalhadores nas mesmas carreiras nas entidades detidas pela administração regional da Madeira (49,5 e 49,1 anos, respetivamente, com uma representatividade de 87,4% do total). Nas entidades detidas pela administração local, a idade média dos trabalhadores nas carreiras de assistentes técnicos e operacionais (83,9% do total de trabalhadores) era de 45,6 e 46,9 anos, respetivamente (Gráfico 7.3).



8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em 31 de dezembro 2021, 51,1% dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades detidas pela administração central tinham habilitações ao nível do ensino superior, sendo este rácio mais elevado nas sociedades financeiras (80,9%) do que no conjunto das sociedades não financeiras (38,8%). Este indicador apresentava valores mais baixos nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira e pela administração local: respetivamente, 14,1% e 18,8% dos trabalhadores detinham qualificações de nível superior face à proporção de trabalhadores que possuíam ensino básico (65,8% e 49,1%, respetivamente). Nas sociedades detidas pela administração central, do total de trabalhadores com ensino superior, 53,9% eram mulheres e 46,1% homens; nas sociedades detidas pela administração regional da Madeira 35,4% eram mulheres e 64,6% homens; e nas sociedades detidas pela administração local, 55,3% eram mulheres e 44,7% homens. (Quadro 8.1 e Gráfico 8.1).

Considerando os anos mais recentes, destaca-se a tendência crescente do peso dos trabalhadores com ensino superior nas empresas públicas e demais entidades do setor público, especialmente evidente nos trabalhadores do sexo masculino, ainda que se mantenham relevante a proporção de homens com qualificações ao nível do ensino básico e secundário. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras nas empresas e demais entidades detidas pela administração central, estas detêm sobretudo qualificações de nível superior (Gráfico 8.2).

Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo em 31 dezembro, 2020 e 2021

Unido	ade: posto de trabalho	31	dez 2020)	31	dez 2021	ı	Vari	ação (N.	.°)	V	ariação (%)
	_	Н	М	Total	Н	M	Total	Н	М	Total	Н	М	Total
DETI	DAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	19 468	13 254	32 722	17 131	12 576	29 707	-2 337	-678	-3 015	-12,0	-5,1	-9,2
En	sino básico	4 547	921	5 468	3 503	846	4 349	-1 044	-75	-1 119	-23,0	-8,1	-20,5
En	sino Secundário	7 572	3 869	11 441	6 625	3 553	10 178	-947	-316	-1 263	-12,5	-8,2	-11,0
En	sino Superior	7 349	8 464	15 813	7 003	8 177	15 180	-346	-287	-633	-4,7	-3,4	-4,0
	Sociedades Financeiras	3 691	5 189	8 880	3 549	5 116	8 665	-142	-73	-215	-3,9	-1,4	-2,4
	Ensino básico	75	20	95	63	16	79	-12	-4	-16	-16,0	-20,0	-16,8
	Ensino Secundário	854	835	1 689	783	797	1 580	-71	-38	-109	-8,3	-4,6	-6,5
quais:	Ensino Superior	2 762	4 334	7 096	2 703	4 303	7 006	-59	-31	-90	-2,1	-0,7	-1,3
Das q	Sociedades Não Financeiras	15 777	8 065	23 842	13 582	7 460	21 042	-2 195	-605	-2 800	-13,9	-7,5	-11,7
Δ	Ensino básico	4 472	901	5 373	3 440	830	4 270	-1 032	-71	-1 103	-23,1	-7,9	-20,5
	Ensino Secundário	6 718	3 034	9 752	5 842	2 756	8 598	-876	-278	-1 154	-13,0	-9,2	-11,8
	Ensino Superior	4 587	4 130	8 717	4 300	3 874	8 174	-287	-256	-543	-6,3	-6,2	-6,2
DETI	DAS PELA A. R. DA MADEIRA	1 870	357	2 227	1 934	368	2 302	64	11	75	3,4	3,1	3,4
En	sino básico	1 336	145	1 481	1 369	145	1 514	33	0	33	2,5	0,0	2,2
En	sino Secundário	334	103	437	355	108	463	21	5	26	6,3	4,9	6,0
En	sino Superior	200	109	309	210	115	325	10	6	16	5,0	5,5	5,2
DETIL	DAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	14 474	5 531		14 783				234	543			
En	sino básico	8 483	1 538	10 021	8 525	1 569	10 094	42	31	73	0,5	2,0	0,7
En	sino Secundário	4 343	1 964	6 307	4 530	2 055	6 585	187	91	278	4,3	4,6	4,4
En	sino Superior	1 648	2 029	3 677	1 728	2 141	3 869	80	112	192	4,9	5,5	5,2

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, regional da Madeira e local, 31

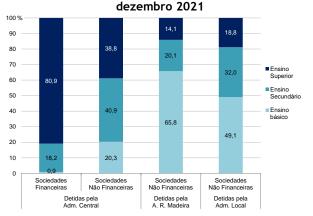
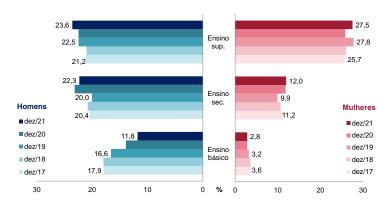


Gráfico 8.2 Repartição por sexo e nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central em 31 dezembro, 2017 a 2021





Em 31 de dezembro de 2021, quatro em onze das carreiras/grupos dos trabalhadores das empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central registaram nível de escolaridade de ensino superior acima de 90,0%, detalhadamente médico, enfermeiro, oficial dos registos e notariado (100,0%) e dirigente superior (90,2%). O grupo de assistente operacional/operário/auxiliar (dos quais 86,4% possui ensino básico) era o que mais contribuía para que a proporção de trabalhadores com ensino básico na administração regional da Madeira fosse elevada (65,8%). Nas empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração local destacam-se quatro carreiras/grupos com nível de escolaridade de ensino superior acima de 90,0%: docente do ensino superior politécnico, médico e enfermeiro (100,0%) e técnico superior (90,2%) (Quadro 8.2).

Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021

	_	•						
Unidade: posto de trabalho		Empr	ego			Estrutu	ra (%)	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4 349	10 178	15 180	29 707	14,6	34,3	51,1	100,0
Dirigente superior	0	29	267	296	0,0	9,8	90,2	100,0
Dirigente intermédio	75	352	2 234	2 661	2,8	13,2	84,0	100,0
Técnico superior	51	1 011	5 578	6 640	0,8	15,2	84,0	100,0
Assistente técnico/administrativo	730	5 217	6 700	12 647	5,8	41,3	53,0	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	3 480	3 472	259	7 211	48,3	48,1	3,6	100,0
Informático	12	81	88	181	6,6	44,8	48,6	100,0
Pessoal de inspecção	1	14	6	21	4,8	66,7	28,6	100,0
Médico	0	0	15	15	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	0	0	15	15	0,0	0,0	100,0	100,0
Téc. diagnóstico e terapêutica	0	2	17	19	0,0	10,5	89,5	100,0
Oficial dos registos e do notariado	0	0	1	1	0,0	0,0	100,0	100,0
DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA	1 514	463	325	2 302	65,8	20,1	14,1	100,0
Dirigente superior	0	0	15	15	0,0	0,0	100,0	100,0
Dirigente intermédio	1	5	21	27	3,7	18,5	77,8	100,0
Técnico superior	0	4	239	243	0,0	1,6	98,4	100,0
Assistente técnico/administrativo	192	253	37	482	39,8	52,5	7,7	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	1 321	198	10	1 529	86,4	12,9	0,7	100,0
Informático	0	3	3	6	0,0	50,0	50,0	100,0
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	10 094	6 585	3 869	20 548	49,1	32,0	18,8	100,0
Dirigente superior	6	10	136	152	3,9	6,6	89,5	100,0
Dirigente intermédio	44	86	656	786	5,6	10,9	83,5	100,0
Técnico superior	13	56	2 025	2 094	0,6	2,7	96,7	100,0
Assistente técnico/administrativo	777	2 710	696	4 183	18,6	64,8	16,6	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	9 243	3 606	211	13 060	70,8	27,6	1,6	100,0
Informático	5	104	103	212	2,4	49,1	48,6	100,0
Docente ensino superior politécnico	0	0	31	31	0,0	0,0	100,0	100,0
Médico	0	0	2	2	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	0	0	8	8	0,0	0,0	100,0	100,0
Bombeiro	6	13	1	20	30,0	65,0	5,0	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.



9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público

O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração central nas atividades de "Transportes e armazenagem" (Secção H), e "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K) representava cerca de 60,0% do total de emprego nestas sociedades em dezembro de 2021. Nas entidades detidas pela administração local, 65,1% do emprego estava afeto à atividade de "Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição" (Secção E), onde se enquadram os serviços municipalizados. Em geral, as remunerações e ganhos médios mensais dos trabalhadores das sociedades detidas pela administração central apresentam valores superiores aos das sociedades detidas pelos restantes níveis de administração (Quadro 9.1 e Gráfico 9.1).

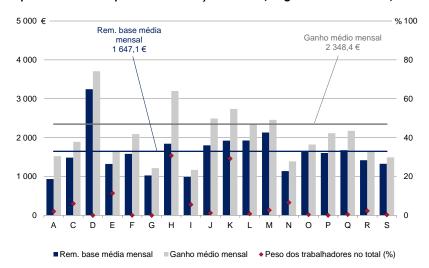
Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 4.º trimestre 2021

		DETID	AS PELA	ADMINISTI	RAÇÃO	DETID	AS PELA	ADMINIST	RAÇÃO	DETID	AS PELA	ADMINISTI	RAÇÃO
	Unidades: posto de trabalho e euro		CEI	NTRAL		RI	EGIONAL	DA MADEI	RA		L	OCAL	
	CAE Rev.3	dezemb	ro 2021	outubro	2021	dezemb	ro 2021	outubro	2021	dezemb	o 2021	outubro	2021
Secção		Empi	ego	Remun, base	Ganho médio	Empi	rego	Remun. base	Ganho médio	Empi	ego	Remun, base	Ganho médio
Sec	Designação	N.°	Peso %	média mensal	mensal (€)	N.º	Peso %	média mensal	mensal (€)	N.º	Peso %	média mensal	mensal (€)
	Total	29 707	100,0	1 647,1	2 348,4	2 302	100,0	1230,1	1708,0	20 548	100,0	981,5	1228,9
Α	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	601	2,0	935,6	1 523,1	0	0,0	-	-	15	0,1	997,3	1 144,9
C	Indústrias transformadoras	1 805	6,1	1 485,7	1 891,9	0	0,0	-	-	53	0,3	874,5	983,1
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	0,0	3 246,1	3 707,3	660	28,7	2 039,3	2 943,3	22	0,1	1 504,3	1 673,3
Е	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão												
-	de resíduos e despoluição	3 391	11,4	1 324,0	1 646,6	839	36,5	926,0	1 176,0	13 372	65,1	931,5	1 137,2
F	Construção	8	0,0	1 584,1	2 090,6	0	0,0	-	-	603	2,9	956,2	1 143,3
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos												
Ü	automóveis e motociclos	2	0,0	1 028,2	1 214,7	236	10,3	759,7	1 032,3	151	0,7	1 032,8	1 351,4
Н	Transportes e armazenagem	9 132	30,7	1 844,0	3 200,4	531	23,1	989,6	1 448,9	3 940	19,2	1 088,6	1 500,0
- 1	Alojamento, restauração e similares	1 652	5,6	988,9	1 169,2	0	0,0	-	-	86	0,4	838,0	926,7
J	Atividades de informação e de comunicação	369	1,2	1 801,9	2 492,0	20	0,9	1 235,8	1 429,5	105	0,5	1 507,6	1 588,9
K	Atividades financeiras e de seguros	8 682	29,2	1 923,1	2 738,4	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-
L	Atividades imobiliárias	248	0,8	1 925,7	2 354,2	7	0,3	2 278,0	2 907,6	122	0,6	802,0	893,0
М	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	792	2,7	2 132,1	2 457,3	9	0,4	1 440,5	1 879,7	74	0,4	1 261,3	1 456,6
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 966	6,6	1 139,2	1 389,9	0	0,0	-	-	182	0,9	1 421,4	1 642,6
0	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	121	0,4	1 657,3	1 821,4	0	0,0	-	-	31	0,2	897,3	1 092,7
Р	Educação	16	0,1	1 604,6	2 114,9	0	0,0	-	-	44	0,2	1 307,8	1 414,3
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	139	0,5	1 676,7	2 175,3	0	0,0	-	-	145	0,7	746,3	849,5
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	693	2,3	1 419,1	1 645,8	0	0,0	-	-	1 465	7,1	1 088,3	1 358,3
S	Outras atividades de serviços	86	0,3	1 327,9	1 493,0	0	0,0	-		138	0,7	1 011,9	1 272,3

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE Rev.3, outubro 2021





III. OUTROS INDICADORES

10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I

A 31 de dezembro de 2021, o emprego nas administrações públicas situava-se em 733 896 postos de trabalho, revelando um aumento de cerca de +2,1% em termos homólogos, correspondendo a mais 15 135 postos de trabalho.

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013) (1), e de acordo com as NUTS I, 92,5% dos trabalhadores exerciam funções no Continente, 3,6% na Região Autónoma dos Açores, 3,7% na Região Autónoma da Madeira e 0,3% fora do território.

As carreiras de assistente técnico/administrativo, assistente operacional/operário/auxiliar e educadores de infância/docentes do ensino básico e secundário, correspondiam a mais de metade do emprego total nas administrações públicas (54,3%) e representavam 69,2% do emprego fora do território (Quadro 10.1).

Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em 31 dezembro, 2020 e 2021

Unidade: posto de trabalho							ADMINISTI	RAÇÕES F	ÚBLICAS						
		31	dez 2020)			31	dez 202	1				VH (%)		
CARGO / CARREIRA / GRUPO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES		FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES		FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES		FORA DO TERRITÓRIO
Total	718 761	665 436	25 117	26 061	2 147	733 896	678 574	26 147	27 038	2 137	2,1	2,0	4,1	3,7	-0,5
Representantes do poder legislativo (a)	2 373	2 095	145	133	0	2 359	2 081	141	137	0	-0,6	-0,7	-2,8	3,0	-
Dirigente superior	1 731	1 509	118	104	0	1 783	1 537	138	108	0	3,0	1,9	16,9	3,8	-
Dirigente intermédio	11 762	10 820	375	567	0	12 171	11 179	394	598	0	3,5	3,3	5,1	5,5	-
Técnico superior	71 490	66 079	2 562	2 527	322	75 248	69 464	2 703	2 740	341	5,3	5,1	5,5	8,4	5,9
Assistente técnico/administrativo (b)	89 865	80 821	4 320	3 980	744	91 039	81 805	4 440	4 069	725	1,3	1,2	2,8	2,2	-2,6
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	162 628	146 901	7 561	7 745	421	166 806	150 598	7 757	8 035	416	2,6	2,5	2,6	3,7	-1,2
Informático	5 208	4 627	312	267	2	5 278	4 683	318	275	2	1,3	1,2	1,9	3,0	0,0
Magistrado	3 953	3 831	65	57	0	3 956	3 831	66	59	0	0,1	0,0	1,5	3,5	-
Diplomata (d)	387	119	0	0	268	407	139	0	0	268	5,2	16,8	-	-	0,0
Pessoal de investigação científica	3 632	3 587	29	16	0	4 060	3 991	42	27	0	11,8	11,3	44,8	68,8	-
Docente ensino universitário	15 626	15 132	227	218	49	16 403	15 932	203	220	48	5,0	5,3	-10,6	0,9	-2,0
Docente ensino superior politécnico	10 527	10 397	27	103	0	10 995	10 826	26	143	0	4,4	4,1	-3,7	38,8	-
Educ.infância e doc. ens. básico/secund	. 140 095	128 543	5 266	5 945	341	140 342	128 517	5 460	6 028	337	0,2	0,0	3,7	1,4	-1,2
Pessoal de inspecção	1 844	1 617	146	81	0	1 887	1 664	143	80	0	2,3	2,9	-2,1	-1,2	-
Médico	31 114	29 772	690	652	0	32 170	30 689	772	709	0	3,4	3,1	11,9	8,7	-
Enfermeiro	52 302	48 723	1 666	1 913	0	53 840	50 069	1 843	1 928	0	2,9	2,8	10,6	0,8	-
Técnico diagnóstico e terapêutica	10 434	9 707	401	326	0	10 948	10 150	438	360	0	4,9	4,6	9,2	10,4	-
Técnico superior de saúde	1 962	1 836	35	91	0	1 947	1 821	36	90	0	-0,8	-0,8	2,9	-1,1	-
Administração tributária e aduaneira	9 137	8 928	0	209	0	8 873	8 667	0	206	0	-2,9	-2,9	-	-1,4	-
Conservador e Notário	560	550	0	10	0	548	538	0	10	0	-2,1	-2,2	-	0,0	-
Oficial dos registos e do notariado	3 771	3 670	0	101	0	3 658	3 560	0	98	0	-3,0	-3,0	-	-3,0	-
Oficial de justiça	7 665	7 326	190	149	0	7 518	7 182	188	148	0	-1,9	-2,0	-1,1	-0,7	-
Forças Armadas (*)	26 220	24 694	954	572	0	26 130	24 458	1 012	660	0	-0,3	-1,0	6,1	15,4	-
Polícia Judiciária	2 161	2 161	0	0	0	2 108	2 108	0	0	0	-2,5	-2,5	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (*)	19 965	19 965	0	0	0	20 140	20 140	0	0	0	0,9	0,9	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (*)	21 687	21 687	0	0	0	22 472	22 472	0	0	0	3,6	3,6	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	1 058	1 058	0	0	0	1 035	1 035	0	0	0	-2,2	-2,2	-	-	-
Guarda prisional	4 145	4 145	0	0	0	4 162	4 162	0	0	0	0,4	0,4	-	-	-
Outro pessoal de segurança	1 288	1 219	0	69	0	1 243	1 156	0	87	0	-3,5	-5,2	-	26,1	-
Bombeiro	2 567	2 341	0	226	0	2 745	2 522	0	223	0	6,9	7,7	-	-1,3	-
Polícia municipal (e)	1 604	1 576	28	0	0	1 625	1 598	27	0	0	1,3	1,4	-3,6	-	-

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, abrangendo os membros do CSM, não magistrados, eleitos pela Assembleia da República; (b) a (d) Inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

^(*) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território).

⁽¹) A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

[&]quot; - ": Ver sinais convencionais.



Em outubro de 2021, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas situava-se em cerca de 1 540,1€, correspondendo a uma variação homóloga de +0,5%, por efeito conjugado da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios, progressões e promoções e da atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) e do valor da base remuneratória para 665,00€.

O ganho médio mensal nas administrações públicas é estimado, para outubro de 2021, em 1 800,1€, indiciando uma variação homóloga de +0,6%, pelos mesmos motivos referidos para a remuneração base média mensal.

Na distribuição geográfica segundo as NUTS I (¹), o ganho médio mensal dos trabalhadores em exercício de funções em serviços externos (fora do território nacional) eram superiores às restantes regiões, destacando-se a diferença face ao continente do ganho médio mensal na carreira de diplomata devido aos suplementos regulares que são devidos no exercício de funções no estrangeiro, dependendo do país de colocação (Quadro 10.2).

Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em outubro, 2020 e 2021

Unidade: euro									ADMI	NISTRAÇ	ÕES PÚB	LICAS								
					outubr	o 2020									outubr	o 2021				
CARGO / CARREIRA / GRUPO	PORT	UGAL	CONTI	NENTE	R.A. AÇO		R.A. MAD		FOR/ TERRI		PORTI	JGAL	CONTIN	IENTE	R.A. AÇO		R.A. MAD		FOR/	
	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM
Total	1 532,2	1 788,9	1 538,7	1 790,7	1 368,7	1 631,1	1 447,8	1 695,0	2 483,4	4 180,8	1 540,1	1 800,1	1 545,9	1 800,5	1 379,3	1 642,9	1 471,7	1 740,3	2 455,4	4 173,9
Representantes do poder legislativo (a)	2 688,7	3 416,0	2 612,5	3 348,3	3 144,7	3 892,3	3 155,5	3 743,4	-	-	2 691,6	3 426,5	2 618,9	3 359,9	3 135,9	3 941,2	3 110,9	3 680,8	-	-
Dirigente superior	3 777,1	4 731,3	3 813,4	4 800,4	3 644,6	4 224,6	3 437,9	4 357,9	-	-	3 823,2	4 767,5	3 852,6	4 823,5	3 665,6	4 328,0	3 610,7	4 519,6	-	-
Dirigente intermédio	2 667,9	3 155,0	2 654,8	3 133,5	2 744,2	3 112,4	2 869,5	3 600,2	-	-	2 667,9	3 150,9	2 655,9	3 131,3	2 697,4	3 024,9	2 871,9	3 596,0	-	-
Técnico superior	1 661,0	1 835,9	1 652,5	1 818,0	1 612,2	1 787,2	1 722,4	1 899,6	3 238,2	5 262,1	1 652,3	1 825,9	1 643,3	1 808,0	1 603,2	1 764,2	1 723,2	1 886,2	3 220,1	5 269,1
Assistente técnico/administrativo (b)	934,5	1 099,8	916,5	1 082,7	947,5	1 111,9	1 006,7	1 153,3	2 425,5	2 584,0	934,6	1 105,7	918,3	1 090,9	938,7	1 098,6	1 001,1	1 145,0	2 320,2	2 529,8
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	692,1	855,2	688,7	850,8	707,2	915,1	713,3	856,8	1 168,8	1 282,2	708,8	878,0	705,9	873,5	719,4	931,3	731,2	890,5	1 144,7	1 288,2
Informático	1 811,3	2 013,9	1 812,4	2 016,9	1 788,5	1 942,7	1 819,0	1 989,0	1 824,8	6 698,9	1 798,4	2 008,1	1 799,2	2 008,8	1 763,4	1 922,9	1 825,4	2 045,1	1 824,8	6 570,5
Magistrado	5 181,7	6 157,4	5 194,1	6 149,4	4 707,7	6 250,6	4 974,7	6 546,6	-	-	5 168,9	6 121,4	5 188,2	6 118,2	4 320,8	5 928,5	4 984,5	6 534,1	-	-
Diplomata (d)	2 460,3	9 290,1	2 357,7	3 301,7	-	-	-	-	2 509,6	12 162,7	2 420,1	8 814,0	2 250,1	2 911,8	-	-	-	-	2 508,1	11 869,8
Pessoal de investigação científica	2 659,5	2 773,7	2 659,8	2 774,1	2 786,1	2 899,9	2 339,5	2 439,7	-	-	2 607,4	2 714,3	2 608,4	2 715,2	3 005,2	3 112,4	2 022,5	2 126,6	-	-
Docente ensino universitário	3 591,8	3 712,6	3 600,6	3 713,3	3 702,8	3 834,2	3 458,7	3 584,4	1 987,1	3 575,0	3 623,1	3 742,7	3 632,0	3 744,6	3 698,7	3 829,9	3 533,2	3 649,3	1 988,7	3 386,4
Docente ensino superior politécnico	3 191,7	3 311,9	3 190,6	3 310,5	3 456,4	3 610,2	3 109,8	3 276,0			3 193,3	3 307,8	3 191,1	3 305,3	3 633,9	3 783,1	3 189,7	3 380,6		-
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	2 167,4	2 283,4	2 172,0	2 286,8	2 037,1	2 170,7	2 104,3	2 228,1	3 713,8	3 873,5	2 196,7	2 304,8	2 197,4	2 304,0	2 088,3	2 218,2	2 192,3	2 309,8	3 764,3	3 920,3
Pessoal de inspecção	2 215,3	2 538,8	2 237,9	2 551,0	2 066,9	2 512,9	2 002,5	2 325,2	-	-	2 220,9	2 550,3	2 242,3	2 563,3	2 039,7	2 478,8	2 078,8	2 395,6	-	-
Médico	2 730,8	3 701,7	2 730,1	3 654,4	2 809,2	4 295,5	2 679,1	5 122,0	-	-	2 735,0	3 694,9	2 736,8	3 650,3	2 735,9	4 115,2	2 655,3	5 161,0	-	-
Enfermeiro	1 440,9	1 743,8	1 438,1	1 733,1	1 404,5	1 955,9	1 540,8	1 826,0	-	-	1 451,1	1 804,8	1 450,1	1 789,9	1 385,5	1 994,3	1 539,1	2 014,7	-	-
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 294,5	1 534,4	1 288,6	1 526,1	1 373,4	1 648,8	1 371,0	1 634,8	-	-	1 310,6	1 558,9	1 304,8	1 549,9	1 361,5	1 670,1	1 417,3	1 685,5	-	-
Técnico superior de saúde	1 886,3	2 160,6	1 877,5	2 148,5	2 215,1	2 979,3	1 936,5	2 098,6	-	-	1 879,9	2 142,5	1 870,9	2 135,1	2 223,1	2 803,1	1 925,9	2 027,7	-	-
Administração tributária e aduaneira	2 078,2	2 268,0	2 081,6	2 270,8	-	-	1 935,6	2 151,5	-	-	2 080,1	2 263,0	2 083,2	2 265,5	-	-	1 949,2	2 159,2	-	-
Conservador e Notário	4 031,5	4 281,5	4 021,5	4 243,7	-	-	4 580,8	6 365,4	-	-	4 052,9	4 329,3	4 048,3	4 295,7	-	-	4 326,9	6 339,8	-	-
Oficial dos registos e do notariado	2 002,0	2 145,9	1 999,5	2 136,0	-	-	2 093,7	2 518,1	-	-	1 992,5	2 140,4	1 989,5	2 128,9	-	-	2 105,7	2 578,2	-	-
Oficial de justiça	1 434,4	1 693,1	1 437,4	1 686,7	1 371,6	1 846,8	1 365,6	1 810,4	-	-	1 473,1	1 727,8	1 477,1	1 722,5	1 377,1	1 837,6	1 402,7	1 843,0	-	-
Forças Armadas (*)	1 306,0	1 848,0	1 323,6	1 876,0	1 009,0	1 394,2	1 088,8	1 467,0	-	-	1 315,1	1 846,8	1 334,7	1 877,2	1 039,2	1 426,4	1 028,8	1 385,0	-	-
Polícia Judiciária	2 115,4	2 617,3	2 115,4	2 617,3	-	-	-	-	-	-	2 080,5	2 798,8	2 080,5	2 798,8	-	-	-	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (*)	1 476,7	1 963,6	1 476,7	1 963,6	-	-	-	-	-	-	1 467,8	1 933,9	1 467,8	1 933,9	-	-	-	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (*)	1 489,7	1 770,7	1 489,7	1 770,7	-	-	-	-	-	-	1 527,4	1 797,2	1 527,4	1 797,2	-	-	-	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 069,0	2 781,3	2 069,0	2 781,3	-					-	2 021,9	2 723,9	2 021,9	2 723,9			-			-
Guarda prisional	1 086,5	1 996,4	1 086,5	1 996,4	-					-	1 136,8	2 072,1	1 136,8	2 072,1			-			-
Outro pessoal de segurança	1 190,7	1 471,6	1 196,2	1 469,1	-		1 091,9	1 515,1		-	1 223,0	1 505,8	1 230,2	1 507,5			1 101,8	1 476,3		-
Bombeiro	1 060,1	1 590,1	1 071,6	1 609,0	-	-	942,0	1 395,7	-	-	1 068,8	1 645,9	1 072,2	1 639,9	-		1 031,1	1 711,9	-	-
Polícia municipal (e)	1 023,1	1 579,5	1 028,9	1 593,1	737,6	906,4	-	-	-	-	1 029,1	1 572,6	1 034,5	1 584,7	751,6	945,6	-	-	-	-

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, abrangendo os membros do CSM, não magistrados, eleitos pela Assembleia da República; (b) a (d) Inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

RBMM: Remuneração base média mensal; GMM: Ganho médio mensal.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

^(*) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território).

⁽¹) A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

[&]quot; - ": Ver sinais convencionais.



11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos, versão NUTS 2013, em dezembro de 2021, a maior concentração de **estabelecimentos de educação** e de ensino básico e secundário públicos situava-se no Norte (290). Ao nível de NUTS II, para os mesmos estabelecimentos, o Algarve registava, em média, o maior número de docentes por estabelecimento (178,7), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (170,4) e o Norte (157,4). As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) concentravam, em conjunto, o maior número de trabalhadores nos estabelecimentos de educação e ensino públicos: perto de 38,1% nos estabelecimentos de ensino básico e secundário e 50,4% nos estabelecimentos de ensino superior (Quadro 11.1).

Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 31 dezembro 2021

		Est	abelecimento		Estabelecimentos ensino superior						
	N.º de Estabelec.	Educ Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média docentes por estabelec.	Total Emprego nos estab. (*)	Dimensão Média dos estabelec.	Total emprego (*) por 1000 residentes 3- 18 anos	Docentes por 1000 residentes 3- 18 anos	População residente 3-18 anos por docente	Investigadores e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Emprego nos estab. Ens. Sup.
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)=(4)/(1)	(6)	(7)	(6)	(7)	(8)	(9)
Portugal	884	137 589	155,6	201 641	228,1	130,4	89,0	11,2	19 183	10 992	42 805
Continente	807	126 416	156,7	185 479	229,8	126,5	86,2	11,6	18 720	10 823	41 826
Norte	290	45 652	157,4	67 826	233,9	133,1	89,6	11,2	5 616	3 458	12 447
Alto Minho	20	3 289	164,5	4 954	247,7	168,0	111,5	9,0	6	411	549
Cávado	31	5 552	179,1	7 727	249,3	125,9	90,5	11,1	977	446	2 092
Ave	33	4 991	151,2	7 328	222,1	124,7	84,9	11,8	613	0	724
Área Metropolitana do Porto	121	20 084	166,0	30 068	248,5	119,2	79,6	12,6	3 455	1 744	7 021
Alto Tâmega	8	1 287	160,9	1 892	236,5	204,1	138,8	7,2	0	0	0
Tâmega e Sousa	41	5 619	137,1	8 760	213,7	139,8	89,7	11,2	0	130	147
Douro	24	3 016	125,7	4 462	185,9	189,2	127,9	7,8	531	92	1 046
Terras de Trás-os-Montes	12	1 814	151,2	2 635	219,6	218,7	150,5	6,6	34	635	868
Centro	191	29 734	155,7	43 932	230,0	143,6	97,2	10,3	4 062	3 758	11 091
Região de Aveiro	28	4 897	174,9	6 936	247,7	131,3	92,7	10,8	1 129	330	2 049
Região de Coimbra	36	5 606	155,7	8 310	230,8	143,6	96,9	10,3	2 098	1 024	4 554
Região de Leiria	23	3 472	151,0	5 120	222,6	124,8	84,6	11,8	24	818	1 171
Viseu Dão Lafões	25	4 095	163,8	6 133	245,3	179,1	119,6	8,4	0	416	590
Beiras e Serra da Estrela	24	2 935	122,3	4 500	187,5	183,1	119,4	8,4	805	254	1 434
Beira Baixa	9	1 047	116,3	1 540	171,1	161,8	110,0	9,1	0	426	624
Oeste	27	4 509	167,0	6 837	253,2	124,5	82,1	12,2	0	304	356
Médio Tejo	19	3 173	167,0	4 556	239,8	146,8	102,2	9,8	6	186	313
Área Metropolitana de Lisboa	195	33 236	170,4	46 673	239,4	96,5	68,7	14,6	7 784	2 360	14 571
Alentejo	92	10 826	117,7	16 492	179,3	170,6	112,0	8,9	660	891	2 417
Alentejo Litoral	15	1 290	86,0	2 100	140,0	169,9	104,4	9,6	0	0	0
Alto Alentejo	20	1 750	87,5	2 638	131,9	199,9	132,6	7,5	0	233	369
Alentejo Central	18	2 404	133,6	3 744	208,0	183,3	117,7	8,5	660	30	1 121
Baixo Alentejo	17	1 942	114,2	2 991	175,9	182,0	118,2	8,5	0	272	401
Lezíria do Tejo	22	3 440	156,4	5 019	228,1	146,5	100,4	10,0	0	356	526
Algarve	39	6 968	178,7	10 556	270,7	149,8	98,9	10,1	598	356	1 300
Região Autónoma dos Açores	40	5 437	135,9	7 719	193,0	186,5	131,4	7,6	237	26	450
Região Autónoma da Madeira	37	5 736	155,0	8 443	228,2	215,4	146,4	6,8	226	143	529

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego, Estimativas anuais da população residente e Censos 2011; Ver IV. Notas técnicas

Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos no território e fora do território, correspondendo à CAE Educação, exceto Formação Profissional e estabelecimentos de ensino das Forças Armadas. Fora do território: estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos portugueses no estrangeiro; esta distribuição geográfica não inclui pessoal dos serviços externos do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., como docentes do ensino básico e secundário e docentes universitários que integram o ensino de português no estrangeiro, bem como agentes de cooperação.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

Na distribuição geográfica segundo as NUTS II, o emprego de pessoal docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, aumentou face ao período homólogo em Portugal (+0,1%) e em todas as regiões, exceto na Região Norte (-1,3%). Quanto ao emprego de pessoal não docente, comparativamente com o período homólogo, registou um aumento de 4,2% no país, tendo crescido em todas as regiões, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa e o Alentejo (+7,8% e +4,3% respetivamente) (Gráfico 11.1).

[&]quot; - ": Ver sinais convencionais.



Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2021

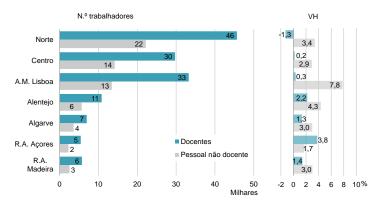
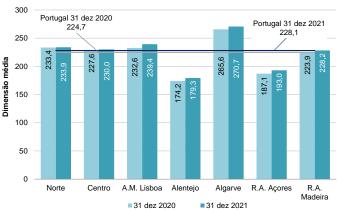


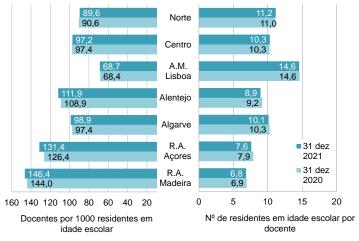
Gráfico 11.2 Dimensão média (número de trabalhadores) dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II em 31 dezembro, 2020 e 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); NUTS - versão 2013.

Os estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos apresentavam uma dimensão média, em termos de emprego, de 228,1 trabalhadores. Este indicador apresentava o valor máximo no Algarve (270,7) e o valor mínimo nos estabelecimentos do Alentejo, com 179,3 trabalhadores, em média (Quadro 11.1 e Gráfico 11.2).

Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II em 31 dezembro, 2020 e 2021



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego, Estimativas anuais da população residente e Censos 2011; NUTS - versão 2013.

Segundo os dados recolhidos pelo SIOE, no final de 2021 existiam em Portugal, em média, 11,2 residentes em idade escolar por docente em estabelecimento de educação e ensino básico e secundário. Este indicador era mais elevado na Área Metropolitana de Lisboa (14,6) em oposição à Região Autónoma da Madeira, com 6,8 residentes em idade escolar para cada docente (Quadro 11.1 e Gráfico 11.3).

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) detinham, em conjunto, o maior número de investigadores e docentes de ensino universitário: perto de 58,6% (7 784 e 3 455, respetivamente). Os docentes do ensino superior politécnico tinham maior expressão na região Centro (NUTS II): aproximadamente 34,2% (Quadro 11.1).

Em outubro de 2021, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos de educação e ensino públicos, aumentaram em Portugal, face ao período homólogo (+0,8%), crescimento que se verificou em todas as regiões NUTS II, com exceção do Alentejo (-0,7%). A Região Autónoma da Madeira registou o crescimento mais elevado (+4,0%). Da mesma forma, o ganho médio dos trabalhadores a tempo completo revelou, em termos homólogos, uma variação positiva no país (+0,4%) e em todas as NUTS II, também com exceção do Alentejo (-0,7%) e com destaque para a Região Autónoma da Madeira (+3,4%) (Quadro 11.2).



Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS em outubro, 2017 a 2021

Unidade: Euro			EST	FABELECIM	ENTOS DE E	.DUCAÇ <i>î</i>	O E ENSI	NO PÚBLIC	OS (TODOS	OS NÍVEIS I	DE ENSINO)			
		Re	emuneração	base méd	ia mensal					Ganho	médio me	nsal		
NUTS II e III	2017	2018	2019	2020	2021	Varia	ıção (%)	2017	2018	2019	2020	2021	Varia	ção (%)
	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	VH	out-21/ out-17	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	VH	out-21/ out-17
Portugal	1 718,5	1 732,5	1 787,8	1 835,9	1 849,9	0,8	7,7	1 824,5	1 844,6	1 905,3	1 947,3	1 955,7	0,4	7,2
Continente	1 729,2	1 742,7	1 797,7	1 843,9	1 854,4	0,6	7,2	1 833,1	1 853,1	1 913,5	1 953,8	1 958,6	0,3	6,9
Norte	1 711,9	1 728,0	1 787,0	1 838,1	1 856,4	1,0	8,4	1 813,8	1 835,6	1 901,5	1 952,6	1 957,2	0,2	7,9
Alto Minho	1 615,2	1 635,7	1 695,6	1 756,6	1 782,1	1,5	10,3	1 714,4	1 738,7	1 804,9	1 857,3	1 878,7	1,2	9,6
Cávado	1 835,6	1 869,1	1 940,2	1 982,4	2 017,7	1,8	9,9	1 938,6	1 979,3	2 055,3	2 088,7	2 120,9	1,5	9,4
Ave	1 656,1	1 687,9	1 745,4	1 818,8	1 826,8	0,4	10,3	1 757,2	1 795,8	1 871,2	1 919,2	1 927,4	0,4	9,7
Área Metropolitana do Porto	1 761,0	1 765,2	1 833,4	1 873,3	1 886,5	0,7	7,1	1 863,2	1 871,9	1 948,3	1 989,2	1 987,6	-0,1	6,7
Alto Tâmega	1 620,6	1 647,7	1 696,6	1 788,7	1 803,4	0,8	11,3	1 725,0	1 755,1	1 804,6	1 887,8	1 901,7	0,7	10,2
Tâmega e Sousa	1 483,8	1 495,3	1 524,4	1 588,0	1 607,1	1,2	8,3	1 586,5	1 603,2	1 635,9	1 709,5	1 709,2	0,0	7,7
Douro	1 749,7	1 776,3	1 811,3	1 859,8	1 896,3	2,0	8,4	1 850,6	1 891,0	1 922,0	2 016,2	1 996,3	-1,0	7,9
Terras de Trás-os-Montes	1 793,1	1 802,0	1 869,3	1 921,2	1 923,5	0,1	7,3	1 893,4	1 906,1	1 977,8	2 023,7	2 020,2	-0,2	6,7
Centro	1 758,4	1 781,2	1 827,6	1 887,7	1 901,5	0,7	8,1	1 862,9	1 891,4	1 942,4	1 993,2	2 003,3	0,5	7,5
Região de Aveiro	1 847,0	1 867,6	1 949,0	1 968,8	1 977,2	0,4	7,1	1 951,6	1 979,3	2 060,3	2 077,2	2 077,5	0,0	6,5
Região de Coimbra	1 931,9	1 939,1	1 983,1	2 043,7	2 050,3	0,3	6,1	2 035,9	2 047,1	2 103,4	2 149,8	2 156,9	0,3	5,9
Região de Leiria	1 682,3	1 732,1	1 730,2	1 807,2	1 820,0	0,7	8,2	1 786,6	1 847,4	1 843,5	1 912,1	1 923,9	0,6	7,7
Viseu Dão Lafões	1 674,7	1 694,3	1 756,2	1 837,7	1 865,5	1,5	11,4	1 780,1	1 802,6	1 870,4	1 943,0	1 965,5	1,2	10,4
Beiras e Serra da Estrela	1 762,2	1 796,4	1 831,3	1 933,1	1 941,8	0,5	10,2	1 867,9	1 914,2	1 947,4	2 032,8	2 038,5	0,3	9,1
Beira Baixa	1 791,6	1 821,1	1 863,1	1 919,1	1 963,1	2,3	9,6	1 898,2	1 931,2	1 978,6	2 023,8	2 065,5	2,1	8,8
Oeste	1 565,5	1 587,2	1 654,0	1 685,7	1 686,6	0,1	7,7	1 671,9	1 692,3	1 767,4	1 792,8	1 787,9	-0,3	6,9
Médio Tejo	1 656,2	1 670,8	1 686,5	1 753,1	1 800,6	2,7	8,7	1 756,3	1 779,2	1 796,8	1 857,6	1 898,8	2,2	8,1
Área Metropolitana de Lisboa	1 791,6	1 796,9	1 852,4	1 878,4	1 882,2	0,2	5,1	1 897,8	1 912,0	1 971,4	1 987,3	1 991,3	0,2	4,9
Alentejo	1 635,8	1 650,4	1 697,2	1 753,9	1 741,9	-0,7	6,5	1 739,6	1 760,3	1 814,2	1 857,7	1 844,8	-0,7	6,1
Alentejo Litoral	1 492,1	1 490,0	1 528,7	1 578,7	1 560,8	-1,1	4,6	1 594,9	1 603,4	1 640,6	1 680,0	1 663,8	-1,0	4,3
Alto Alentejo	1 600,1	1 596,5	1 679,4	1 725,6	1 675,2	-2,9	4,7	1 702,9	1 707,2	1 797,0	1 829,6	1 772,3	-3,1	4,1
Alentejo Central	1 793,5	1 826,3	1 822,3	1 909,1	1 929,2	1,1	7,6	1 902,2	1 935,9	1 932,9	2 015,8	2 033,4	0,9	6,9
Baixo Alentejo	1 575,5	1 607,8	1 678,6	1 707,8	1 691,1	-1,0	7,3	1 678,5	1 717,0	1 815,2	1 808,0	1 788,4	-1,1	6,6
Lezíria do Tejo	1 607,5	1 616,1	1 674,3	1 729,5	1 720,5	-0,5	7,0	1 708,2	1 724,7	1 787,4	1 833,8	1 828,8	-0,3	7,1
Algarve	1 551,5	1 543,0	1 616,4	1 647,8	1 665,9	1,1	7,4	1 653,6	1 651,3	1 727,3	1 762,6	1 781,9	1,1	7,8
Região Autónoma dos Açores	1 647,8	1 653,4	1 672,0	1 721,6	1 763,7	2,5	7,0	1 787,3	1 797,5	1 822,8	1 863,4	1 901,9	2,1	6,4
Região Autónoma da Madeira	1 569,4	1 578,7	1 667,2	1 750,7	1 820,8	4,0	16,0	1 687,6	1 700,6	1 793,7	1 869,5	1 933,4	3,4	14,6
Fora do Território	1 203,4	-	-	-	-	-	-	1 472,1	-	-	-	-	-	-
								-						

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); NUTS - versão 2013. Notas: ver notas do Quadro 10.1.

Gráfico 11.4 Remunerações nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2021

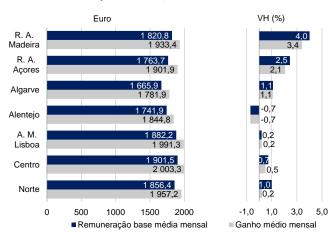
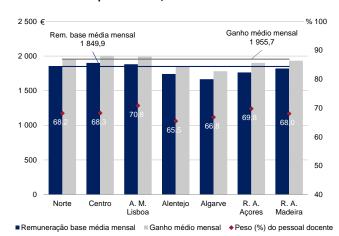


Gráfico 11.5 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)



No território português, o **emprego em estabelecimentos de saúde** do Serviço Nacional de Saúde (SNS) - correspondendo à "Atividade de saúde humana" - concentrava-se, ao nível das regiões NUTS II, no Norte, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro (no conjunto, 82,3% do total de emprego em saúde, em dezembro de 2021). Destaca-se a região Norte (com mais população residente) como a maior empregadora, com 51 339 trabalhadores nas atividades de saúde humana, correspondendo a 32,8% da distribuição total do emprego e com a maior percentagem do peso do pessoal de saúde, 64,6%.

No indicador Pessoal de saúde por 1 000 residentes, destacam-se as regiões autónomas por apresentarem os valores mais elevados (12,6 na RAA e 12,0 na RAM) enquanto nas restantes regiões NUTS II os valores se aproximavam da média nacional (9,4 trabalhadores da saúde por 1 000 habitantes) (Quadro 11.3).

Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 31 dezembro 2021

Entidades do sector das administrações públicas na "Atividade de saúde humana"

	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Técnicos superiores de saúde	Total pessoal de saúde	Total emprego saúde (*)	Peso do pessoal de saúde (%)	Distribuição do total do emprego (%)	Pessoal de saúde por 1000 residentes	Emprego saúde (*) 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+ (3)+(4)	(6)	(7)=(5)/(6)	(8)	(9)	(10)
Portugal	31 745	52 911	10 219	1 699	96 574	156 372	61,8	100,0	9,4	15,2
Continente	30 267	49 157	9 483	1 577	90 484	144 686	62,5	92,5	9,2	14,8
Norte	11 784	17 996	2 868	506	33 154	51 339	64,6	32,8	9,3	14,4
Alto Minho	639	1 046	135	33	1 853	3 023	61,3	1,9	8,1	13,2
Cávado	1 309	1 777	246	29	3 361	5 253	64,0	3,4	8,3	13,0
Ave	773	1 173	148	24	2 118	3 153	67,2	2,0	5,2	7,7
Área Metropolitana do Porto	7 090	10 362	1 721	344	19 517	29 712	65,7	19,0	11,3	17,2
Alto Tâmega	95	141	16	0	252	426	59,2	0,3	3,0	5,0
Tâmega e Sousa	887	1 328	197	21	2 433	3 926	62,0	2,5	5,9	9,5
Douro	696	1 435	265	33	2 429	3 839	63,3	2,5	12,8	20,3
Terras de Trás-os-Montes	295	734	140	22	1 191	2 007	59,3	1,3	11,2	18,9
Centro	6 554	11 861	2 101	351	20 867	33 082	63,1	21,2	9,3	14,8
Região de Aveiro	784	1 205	175	32	2 196	3 277	67,0	2,1	6,0	8,9
Região de Coimbra	2 534	4 350	794	160	7 838	12 143	64,5	7,8	17,9	27,8
Região de Leiria	628	1 132	167	26	1 953	2 960	66,0	1,9	6,8	10,3
Viseu Dão Lafões	826	1 276	213	29	2 344	3 590	65,3	2,3	9,2	14,1
Beiras e Serra da Estrela	572	1 355	246	39	2 212	3 856	57,4	2,5	10,4	18,2
Beira Baixa	203	508	100	19	830	1 384	60,0	0,9	10,3	17,2
Oeste	565	986	177	19	1 747	2 941	59,4	1,9	4,8	8,1
Médio Tejo	442	1 049	229	27	1 747	2 931	59,6	1,9	7,5	12,5
Área Metropolitana de Lisboa	9 314	13 732	3 283	551	26 880	44 276	60,7	28,3	9,4	15,5
Alentejo	1 471	3 292	720	78	5 561	9 459	58,8	6,0	8,0	13,6
Alentejo Litoral	142	406	103	7	658	1 141	57,7	0,7	7,1	12,3
Alto Alentejo	195	599	120	7	921	1 654	55,7	1,1	9,0	16,1
Alentejo Central	468	809	192	12	1 481	2 373	62,4	1,5	9,9	15,8
Baixo Alentejo	207	627	144	30	1 008	1 805	55,8	1,2	8,8	15,7
Lezíria do Tejo	459	851	161	22	1 493	2 486	60,1	1,6	6,3	10,6
Algarve	1 144	2 276	511	91	4 022	6 530	61,6	4,2	9,2	14,9
Região Autónoma dos Açores	772	1 829	406	36	3 043	5 873	51,8	3,8	12,6	24,3
Região Autónoma da Madeira	706	1 925	330	86	3 047	5 813	52,4	3,7	12,0	22,9

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego, Estimativas anuais da população residente e Censos 2011; Ver IV. Notas técnicas.

Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) classificados na atividade de saúde humana.

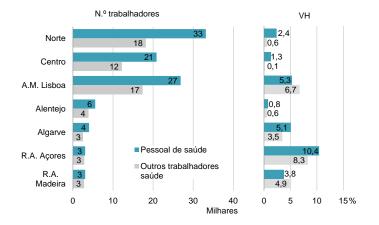
" - ": Ver sinais convencionais.

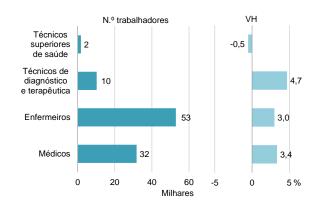
NUTS - versão 2013.



Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 31 dezembro 2021

Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 31 dezembro 2021



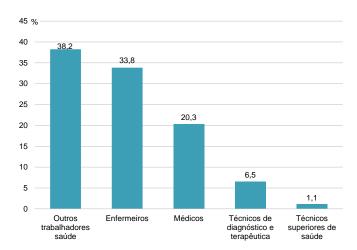


Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); NUTS - versão 2013.

Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 31 dezembro 2021

35 % 32,8 30 28.3 25 21.2 15 10 6,0 5 3.8 3.7 0 A.M. Lisboa Alentejo R.A. Acores Algarve Madeira

Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 31 dezembro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); NUTS - versão 2013.

Em termos homólogos constata-se que o emprego do pessoal de saúde na atividade de saúde humana (CAE 86) aumentou em Portugal (+3,2% face a 31 de dezembro de 2020) e em todas as regiões, com maior ênfase na Região Autónoma dos Açores (+10,4%). A carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, que representa 6,5% do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana, registou o maior crescimento homólogo (+4,7%), seguindo-se a carreira médica (+3,4%) e a carreira de enfermagem (+3,0%). Salienta-se que as carreiras médica e de enfermagem representam mais de metade no total do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana (54,1%) (Quadro 11.3 e Gráficos 11.6 a 11.9).

No emprego de outros trabalhadores dos estabelecimentos de saúde na atividade de saúde humana registou-se um aumento em Portugal de 2,9% face ao período homólogo, salientando-se o maior crescimento registado deste tipo de pessoal registado na Região Autónoma dos Açores (+8,3%) e na A.M. Lisboa (+6,7%).

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto eram as regiões NUTS III com maior número de médicos, correspondendo, no seu conjunto a perto de 17,0% (9 314 e 7 090, respetivamente) do total do pessoal de saúde. Os enfermeiros concentravam-se nas mesmas regiões NUTS III, ou seja, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, totalizando um emprego de 24 094, correspondendo a 24,9% do total do pessoal de saúde (Quadro 11.3).



No mês de referência, outubro 2021, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde aumentaram 0,1% em termos homólogos, tendo registado aumentos mais expressivos nas regiões NUTS II Norte e Alentejo (+0,8% e +0,6% respetivamente) e diminuições na Região Autónoma dos Açores, Algarve e Centro (-1,4%, -0,6% e -0,3% respetivamente). Os ganhos médios dos trabalhadores a tempo completo, apresentaram variações homólogas entre -0,6% (na Região Autónoma dos Açores) e +5,1% (na Região Autónoma da Madeira) (Quadro 11.4 e Gráfico 11.10).

Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS em outubro, 2017 a 2021

Unidade: Euro			ENTIDA	ADES DO SE	CTOR DAS	ADMINIS"	TRAÇÕES	ÉS PÚBLICAS NA "ATIVIDADE DE SAÚDE HUMANA"								
		Re	emuneração	base méd	ia mensal					Ganho	médio mer	nsal				
NUTS II e III	2017	2018	2019	2020	2021		ção (%) out-21/	2017	2018	2019	2020	2021		ção (%) out-21/		
	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	VH	out-17	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	VH	out-17		
Portugal	1 419,6	1 430,7	1 470,7	1 454,7	1 456,6	0,1	2,6	1 754,7	1 826,3	1 859,7	1 844,9	1 861,2	0,9	6,1		
Continente	1 428,5	1 441,2	1 482,0	1 463,1	1 465,8	0,2	2,6	1 759,3	1 833,1	1 866,9	1 842,5	1 856,7	0,8	5,5		
Norte	1 467,4	1 480,7	1 504,5	1 487,7	1 499,2	0,8	2,2	1 830,8	1 907,4	1 935,4	1 898,1	1 919,2	1,1	4,8		
Alto Minho	1 553,9	1 572,5	1 601,1	1 559,7	1 578,6	1,2	1,6	1 840,4	1 956,7	1 969,5	2 020,4	2 010,5	-0,5	9,2		
Cávado	1 539,2	1 542,0	1 485,5	1 479,7	1 447,9	-2,2	-5,9	1 946,5	1 985,8	1 866,2	1 881,7	1 871,7	-0,5	-3,8		
Ave	1 502,5	1 526,3	1 554,1	1 511,3	1 507,9	-0,2	0,4	1 903,3	1 963,9	2 019,6	1 972,8	1 950,3	-1,1	2,5		
Área Metropolitana do Porto	1 461,1	1 469,5	1 492,1	1 490,9	1 508,8	1,2	3,3	1 815,5	1 885,9	1 915,2	1 877,0	1 906,0	1,6	5,0		
Alto Tâmega	1 569,2	1 625,1	1 660,8	1 620,9	1 642,9	1,4	4,7	1 949,0	2 080,3	2 085,9	1 995,6	2 103,2	5,4	7,9		
Tâmega e Sousa	1 413,2	1 436,7	1 486,2	1 397,1	1 446,2	3,5	2,3	1 800,7	1 873,2	1 944,8	1 816,5	1 920,6	5,7	6,7		
Douro	1 464,8	1 486,0	1 530,2	1 502,4	1 483,7	-1,2	1,3	1 838,1	1 948,6	2 025,0	1 976,0	1 942,6	-1,7	5,7		
Terras de Trás-os-Montes	1 396,7	1 423,5	1 471,5	1 433,5	1 464,6	2,2	4,9	1 831,3	1 939,1	2 013,2	1 947,5	1 971,2	1,2	7,6		
Centro	1 452,3	1 463,3	1 512,4	1 494,8	1 489,9	-0,3	2,6	1 763,7	1 838,2	1 880,3	1 846,7	1 863,6	0,9	5,7		
Região de Aveiro	1 542,1	1 545,8	1 586,6	1 554,8	1 567,3	0,8	1,6	1 845,5	1 958,5	1 945,6	1 870,1	1 874,0	0,2	1,5		
Região de Coimbra	1 482,7	1 485,3	1 540,2	1 526,6	1 525,3	-0,1	2,9	1 798,1	1 836,1	1 913,8	1 880,6	1 887,2	0,4	5,0		
Região de Leiria	1 424,8	1 451,3	1 494,3	1 478,4	1 467,6	-0,7	3,0	1 653,2	1 720,4	1 784,8	1 759,9	1 785,3	1,5	8,0		
Viseu Dão Lafões	1 416,5	1 463,5	1 513,8	1 521,1	1 514,0	-0,5	6,9	1 730,5	1 915,1	1 934,4	1 886,8	1 921,6	1,9	11,0		
Beiras e Serra da Estrela	1 379,0	1 388,7	1 435,3	1 426,3	1 427,0	0,1	3,5	1 739,3	1 857,9	1 854,3	1 858,5	1 864,2	0,3	7,2		
Beira Baixa	1 442,1	1 455,6	1 520,7	1 451,0	1 423,0	-1,9	-1,3	1 787,4	1 852,3	1 937,6	1 854,5	1 835,9	-1,0	2,7		
Oeste	1 493,4	1 475,7	1 510,9	1 489,6	1 463,5	-1,8	-2,0	1 867,1	1 880,4	1 861,9	1 859,8	1 892,6	1,8	1,4		
Médio Tejo	1 356,5	1 376,2	1 427,0	1 398,0	1 393,5	-0,3	2,7	1 603,4	1 661,5	1 720,0	1 689,0	1 746,2	3,4	8,9		
Área Metropolitana de Lisboa	1 396,0	1 405,8	1 454,8	1 439,5	1 438,6	-0,1	3,1	1 704,2	1 767,1	1 814,5	1 811,3	1 811,9	0,0	6,3		
Alentejo	1 373,5	1 394,8	1 428,8	1 387,7	1 396,4	0,6	1,7	1 736,3	1 813,6	1 844,8	1 846,5	1 878,8	1,8	8,2		
Alentejo Litoral	1 248,0	1 275,5	1 310,9	1 290,4	1 299,1	0,7	4,1	1 549,4	1 653,8	1 725,8	1 740,6	1 790,0	2,8	15,5		
Alto Alentejo	1 364,5	1 379,4	1 428,8	1 407,4	1 416,4	0,6	3,8	1 769,4	1 833,2	1 888,9	1 908,3	1 956,6	2,5	10,6		
Alentejo Central	1 443,2	1 449,0	1 483,3	1 430,8	1 439,3	0,6	-0,3	1 855,6	1 905,0	1 926,0	1 893,8	1 916,1	1,2	3,3		
Baixo Alentejo	1 380,0	1 394,7	1 397,0	1 361,6	1 373,4	0,9	-0,5	1 733,7	1 827,4	1 827,1	1 863,9	1 916,5	2,8	10,5		
Lezíria do Tejo	1 364,7	1 405,4	1 452,6	1 396,2	1 402,5	0,5	2,8	1 686,7	1 773,2	1 805,2	1 795,9	1 804,8	0,5	7,0		
Algarve	1 318,2	1 338,3	1 403,2	1 367,7	1 360,0	-0,6	3,2	1 613,4	1 729,3	1 629,7	1 567,8	1 592,0	1,5	-1,3		
Região Autónoma dos Açores	1 350,1	1 352,0	1 334,9	1 345,0	1 326,5	-1,4	-1,8	1 763,6	1 834,6	1 838,1	1 866,9	1 855,7	-0,6	5,2		
Região Autónoma da Madeira	1 260,7	1 249,6	1 326,2	1 355,4	1 356,6	0,1	7,6	1 632,6	1 651,4	1 708,3	1 883,8	1 979,4	5,1	21,3		

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); NUTS - versão 2013. Notas: Ver Quadro 10.3.

Gráfico 11.10 Remunerações nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2021

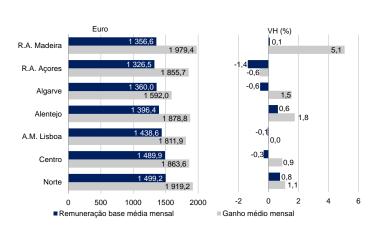
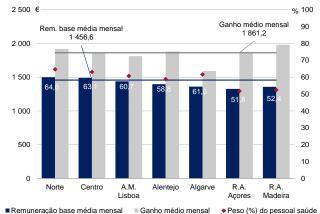


Gráfico 11.11 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2021





12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS

A 31 de dezembro de 2021, as câmaras municipais apresentaram uma dimensão média de emprego de 348,0 trabalhadores, registando, por NUTS III, o valor máximo na Área Metropolitana de Lisboa (1 517,1 trabalhadores) e os menores (abaixo de 200 trabalhadores) na Região Autónoma dos Açores, no Douro, na Beira Baixa e no Alto Alentejo (Quadro 12.1). É de notar que, apesar da elevada dimensão média das câmaras municipais na Área Metropolitana de Lisboa o emprego nas câmaras municipais por mil residentes situa-se, nesta região, abaixo da média nacional (Quadro 12.1 e Gráfico 12.2).

Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 31 dezembro 2021

	Câmaras Municipais (N.°)	Rep. poder legislativo e orgãos executivos	Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Polícia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(11)/(1)	(13)
Portugal	308	1 222	3 623	23 330	1 548	25 587	47 671	1 625	2 470	111	107 187	348,0	10,4
Continente	278	1 115	3 488	22 517	1 469	24 290	44 062	1 598	2 247	111	100 897	362,9	10,3
Norte	86	368	1 104	6 779	475	7 025	12 603	691	570	15	29 630	344,5	8,3
Alto Minho	10	36	83	457	43	655	1 138	0	61	0	2 473	247,3	10,8
Cávado	6	27	94	656	49	592	1 129	51	95	1	2 694	449,0	6,7
Ave	8	38	121	804	42	709	1 309	95	0	0	3 118	389,8	7,6
Área Metropolitana do Porto	17	102	483	2 989	206	2 942	4 347	489	413	10	11 981	704,8	7,0
Alto Tâmega	6	22	61	313	25	377	711	7	0	0	1 516	252,7	17,8
Tâmega e Sousa	11	52	115	608	34	704	1 567	49	0	1	3 130	284,6	7,6
Douro	19	61	88	585	42	684	1 435	0	1	2	2 898	152,5	15,3
Terras de Trás-os-Montes	9	30	59	367	34	362	967	0	0	1	1 820	202,2	17,1
Centro	100	377	819	5 020	330	5 427	10 383	88	351	8	22 803	228,0	10,2
Região de Aveiro	11	48	130	657	48	673	1 063	23	0	0	2 642	240,2	7,2
Região de Coimbra	19	78	181	1 093	63	1 069	2 082	41	157	3	4 767	250,9	10,9
Região de Leiria	10	39	71	473	27	576	902	0	55	0	2 143	214,3	7,4
Viseu Dão Lafões	14	49	95	531	45	682	1 424	24	62	1	2 913	208,1	11,5
Beiras e Serra da Estrela	15	49	103	741	36	667	1 498	0	0	0	3 094	206,3	14,6
Beira Baixa	6	16	26	232	17	232	539	0	0	0	1 062	177,0	13,2
Oeste	12	50	109	687	45	813	1 568	0	2	0	3 274	272,8	9,0
Médio Tejo	13	48	104	606	49	715	1 307	0	75	4	2 908	223,7	12,4
Área Metropolitana de Lisboa	18	103	938	6 953	367	6 635	10 474	771	993	74	27 308	1 517,1	9,5
Alentejo	58	205	333	2 284	191	3 183	7 470	0	117	7	13 790	237,8	19,8
Alentejo Litoral	5	21	69	355	29	553	1 122	0	0	1	2 150	430,0	23,2
Alto Alentejo	15	54	57	420	33	543	1 441	0	5	0	2 553	170,2	24,9
Alentejo Central	14	42	73	513	51	725	2 013	0	0	3	3 420	244,3	22,8
Baixo Alentejo	13	42	62	467	36	660	1 663	0	0	1	2 931	225,5	25,5
Lezíria do Tejo	11	46	72	529	42	702	1 231	0	112	2	2 736	248,7	11,6
Algarve	16	62	294	1 481	106	2 020	3 132	48	216	7	7 366	460,4	16,9
Região Autónoma dos Açores	19	64	62	387	41	726	1 734	27	0	0	3 041	160,1	12,6
Região Autónoma da Madeira	11	43	73	426	38	571	1 875	0	223	0	3 249	295,4	12,8

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); INE - Inquérito ao Emprego, Estimativas anuais da população residente e Censos 2011; Ver IV. Notas Técnicas

Nota: " - ": Ver sinais convencionais.

NUTS - versão 2013.



No território português, o emprego nas câmaras municipais concentrava-se, ao nível de NUTS II mais populosas: na região Norte, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro que, no seu conjunto, abrangiam 74,4% do total de emprego das câmaras municipais (Quadro 12.1 e Gráfico 12.1). No entanto, considerando o indicador de emprego nas câmaras relativizado pela população, registavam-se valores máximos na região Alentejo (19,8 trabalhadores por mil residentes) e no Algarve (16,9), enquanto a região Norte apresentava o valor mínimo (8,3) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.2).

Numa análise dos indicadores referentes a 31 de dezembro de 2021, face ao mesmo período de 2020, constata-se que o emprego nas câmaras municipais aumentou em Portugal (+2,3%) e em todas as regiões, constatando-se o maior acréscimo na Região do Algarve (+3,6%), seguindo-se a Região Autónoma dos Açores (+3,0%), Região Centro (+2,6%) e Região Norte (+2,4%) (Gráfico 12.1).

Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2021

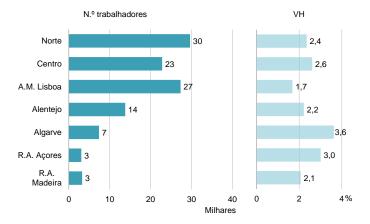
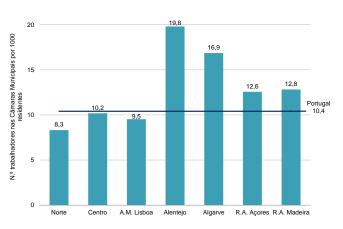


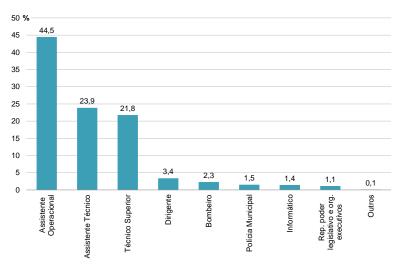
Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais por mil residentes, por NUTS II, 31 dezembro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); NUTS - versão 2013.

Em Portugal e em todas as regiões as carreiras gerais eram as mais representadas no emprego das câmaras municipais, salientandose a carreira de assistente operacional que correspondia a perto de metade do emprego nos municípios (44,5%) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.3).

Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 31 dezembro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)



No mês de referência (outubro) do segundo semestre de 2021 registou-se um ligeiro aumento das remunerações de base médias mensais dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais em todas as regiões NUTS II, com exceção do Algarve (- 0,1%), apresentando as restantes regiões uma variação homóloga entre +0,8% e +2,8%. A remuneração média mensal e o ganho médio mensal dos trabalhadores na Área Metropolitana de Lisboa situava-se acima da média nacional essencialmente devido à maior expressão de técnicos superiores nas câmaras municipais desta região (Quadro 12.2 e Gráficos 12.4 e 12.5).

Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS em outubro, 2017 a 2021

Unidade: Euro						C	ÂMARAS	AS MUNICIPAIS							
		Re	emuneração	base méd	ia mensal					Ganho	médio mer	nsal			
NUTS II e III	2017	2018	2019	2020	2021	Varia	ção (%)	2017	2018	2019	2020	2021	Varia	ção (%)	
	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	VH	out-21/ out-17	outubro	outubro	outubro	outubro	outubro	VH	out-21/ out-17	
Portugal	983,8	994,6	1 025,0	1 047,1	1 056,6	0,9	7,4	1 145,3	1 170,8	1 203,0	1 213,3	1 230,8	1,4	7,5	
Continente	989,1	999,7	1 030,4	1 053,5	1 062,2	0,8	7,4	1 151,9	1 176,5	1 209,1	1 221,0	1 236,9	1,3	7,4	
Norte	1 001,5	1 013,7	1 044,2	1 070,9	1 079,3	0,8	7,8	1 139,1	1 163,8	1 193,7	1 211,8	1 223,1	0,9	7,4	
Alto Minho	945,5	949,7	974,5	1 007,3	1 023,3	1,6	8,2	1 068,6	1 084,4	1 104,8	1 130,3	1 150,2	1,8	7,6	
Cávado	1 052,8	1 053,9	1 060,0	1 083,7	1 094,2	1,0	3,9	1 180,9	1 208,3	1 213,4	1 228,6	1 252,4	1,9	6,1	
Ave	973,2	992,4	1 028,0	1 053,2	1 061,8	0,8	9,1	1 104,0	1 132,7	1 170,8	1 182,1	1 192,7	0,9	8,0	
Área Metropolitana do Porto	1 036,9	1 057,9	1 093,7	1 121,3	1 125,9	0,4	8,6	1 192,3	1 223,6	1 260,4	1 283,7	1 291,0	0,6	8,3	
Alto Tâmega	961,6	967,5	1 003,6	1 021,6	1 025,9	0,4	6,7	1 084,0	1 105,3	1 137,4	1 150,2	1 150,7	0,0	6,2	
Tâmega e Sousa	980,0	975,2	1 012,6	1 041,7	1 065,4	2,3	8,7	1 098,7	1 110,5	1 144,2	1 162,4	1 185,8	2,0	7,9	
Douro	963,2	967,5	997,9	1 020,7	1 022,1	0,1	6,1	1 086,8	1 102,8	1 133,0	1 139,0	1 142,2	0,3	5,1	
Terras de Trás-os-Montes	945,7	976,2	994,4	1 012,3	1 017,6	0,5	7,6	1 074,9	1 116,6	1 134,5	1 131,8	1 141,1	0,8	6,2	
Centro	964,7	971,1	999,1	1 025,1	1 036,8	1,1	7,5	1 093,0	1 113,0	1 142,9	1 155,1	1 171,1	1,4	7,1	
Região de Aveiro	1 039,8	1 057,0	1 086,7	1 112,1	1 135,6	2,1	9,2	1 168,1	1 207,6	1 227,5	1 247,3	1 268,5	1,7	8,6	
Região de Coimbra	980,6	979,2	1 007,7	1 032,5	1 037,5	0,5	5,8	1 132,6	1 135,7	1 171,9	1 182,2	1 191,4	0,8	5,2	
Região de Leiria	968,0	993,9	1 015,4	1 033,6	1 065,4	3,1	10,1	1 093,1	1 138,9	1 161,2	1 167,8	1 202,6	3,0	10,0	
Viseu Dão Lafões	914,0	927,2	964,5	971,8	1 003,9	3,3	9,8	1 039,3	1 066,6	1 095,7	1 093,8	1 136,9	3,9	9,4	
Beiras e Serra da Estrela	944,3	943,0	970,4	1 015,3	1 013,2	-0,2	7,3	1 055,5	1 070,4	1 091,7	1 129,2	1 129,2	0,0	7,0	
Beira Baixa	944,6	950,9	961,8	1 004,2	1 008,0	0,4	6,7	1 060,0	1 073,5	1 085,8	1 113,2	1 124,3	1,0	6,1	
Oeste	948,9	964,2	984,9	1 017,1	1 025,5	0,8	8,1	1 074,7	1 110,4	1 140,6	1 144,2	1 166,7	2,0	8,6	
Médio Tejo	961,2	955,9	990,8	1 007,7	1 008,7	0,1	4,9	1 081,2	1 084,4	1 133,2	1 133,0	1 129,0	-0,4	4,4	
Área Metropolitana de Lisboa	1 047,7	1 061,2	1 095,3	1 114,0	1 124,1	0,9	7,3	1 276,5	1 309,1	1 351,3	1 360,1	1 382,5	1,7	8,3	
Alentejo	911,2	919,9	948,2	966,0	974,4	0,9	6,9	1 058,6	1 077,0	1 103,3	1 104,7	1 126,1	1,9	6,4	
Alentejo Litoral	907,5	926,8	962,9	980,2	985,7	0,6	8,6	1 069,6	1 098,3	1 130,3	1 135,0	1 157,3	2,0	8,2	
Alto Alentejo	915,0	917,6	926,8	960,8	968,4	0,8	5,8	1 052,0	1 065,7	1 064,3	1 085,4	1 108,5	2,1	5,4	
Alentejo Central	904,2	905,0	931,3	942,3	955,6	1,4	5,7	1 044,8	1 064,4	1 078,2	1 076,5	1 101,0	2,3	5,4	
Baixo Alentejo	879,7	897,1	925,1	946,5	949,1	0,3	7,9	1 029,4	1 037,4	1 073,8	1 074,6	1 086,3	1,1	5,5	
Lezíria do Tejo	956,5	960,7	1 006,1	1 013,4	1 023,2	1,0	7,0	1 107,4	1 130,4	1 187,0	1 170,8	1 194,1	2,0	7,8	
Algarve	936,2	952,4	987,9	1 008,6	1 008,2	-0,1	7,7	1 081,6	1 114,0	1 152,2	1 160,7	1 166,0	0,5	7,8	
Região Autónoma dos Açores	897,1	902,4	916,3	926,8	952,9	2,8	6,2	1 042,9	1 063,6	1 072,7	1 079,4	1 109,3	2,8	6,4	
Região Autónoma da Madeira	896,2	916,8	954,5	963,6	982,8	2,0	9,7	1 031,9	1 091,2	1 128,4	1 101,8	1 157,3	5,0	12,2	

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); NUTS - versão 2013. Notas: Ver Quadro 11.1.

Gráfico 12.4 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2021

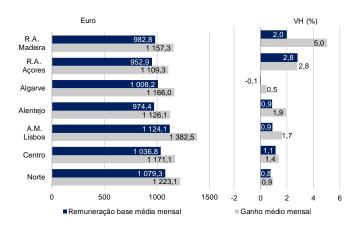
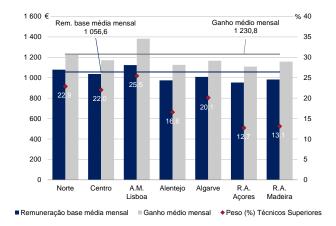


Gráfico 12.5 Remunerações e emprego nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022)



13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado

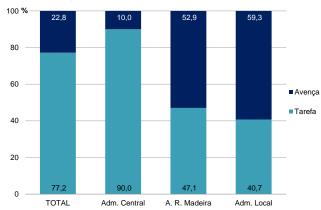
Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração em 31 dezembro/2º semestre, 2020 e 2021

Unidade: prestador de serviço	Distribuiçã	io dos prest	tadores de	serviços se	gundo a mo	dalidade		Distribuição dos prestadores de serviços segundo a						
omade. prestador de serviço	de pres	stação de se	rviços no	último dia	do semestro	e (N.°)	VH	modalida	de de pre	stação de	e serviços	no semes	tre (N.º)	VH
	3	1 dez 2020		3	1 dez 2021			2.° s	emestre 2	2020	2.° s	semestre 2	2021	
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.°	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.°
TOTAL	8 565	7 123	15 688	7 916	7 453	15 369	-319	12 851	8 498	21 349	30 867	9 126	39 993	18 644
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6 533	2 316	8 849	5 645	2 540	8 185	-664	9 244	2 721	11 965	26 626	2 960	29 586	17 621
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	52	41	93	53	30	83	-10	57	42	99	63	41	104	5
Economia e Transição Digital	0	557	557	0	570	570	13	0	648	648	0	692	692	44
Negócios Estrangeiros	21	42	63	26	18	44	-19	41	114	155	114	74	188	33
Presidência do Conselho de Ministros	1 022	5	1 027	220	4	224	-803	1 122	6	1 128	18 051	6	18 057	16 929
Finanças	0	3	3	0	2	2	-1	0	6	6	0	4	4	-2
Defesa Nacional	0	346	346	0	362	362	16	0	374	374	0	415	415	41
Administração Interna	45	64	109	50	70	120	11	45	65	110	50	71	121	11
Justiça	356	418	774	372	582	954	180	357	513	870	408	594	1 002	132
Modernização do Estado e da Administração Pública	1	31	32	1	31	32	0	1	31	32	1	31	32	0
Planeamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cultura	9	34	43	16	21	37	-6	10	42	52	27	26	53	1
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	270	102	372	301	105	406	34	1 251	118	1 369	1 363	117	1 480	111
Educação	108	123	231	134	148	282	51	287	177	464	291	255	546	82
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	4 169	345	4 514	4 007	364	4 371	-143	5 560	364	5 924	5 751	374	6 125	201
Saúde	470	184	654	454	189	643	-11	503	200	703	488	215	703	0
Ambiente e Ação Climática	0	13	13	0	10	10	-3	0	13	13	2	11	13	0
Infraestruturas e Habitação	6	1	7	3	0	3	-4	6	1	7	6	0	6	-1
Coesão Territorial	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0
Agricultura	4	6	10	3	31	34	24	4	6	10	5	31	36	26
Mar	0	0	0	5	2	7	7	0	0	0	6	2	8	8
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	2 032	4 807	6 839	2 271	4 913	7 184	345	3 607	5 777	9 384	4 241	6 166	10 407	1 023
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	2	6	8	2	6	8	0	19	11	30	8	9	17	-13
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2 030	4 801	6 831	2 269	4 907	7 176	345	3 588	5 766	9 354	4 233	6 157	10 390	1 036

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); série revista

Notas: (i) inclui tribunais; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República. Inclui administração direta e indireta; não inclui sector empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Serviços Autónomos da Administração Autárquica.

Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 2.º semestre 2021



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); série revista

As prestações de serviços contabilizadas no último dia do 2.º semestre de 2021 registaram uma diminuição de 2,0%, quando comparadas com o período homólogo, enquanto as contabilizadas durante o 2.º semestre de 2021 registaram um aumento de 87,3%. Esta subida, atribuída à área governativa da Presidência do Conselho de Ministros, é devida à contratação de tarefeiros pelo Instituto Nacional de Estatística, no âmbito dos Censos 2021. No 2.º semestre de 2021, 77,2% do total de contratos de prestações de serviços foram celebrados na modalidade de tarefa (Gráfico 13.1). Em 31 de dezembro de 2021, a grande maioria dos prestadores de serviços (90,0%) exerciam a sua atividade em entidades enquadradas na atividade "Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória" (Secção O) (Quadro 13.2).

Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica em 31 dezembro, 2020 e 2021

Unidade:	prestador de serviço	Distribuição segundo a modalidade de prestação de							tura %	Variação	
		S	erviços no	último d	ia do sem	estre (N.º)				Homól	oga
ção		3	1 dez 2020)	3	1 dez 2021	ı	31 dez	31 dez	N.°	%
Secção	CAE Rev.3	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	2020	2021	IN.	/0
	Total	8 565	7 123	15 688	7 916	7 453	15 369	100,0	100,0	-319	-2,0
0	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	7 758	6 451	14 209	7 068	6 758	13 826	90,6	90,0	-383	-2,7
Р	Educação	331	151	482	384	175	559	3,1	3,6	77	16,0
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	465	510	975	457	508	965	6,2	6,3	-10	-1,0
Outras	Outras atividades (a)	11	11	22	7	12	19	0,1	0,1	-3	-13,6

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 25-04-2022); série revista

Notas: (a) indústrias transformadoras; atividades de consultoria, científicas e técnicas; atividades administrativas e dos serviços de apoio; e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.



IV. NOTAS TÉCNICAS

NOTAS SOBRE O UNIVERSO E FONTES

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do sector empresarial do Estado e dos sectores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas. O universo de entidades do SIOE é definido e tem como fonte os dados fornecidos pelo INE/DCN.

O presente BOEP n.º 22 (junho 2022), inclui a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo definidas pelo INE, I.P. na aplicação do referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), de utilização obrigatória em todos os Estados Membros da União Europeia, por força do Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013. Outras informações no INE, I.P. em http://www.ine.pt.

Na presente edição do BOEP, o universo de entidades é consistente com a lista de entidades que integram o sector das administrações públicas publicada pelo INE, I.P. em março de 2022, bem como com informação das contas nacionais sobre as entidades que integram os subsectores das sociedades não financeiras e financeiras públicas, da qual resultam os dados e indicadores para toda a série, desde o 4.º trimestre 2011, publicados na SIEP 1.º trimestre 2022 e respetivo ficheiro Excel.

A recolha *online* de dados trimestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo de entidades públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, sendo objeto da informação e dos indicadores estatísticos que integram os capítulos:

Capítulo I - Administrações públicas

Capítulo II - Entidades do sector público, exceto administrações públicas

Capítulo III - Outros indicadores

Capítulo I - Administrações públicas

Administrações públicas: o sector das administrações públicas inclui as unidades institucionais (entidades) que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e coletivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros sectores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional (SEC 2010, §2.111 e seguintes).

Aplicação no contexto das publicações do DIOEP: para efeitos das estatísticas do emprego público, o sector das Administrações Públicas compreende as entidades incluídas nos subsectores do Quadro 14.1, de acordo com o universo definido pelo INE/DCN:

Quadro 14.1 As Administrações Públicas e os seus subsectores

	ÃO	de ial)	Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados do Estado)
	<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	CENTRAL (exceto fundos de segurança social)	Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
	ΑD	(exc	Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que são produtores não mercantis e são controladas por unidades da administração central
	_	ninistrações gionais dos Açores da Madeira	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
L E LOCAL	segurança social)	Administrações regionais dos Açores e da Madeira	Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades da Administração regional e com impostos que lhes estejam eventualmente consignados.
ONA	gura		Distritos	Assembleias distritais
REG	de se	Cal	Municípios	Câmaras municipais
ÇÃO	sop	ão lo	Freguesias	Juntas de freguesia
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	(exceto fundos de	Administração local	Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das Autarquias Locais e com impostos e taxas locais que lhes estejam eventualmente consignados.
◀	_	◀	Instituições Sem Fim	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas
	FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL		Lucrativo (ISFL) Fundos de Segurança Social	maioritariamente pela administração local
		\$ \frac{1}{2} \]	da administração central	
	000	SEGURANÇA	Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais centrais e regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestacões sociais.
		SEG	das administrações regionais dos Açores e Madeira	p. Ostayoos sociais.

Fontes: INE, IP; Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013



Capítulo II - Entidades do sector público, exceto administrações públicas

O sector público agrupa as administrações públicas (capítulo I da SIEP) e as sociedades públicas (capítulo II da SIEP); estas podem ser sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas, incluindo o banco central. Todas as unidades institucionais incluídas no sector público são unidades residentes controladas pelas administrações públicas, quer direta, quer indiretamente, por unidades do sector público agregado.

O controlo de uma entidade é definido como a capacidade de determinar a política geral dessa entidade. A distinção entre uma unidade do sector público que faça parte das administrações públicas e uma sociedade pública é determinada pelo teste mercantil. As unidades não mercantis do sector público são classificadas em administrações públicas e as unidades mercantis do sector público são classificadas como sociedades públicas, com exceção de certas instituições financeiras que supervisionam ou servem o setor financeiro, que são classificadas como sociedades financeiras independentemente de serem mercantis ou não mercantis.

A forma jurídica de um organismo não é indicativa da sua respetiva classificação sectorial. Por exemplo, algumas sociedades do sector público juridicamente constituídas podem ser unidades não mercantis, sendo, portanto, classificadas como administrações públicas e não como sociedades públicas (SEC 2010, § 20.303 e seguintes).

Quadro 14.2 O sector público e os seus subsectores

(unidades sob o controlo das administrações públicas)

Administrações públicas	Administração central (exceto fundos de segurança social) Administração regional e local (exceto fundos de segurança social) Fundos de segurança social
Sociedades não financeiras públicas	Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração central Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional dos Açores Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional da Madeira Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração local
Sociedades financeiras públicas	Instituições financeiras monetárias públicas, incluindo o banco central Outras sociedades financeiras públicas (*)

^(*) Outros intermediários financeiros, auxiliares financeiros, sociedades de seguros e fundos de pensões públicos Fonte: Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013; \$20.304, pág. 483; DGAEP/DIOEP

Para a evolução dos indicadores de emprego e remunerações no conjunto das **sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas**, é de realçar em particular o impacto no indicador referente às empresas detidas pela administração central por efeito da conclusão de processos de privatização, com consequente saída do universo do sector público das empresas e respetivas participadas indicadas na caixa seguinte.

Quadro 14.3 Resumo de entradas e saídas das sociedades detidas pela administração central

	•	s entidades públicas detidas pela administração central:
	resumo de entrad	as e saídas de entidades com maior impacto no emprego
Ano / Trimestre	Data	Entidade
2013/T1	16/01/2013	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3	17/09/2013	Saída da ANA Aeroportos Portugal, S.A. e participadas
2013/T4	05/12/2013	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T2	15/05/2014	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
2014/T2	03/06/2014	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T3	03/08/2014	Entrada do Novo Banco, S.A. e participadas
2015/T3	28/07/2015	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
2016/T1	01/01/2016	Entrada de empresas do Grupo ESEGUR
2016/T1	21/01/2016	Saída CPCARGA - Logistica e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
2017/T2	29/06/2017	Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
2017/T4	18/10/2017	Saída do Novo Banco, S.A. e participadas
2020/T3	03/07/2020	Entrada da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A. e participadas
2020/T4	02/10/2020	Entrada da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP - Síntese Estatística do Emprego Público - SIEP 1.º trimestre 2022

Dados sobre mercado de trabalho: INE - Inquérito ao emprego 1.º trimestre de 2022 (http://www.ine.pt/).

Dados sobre remunerações e PIB: i) INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional - (nova série, com ano base 2011). O valor do trimestre é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no trimestre. (http://www.ine.pt/). ii) EUROSTAT - Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components - current prices).

(https://ec.europa.eu/eurostat/data/database).

População residente e População ativa 4.º trimestre de 2021: Estrutura etária e Idade média estimadas a partir de INE - Inquérito ao emprego 1.º trimestre de 2022 e dos Censos 2011 (http://www.ine.pt/).



NOTAS SOBRE REMUNERAÇÕES

Ao longo da série, associado ao impacto de medidas de reorganização administrativa em todos os subsectores das administrações públicas e à variação do número de trabalhadores, a remuneração base média mensal e o ganho médio mensal no sector, desde outubro 2011, têm apresentado variações por efeito da aplicação de diferentes medidas de política de reduções remuneratórias, em particular e considerando os meses de referência de recolha de dados no SIOE:

- i) De **outubro de 2011** a **outubro de 2013**, as remunerações ilíquidas mensais acima de 1 500,00€ sofreram uma redução entre 3,5% e 10,0%, dependendo do valor total da remuneração mensal do trabalhador;
- ii) Em janeiro e abril de 2014, as remunerações respetivas incluíam a redução remuneratória prevista no art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014): uma redução entre 2,5% e 12,0% para as remunerações acima de 675,00€;
- iii) Em julho de 2014, o valor das remunerações correspondia à remuneração ilíquida mensal sem quaisquer reduções pela aplicação do Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional (declaração de inconstitucionalidade das normas constantes no art.º 33.º da LOE 2014);
- iv) Em outubro de 2014 encontravam-se repostas as reduções salariais referidas entre 2011 e 2013, na aplicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Por outro lado, os trabalhadores abrangidos pela RMMG tiveram uma atualização de 20,00€ na remuneração base, que passou de 485,00€ para 505,00€ (DL 144/2014, de 30/09), valor que vigorou entre 1 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015.
- v) Durante todo o ano de 2015, na aplicação da mesma Lei n.º 75/2014, o valor das remunerações acima de 1 500,00€ incluiu a reversão da redução remuneratória em 20.0%.
- vi) Em 2016, nos termos da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014 foi progressivamente eliminada ao longo do ano, com reversões trimestrais. No 1.º trimestre de 2016 foi aplicada uma reversão de 40,0% da redução remuneratória nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro até 31 de março, no 2.º trimestre, uma reversão de 60,0% da redução remuneratória a partir de 1 de abril até 30 de junho, no 3.º trimestre, a partir de 1 de julho, uma reversão da redução remuneratória de 80,0% e no 4.º trimestre, a partir de 1 de outubro, a eliminação completa da redução remuneratória. Por outro lado, o DL n.º 254-A/2015, de 31/12, atualizou o valor da RWMG, a qual passou de 505,00€ para 530,00€, a partir 1 de janeiro de 2016 e na RAA o valor fixou-se em 556,50€, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março.
- vii) A partir de 1 de janeiro de 2017, o valor da RMMG foi atualizado para 557,00€, ao abrigo do DL n.º 86-B/2016, de 30 de dezembro. Na RAM foi fixado em 568,14€, através da Resolução n.º 13/2017, de 16 de janeiro de 2017 e na RAA o valor fixou-se em 584,85€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março. O valor do subsídio de refeição foi atualizado para 4,52€ a partir de 1 de janeiro de 2017 até julho, inclusive, e para 4,77€ a partir de 1 de agosto, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.
- viii) A partir de 1 de janeiro de 2018, o valor da RMMG foi atualizado para 580,00€, ao abrigo do DL n.º 156/2017, de 28 de dezembro. Na RAM foi fixado em 590,00€, através do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/M, de 28 de fevereiro e na RAA o valor fixou-se em 609,00€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março. Também a 1 de janeiro de 2018, foi iniciado o processo gradual de descongelamento de todas as carreiras da administração pública consagrado no artigo 18.º da LOE de 2018, o qual veio repor as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. O pagamento dos acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos adquiridos foi sujeito ao seguinte faseamento em 2018: 25,0% de janeiro a agosto e 50,0% de setembro a dezembro.
- ix) Em 2019, o pagamento dos acréscimos remuneratórios, devidos por via de situações ocorridas em 2018 ou que ocorreram em 2019, foi processado de acordo com o faseamento previsto para 2019 na LOE 2018, designadamente 50,0% dos acréscimos de janeiro a abril de 2019, 75,0% dos acréscimos de 1 de maio a 30 de novembro de 2019 e 100% a partir de 1 de dezembro de 2019 (artigo 16.°, n.°s 2 e 3). O DL n.° 117/2018, de 27 de dezembro, estabeleceu a atualização do valor da RMMG para 600,00€; na RAM foi fixado em 615,00€ através do Decreto Legislativo Regional n.° 1/2019/M, de 15 de fevereiro e na RAA em 630,00€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.° 8/2015/A de 30 de março. O DL n.° 29/2019, de 20 de fevereiro, estabeleceu a atualização do valor da remuneração base praticada em toda a administração pública, igual ou superior a 635,07€ (correspondente ao montante pecuniário do 4.° nível remuneratório da TRU, aprovada pela Portaria n.° 1553-C/2008, de 31 de dezembro), com efeitos a 1 de janeiro de 2019.
- x) A partir de 1 de janeiro de 2020, o valor da RMMG foi atualizado para 635,00€, ao abrigo do DL n.º 137/2019, de 21 de novembro. Na RAM foi fixado em 650,88€, através do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/M, de 3 de março e na RAA o valor fixou-se em 666,75€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A, de 30 de março. O DL n.º 10-B/2020, de 20 de março estabeleceu a atualização da base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da AP. A remuneração base mensal dos trabalhadores que auferiam uma remuneração entre 635,07€ e 683,13€ foi atualizada em 10,00€. A remuneração base mensal dos trabalhadores que auferiam uma remuneração entre 683,14€ e 691,06€ foi atualizada para 693,13€. As remunerações base mensais superiores a 691,06€ existentes na AP foram atualizadas em 0,3%, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.
- xi) A partir de 1 de janeiro de 2021, o valor da RMMG foi fixado em 665,00€, ao abrigo do DL n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro. Na RAM o valor da RMMG foi atualizado para 682,00€, através do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2021/M, de 15 de março e na RAA o valor fixou-se em 698,25€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A, de 30 de março. O DL n.º 10/2021, de 1 de fevereiro estabeleceu a atualização da base remuneratória da AP e o valor do montante pecuniário correspondente aos níveis 5, 6 e 7 da TRU. A base remuneratória da AP foi atualizada para o valor da RMMG. Os trabalhadores cujo valor da remuneração base mensal se situava até ao valor do montante pecuniário dos níveis 5, 6 e 7 da TRU tiveram, em 2021, uma atualização salarial de 10,00€ face ao ano anterior, o mesmo sucedeu aos trabalhadores cuja remuneração se situava entre 645,07€ e 791,91€, desde que não resultasse dessa atualização um valor inferior à RMMG, bem como aos trabalhadores que auferiam uma remuneração entre 791,92€ e 801,90€, cuja remuneração foi atualizada para 801,91€.



TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

- 1. A validação da informação reportada no SIOE é efetuada através dos seguintes procedimentos para todos os níveis das administrações públicas para as diferentes variáveis de recolha:
 - Análise da evolução temporal dos resultados estudo de tendência no trimestre/semestre/homólogo;
 - Controlo de outliers análise/validação dos valores anómalos registados; e,
 - Contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.
- 2. A estimação da informação em falta ou incompleta no SIOE foi feita com os dados do trimestre/semestre seguinte mais próximo por substituição.
- 3. A política de revisões tem por objetivo definir as linhas orientadoras e os princípios que devem ser tidos em conta na revisão de resultados já divulgados. A necessidade de proceder a revisões reflete o compromisso que se pretende estabelecer entre, por um lado, a produção de informação estatística o mais atual possível e, por outro, garantir padrões elevados de precisão e rigor. As revisões são um procedimento inerente ao processo de produção e divulgação de estatísticas. A necessidade de revisão dos dados pode ser originada por: i) uma atualização do universo de entidades e a correspondente atualização dos indicadores de emprego; ii) nova informação sobre os dados de emprego recolhidos relativamente a períodos passados que não foi possível integrar a tempo da sua divulgação anterior; iii) correções dos dados anteriormente reportados pelas entidades.

CONCEITOS

Atividade económica: Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada - Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que potencialmente estão a entrar e os que estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho: número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços: Contrato de prestação de serviços conforme previsto no artigo 10° do Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa - quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença - quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração base: (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com carácter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Ganho (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios ou suplementos regulares, bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período normal de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na entidade/empresa para a respetiva carreira ou na respetiva profissão.

Taxa de feminização = N.º de trabalhadores do sexo feminino / Total de trabalhadores X 100.

Ver também Glossário de Termos Estatísticos e Documento Metodológico em: Metodologias, conceitos e nomenclaturas

CLASSIFICAÇÕES

Classificação portuguesa das atividades económicas (CAE Rev. 3) - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE Rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos - V03503, versão de 2013 (Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, publicado no JO L 241 de 13 de agosto. Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, publicado no JO L 154, de 21 de junho de 2003. (Hiperligação: http://www.ine.pt/)



Índice de quadros e gráficos

Gráfico 1.1 Emprego nas administrações públicas por subsector, 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2021	5
Gráfico 1.2 Emprego nas administrações públicas por subsector - variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2	021 5
Gráfico 1.3 Emprego nas administrações públicas por CAE - variação homóloga no final do semestre, 30 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2021	6
Gráfico 1.4 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados, 2018 a 2021	6
Gráfico 1.5 Saldo global dos fluxos trimestrais de entradas e saídas dos trabalhadores por subsector, 31 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2021 .	7
Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2021	7
Gráfico 1.6 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada, 31 dezembro/4º trimestre 20 dezembro/4ºtrimestre 2021	
Gráfico 1.7 Emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada em Portugal e países da OCDE, 2011 e 2019 (*)	
Gráfico 1.8 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2021	
Gráfico 1.9 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.ºtrimestre 2021	
Gráfico 1.10 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2020 e 4º trimestre 2021 (ano termin trimestre)	nado no
Gráfico 1.11 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais e do PIB, em Portugal e na UE, 4º tr	
2011 ao 4º trimestre 2021 (ano terminado no trimestre)	
Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e área governativa, 31 dezembro 2021	
Gráfico 2.1.1 Estrutura etária em 31 dezembro, 2011 e 2021	
Gráfico 2.1.2 Estrutura etária por subsetor, 31 dezembro 2021	
Gráfico 2.1.3 Repartição por sexo e escalão etário dos trabalhadores nas administrações públicas em 31 dezembro, 2005, 2011, 2019 a 2021	
Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) por sexo a 31 de dezembro 20 comparação com a população ativa no 4.º trimestre 2021	
Gráfico 2.1.5 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem FAS, 31 dezembro 2011 a 31 dezembro 20	
Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, área governativa e sexo, 31 dezembro 2021	
Gráfico 2.1.6 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 202:	
Gráfico 2.1.7 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 202. Gráfico 2.1.7 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 202.	
Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e área governativa segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2021	
Gráfico 2.2.1 Nível de escolaridade do emprego na administração pública por sexo em 31 dezembro 2021	
Gráfico 2.2.2 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 31 deze	
4.º trimestre 2021	
Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo em 31 dezembro, 2020 e 2021	
Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo em 31 dezembro, 2011 a 2021	
Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 31 dezembro 2021	
Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas em outubro, 2020 e 2021	
Gráfico 3.1.3 Remuneraçãos dos dirigentes nas administrações públicas, outubro 2021	
Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, outubro 2021	
Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021	
Gráfico 3.2.1 Proporção de trabalhadores com 40 e mais anos em 31 dezembro, 2011 e 2021	
Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 31 dezembro 202.	
Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo em 31 de dezembro, 2011 e 2021	
Gráfico 3.2.3 Índice de renovação dos trabalhadores nas carreiras mais representativas das administrações públicas, 31 dezembro 2021	
Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2021	
Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 31 dezembro 2021 Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2021	
Gráfico 3.4.1 Estrutura do gamilo medio mensal por Cargo, Carreira e grupo, outubro 2021 Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas adminis públicas, outubro 2021	strações
Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2017 a 2021	
Gráfico 4.1 Emprego nas administrações públicas por sexo e classificação de atividade económica (CAE), 31 dezembro 2021	
Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações publicas por classificação de atividade econômica (CAE) em 31 dezembro, 2019 a 2021	
Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE, em outubro,	
Quadro 4.3 Remuneração base e ganno medio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações publicas, segundo a CAE, em outubro, 2021	
Gráfico 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2021	
Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE - octubro 2021	
outubro, 2020 e 2021	
Gráfico 4.4 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2021	



Quadro 5.1 Trabalhadores com deficiência por subsector, área governativa e sexo em 31 dezembro, 2011, 2020 e 2021	28
Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsector em 31 dezembro, 2011 a 2021	28
Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector, 31 dezembro 2021	
Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público em 31 dezembro, 2017 a 2021	
Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público em outubro, 2017 a 2021	
Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2021	
Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, outubro 2021	
Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021	30
Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central, regional da Madeira e local, 31 dezembro 2021	
Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 31 dezembro 2021	
Gráfico 7.2 Repartição por sexo e escalão etário dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, de	
dezembro 2017 a 31 dezembro 2021	
Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021	
Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo em 31 dezembro, 2020 e 2021	32
Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, regional da Madei	
local, 31 dezembro 2021	
Gráfico 8.2 Repartição por sexo e nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central em 31 dezembro, 2017 a 2021	
Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2021	
Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores públicadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores públicadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicadores entidades públicadores entidades públicadores entidades entidades públicadores entidades públicadores entidades entidades públicadores entidades entidades entidades públicadores entidades entid	
por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 4.º trimestre 2021	
Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administra	•
central, segundo a CAE Rev.3, outubro 2021	
Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em 31 dezembro, 2020 e 2021	
Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, NUTS I em outubro, 2020 e 2021	•
Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 31 dezembro 2021	37
Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2021	38
Gráfico 11.2 Dimensão média (número de trabalhadores) dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II em 31 dezembro, 20 2021	
Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por N	
II em 31 dezembro, 2020 e 2021	
Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS	
outubro, 2017 a 2021	
Gráfico 11.4 Remunerações nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2021	39
Gráfico 11.5 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2021	39
Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 31 dezembro 2021	40
Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 31 dezembro 2021	41
Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 31 dezembro 2021	
Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 31 dezembro 2021	
Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 31 dezembro 2021	41
Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas administrações públicas NUTS em outubro, 2017 a 2021	s por
Gráfico 11.10 Remunerações nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2021	
Gráfico 11.11 Remunerações e emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2021	
Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 31 dezembro 2021	
Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2021	
Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais por mil residentes, por NUTS II, 31 dezembro 2021	
Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 31 dezembro 2021	
Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS em outubro, 2017 a 2021	
Gráfico 12.4 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2021	
Gráfico 12.5 Remunerações e emprego nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2021	
Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração em 31 dezembro/2º semestre, 2020 e 2021	
Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 2.º semestre 2021	
Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica em 31 dezembro, 2020 e 2021	
Quadro 1512 1 1650ações de serviços por acritidade economica em 31 dezembro, 2020 e 2021	+0